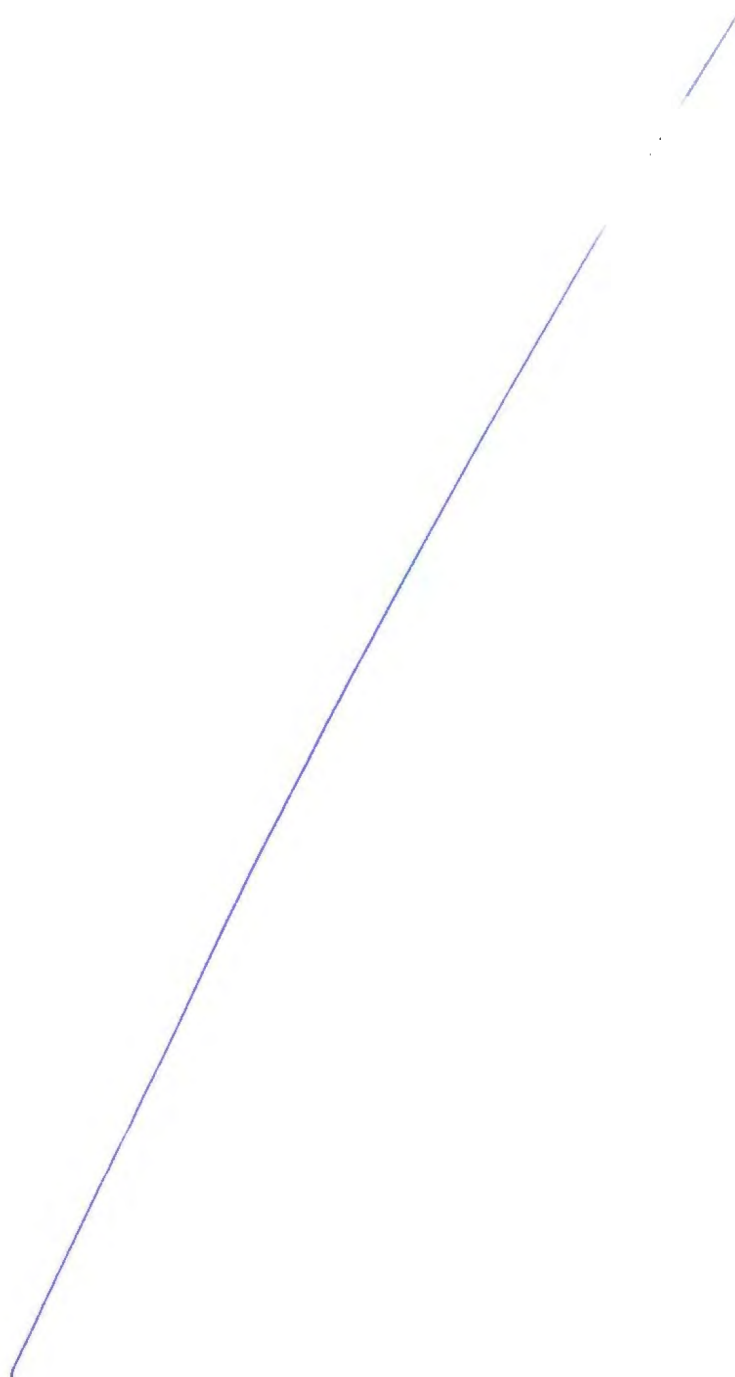


Relatório & Contas 2015

ÍNDICE

0·NOTA DO PRESIDENTE	3
1·PRINCIPAIS INDICADORES	5
2·SÍNTESE DO ANO	6
3·CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	13
4·ESTRATÉGIA.....	30
5·EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	34
6·INVESTIMENTOS	39
7·RECURSOS HUMANOS.....	42
8·ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	50
9·INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	60
10·PERSPETIVAS FUTURAS	62
11·PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	66
12· DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	67
Balço individual em 31 de Dezembro de 2015.....	68
Demonstração individual dos resultados por naturezas	69
Demonstração individual das alterações no capital próprio	70
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	71
Anexo às demonstrações financeiras individuais	72
13·RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
14·CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
15·RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	





Handwritten signature or mark.

0-NOTA DO PRESIDENTE

Cumpridos 4 anos na presidência da NAV Portugal é possível afirmar, em termos de balanço, que conseguimos ultrapassar todas as metas a que nos tínhamos proposto em 2012.

No entanto, foram vários os desafios que tivemos de enfrentar: o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) - que condicionou a economia portuguesa no passado recente; os constrangimentos resultantes da construção do Céu Único Europeu (SES2+) – que obrigaram a uma racionalização técnica e económica, ímpar na história da Empresa, entre outras condicionantes, determinaram um ambiente muito complexo para o exercício da atividade. Não obstante, a NAV Portugal soube responder, mantendo a sua identidade e prosseguindo – de forma responsável e dedicada – a sua missão de prestação do serviço público de apoio à navegação aérea civil, nas Regiões de Informação de Voo (RIV) sob responsabilidade do Estado português, no estrito cumprimento das normas aprovadas por convenções e organizações internacionais de que Portugal é Estado Membro, bem como dos objectivos estratégicos definidos ao nível da segurança operacional, capacidade, eficiência e sustentabilidade, abrindo perspectivas favoráveis para o futuro da Empresa.

Durante o ano de 2015 foram dados passos importantes para a consolidação do estabelecimento do Plano de Desempenho a nível do bloco funcional de espaço aéreo do Sudoeste – SW FAB – o qual integrando Portugal (Continental) e Espanha, marcou o início do segundo período de referência (RP2) que abrange os anos civis de 2015 a 2019 inclusivé. Neste contexto, destaca-se o esforço da NAV Portugal, em coordenação com a ENAIRE (nossa congénere espanhola), os reguladores dos dois países e as restantes entidades que apoiam a prestação de serviços de navegação aérea, para assegurar o cumprimento dos objectivos de desempenho fixados, para aquele período, no respetivo Plano de Desempenho nos domínios essenciais da segurança, do ambiente, da capacidade e da relação custo-eficiência.

Ao longo do exercício, a NAV Portugal deu seguimento a uma política de contenção e monitorização de custos, enquadrada pelas orientações estratégicas definidas, a nível governamental, para o Sector Empresarial do Estado, mas também pelos objectivos definidos, para este domínio, no Plano de Desempenho.

Os investimentos realizados no ano estão enquadrados nos planos internacionais de harmonização, quer a nível europeu – tendo em vista o cumprimento dos objectivos de segurança, ambiente, capacidade e eficiência do Projecto do Céu Único Europeu para a RIV de Lisboa – quer do Atlântico Norte, através da modernização dos serviços prestados na RIV de Santa Maria e que hoje servem de modelo a outras regiões oceânicas da ICAO. O valor total dos investimentos cifrou-se em 16,4 M€, dos quais 87% destinados aos órgãos operacionais.

Embora optimista quanto ao futuro, não podemos escamotear dois importantes desafios inerentes ao forte crescimento de tráfego registado no último triénio: i) a ausência de infra-estruturas nas áreas operacionais do Aeroporto de Lisboa, que permitam um aumento significativo da capacidade horária de movimentos em períodos de “ponta” e que obrigam à avaliação de um aeroporto complementar ao da Portela, e ii) a premente decisão política sobre o projecto de adesão da NAV Portugal ao novo sistema ATM, capitalizando sinergias a partir de projectos de modernização e racionalização inovadores, que permitam garantir o rigoroso cumprimento do Plano de Desempenho do SW FAB, através de uma elevada qualidade técnica, espírito de inovação e modernização da NAV Portugal.

Reitero, desde já, em nome do Conselho de Administração, a nossa total confiança no potencial humano da Empresa para responder a tais desafios, pela sua capacidade, competência e profissionalismo de que tem dado mostras.

Alguns indicadores evidenciam isto mesmo: entre 2012 e 2015 foi possível reduzir os efectivos em 1,4% enquanto o número de horas trabalhadas subiu 2,8% mantendo-se uma capacidade de resposta a um aumento global de tráfego (terminal e em rota) de 14,3% e apresentando ao accionista Estado resultados líquidos de € 22,4 Milhões (€ 42 M antes de impostos), nestes quatro anos.

Lisboa, 30 de junho de 2016

O Presidente do Conselho de Administração


Luís Filipe Ottolini Coimbra

1-PRINCIPAIS INDICADORES

ATIVIDADE DA NAV PORTUGAL, E.P.E.

	2015	2014	Δ%
TRÁFEGO			
Unidades de Serviço - Zona Tarifária Portugal Terminal	205 314	191 944	7,0
Unidades de Serviço - Zona Tarifária de Rota de Lisboa	3 150 186	3 019 611	4,3
Unidades de Serviço - Zona Tarifária de Rota de Santa Maria	4 661 620	4 166 099	11,9
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Lisboa	504 381	479 220	5,3
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Santa Maria	135 760	124 787	8,8
Autorizações de entradas na RIV no perfil de voo requerido (%)	95,04	95,31	(0,3)
Horas Controladas	716 072	672 540	6,5
PESSOAL			
Efetivos no Ativo em 31 DEZ	985	992	(0,7)
Gastos com Pessoal (milhares de €)	126 480	119 441	5,9
Movimentos Controlados / Efetivos médios no Ativo	644	605	6,6
Horas Controladas / Efetivos médios no Ativo	721	673	7,1
ECONÓMICOS E FINANCEIROS			
Taxa Unitária Global de Rota - Zona Tarifária de Lisboa (€)	37,24	38,89	(4,2)
Taxa Unitária Global de Rota- Zona Tarifária de Santa Maria (€)	10,43	10,60	(1,6)
Taxa Unitária de Terminal - Zona Tarifária Portugal Terminal (€)	125,84	174,21	(27,8)
Volume de Negócios (milhares de €)	164 140	164 529	(0,2)
Resultado Líquido (milhares de €)	6 925	6 580	5,2
Cash-Flow Operacional - EBITDA (milhares de €)	20 071	25 369	(20,9)
Gastos Operacionais / EBITDA	8,0	6,1	31,2
Gastos Totais / Hora Controlada (€)	223,8	229,5	(2,5)
Gastos com Pessoal / EBITDA	6,3	4,7	33,8
EBITDA / Juros Líquidos	277,8	93,4	197,4
Volume de Investimentos (milhares de €)	16 441	10 815	52,0
Ativo Líquido (milhares de €)	272 360	273 509	(0,4)
Capitais Próprios (milhares de €)	93 884	93 403	0,5
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	7,4	7,0	4,7
Performance Margem EBITDA (%)	147,5	134,6	9,6
Performance do Grau de Endividamento (%)	96,8	94,7	2,3
ROCE (%)	5,0	7,5	(33,6)
Dívida / Capitais próprios (%)	2,5	5,2	(52,0)
Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 e Despacho 9870/2009)	44	40	4,0

4

2-SÍNTESE DO ANO

O crescimento da economia mundial, em 2015, estimado pelo Fundo Monetário Internacional em 3,1%, denota um decréscimo de 0,3 pontos percentuais relativamente ao índice registado no ano anterior¹. Na zona euro, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deverá situar-se nos 1,5%, 0,6 pontos percentuais acima de 2014.

A atividade económica nos mercados emergentes e em desenvolvimento, embora ainda represente mais de 70% do crescimento global, desacelerou pelo quinto ano consecutivo, enquanto na maior parte das economias desenvolvidas a recuperação foi algo modesta. Três fatores chave contribuíram para esta evolução: (1) o abrandamento gradual da atividade económica na China, sobretudo devido a um menor esforço de investimento, (2) os preços baixos da energia e de outras matérias-primas, e (3) uma maior pressão sobre a política monetária nos Estados Unidos, num contexto de recuperação elástica da respetiva economia, enquanto os bancos centrais da zona euro e Japão prosseguiram a flexibilização das suas políticas monetárias.

Embora o desenvolvimento económico na China tenha evoluído de acordo com o previsto, a verdade é que se assistiu a uma desaceleração mais rápida do que o esperado nas importações e exportações, na sequência de um menor nível de investimento e de atividade industrial, o que acabou por ter repercussões noutras economias, por via das relações comerciais e dos preços das matérias-primas, tendo reduzido a confiança dos agentes económicos e aumentado a volatilidade dos mercados financeiros. A atividade industrial e comercial continuaram globalmente fracas, não só pela evolução na China, como também pela contração da procura e investimento a nível mundial, nomeadamente nas indústrias extrativas. A forte quebra das importações em diversos mercados emergentes, que enfrentam dificuldades económicas, também afetou significativamente o comércio global.

Os preços do petróleo caíram acentuadamente desde setembro de 2015, refletindo as expectativas da OPEP² de um crescimento sustentado da produção mundial, a par de uma produção excedentária face ao consumo. A queda dos preços do petróleo teve repercussões negativas no investimento e crescimento dos países exportadores,

¹ *World Economic Outlook, Update – January 2016*

² Organização dos Países Exportadores de Petróleo

4

enquanto nos países importadores o impacto decorrente do aumento da procura e da redução dos preços de energia não foi tão expressivo quanto se previa.

Em 2015, a orientação acomodatória das políticas monetárias do Banco Central Europeu e do Banco do Japão continuou a ser transmitida às economias europeias e japonesa, ao passo que a Reserva Federal dos EUA subiu, em finais do ano, a taxa de juro de referência em 0,25 pontos percentuais, fixando-a em 0,5%. As perspetivas de um aumento gradual das taxas de juro nos Estados Unidos, a par das preocupações sobre a volatilidade financeira associada aos riscos de crescimento nos mercados emergentes, têm condicionado não só a política cambial nesses países, como também os termos de troca no mercado internacional e os fluxos de capitais.

Em Portugal, o crescimento do Produto Interno Bruto, em 2015, foi de 1,5% – mais 0,6 pontos percentuais que o verificado no ano anterior – traduzindo não só um contributo mais dinâmico da procura interna, como também um comportamento menos penalizador da procura externa líquida. O consumo privado, em termos reais, cresceu 2,6% (2,2% no ano anterior), enquanto o consumo público registou, pela primeira vez em cinco anos, uma evolução positiva de 0,8 pontos percentuais (-0,5% em 2014). As exportações de bens e serviços, em volume, registaram um acréscimo de 5,1% (3,9% em 2014) e as importações de 7,3% (7,2% em 2014), ambas em resultado da aceleração da componente de bens. O saldo externo de bens e serviços, em termos nominais, aumentou para 0,8% do PIB em 2015 (0,4% em 2014), refletindo o efeito combinado do significativo ganho nos termos de troca e, em menor grau, da aceleração das exportações em volume. O emprego global registou uma variação de 1,4% em 2015, taxa idêntica à observada no ano anterior. A inflação, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor, foi de 0,5%, o que traduz um acréscimo de 0,7 pontos percentuais face ao ano anterior (-0,2%)³.

No que respeita à evolução do setor de tráfego aéreo, onde a NAV Portugal desenvolve a sua atividade, e, mais concretamente às tendências verificadas a nível Europeu, poder-se-á afirmar que o crescimento de 1,5%, no número de voos anuais, foi consentâneo com os níveis de recuperação económica observados. Os meses de julho, agosto e setembro, com uma média superior a 30.700 voos diários, foram os

³ INE, Contas Nacionais – 4º Trimestre de 2015 e Ano 2015

mais movimentados de sempre na Europa. É ainda de realçar o crescimento verificado, em 2015, no segmento “low-cost”: cerca de 5,2%⁴.

Paralelamente, assistiu-se a uma mudança de rotas dentro da Europa, causada em grande parte por acontecimentos transitados do ano anterior – de que se destaca a interdição do espaço aéreo da Ucrânia e da Líbia, que influenciou, de forma distinta, o crescimento dos sobrevoos nos vários Estados europeus. Os EUA voltaram a ser o principal destino dos voos originários da Europa, substituindo a Rússia, cujo tráfego de/para a Europa diminuiu cerca de 19%.

Apesar da quebra nos custos dos combustíveis, as transportadoras não fizeram refletir essa tendência nos preços das tarifas aéreas na Europa, que aumentaram, em média, 1,2% em 2015.

Em Portugal, o desempenho do setor da navegação aérea foi, pelo segundo ano consecutivo, muito positivo, com um crescimento robusto dos movimentos IFR controlados – de 5,3% na RIV de Lisboa e de 8,8% na RIV de Santa Maria – cujo fundamento é apresentado, em detalhe, no capítulo 5. As unidades de serviço (métrica utilizada como base de cálculo dos rendimentos dos prestadores de serviços de navegação aérea) cresceram 4,3% e 11,9%, respetivamente. Também no segmento de Terminal, as unidades de serviço registaram um forte acréscimo relativamente a 2014 (+7,0%).

Não obstante o aumento de atividade verificado em 2015, a NAV Portugal manteve o compromisso de disponibilizar, aos seus clientes, serviços de navegação aérea orientados por elevados padrões de Segurança e Qualidade, que passam também pelo cumprimento dos objetivos definidos ao nível da relação custo-eficiência, exigindo a contínua monitorização das medidas de contenção de custos implementadas e garantindo a necessária transparência e disponibilização das informações exigidas pelos *stakeholders*. São, por isso, de destacar os desafios que constantemente se colocam à Empresa, enquanto prestador de serviços de navegação aérea em mercado regulado, que vão desde a implementação faseada do projeto do Céu Único Europeu⁵

⁴ EUROCONTROL SEVEN-YEAR FORECAST, February 2016

⁵ A iniciativa do Céu Único Europeu (SES) foi lançada pela União Europeia em 1999, com vista a melhorar o desempenho da gestão do tráfego aéreo e dos serviços de navegação aérea, através de uma melhor integração do espaço aéreo europeu. Espera-se que o Céu Único Europeu (quando concluído, por volta do ano 2030) possa triplicar a capacidade do espaço aéreo, reduzir para metade os custos associados à gestão do tráfego aéreo, reforçar até dez vezes a segurança e reduzir o impacto da aviação no ambiente em 10%.

e da consolidação do *South West Functional Airspace Block* (SW FAB), à necessidade de racionalização dos recursos humanos e financeiros, de acordo com as orientações da Tutela.

No que respeita ao Sistema de Desempenho definido a nível europeu, recorda-se que as Autoridades Supervisoras Nacionais de Portugal e Espanha apresentaram à Comissão Europeia, em junho de 2014, uma proposta inicial de plano de desempenho para o bloco funcional de espaço aéreo do sudoeste, no período 2015-2019 (RP2 SOWEPP), abrangendo quer as metas individuais de cada país, quer as consolidadas a nível de bloco funcional. Essa proposta viria a ser revista, por iniciativa dos proponentes, em dois momentos: um, em novembro de 2014, com o propósito de aditar informação sobre algumas das matérias abordadas na versão inicial e proceder à revisão dos custos unitários, tendo por base as projeções de tráfego do STATFOR de setembro de 2014 e a nova estimativa dos custos Eurocontrol, e o segundo, em janeiro de 2015, em que as autoridades supervisoras propuseram a revisão das metas associadas à utilização do indicador RAT, na área de segurança.

Em 2 de março de 2015, a Comissão Europeia, através das Decisões de Execução (UE) n.ºs 2015/347 e 2015/348, veio informar os Estados Membros sobre o resultado da avaliação dos planos de desempenho apresentados pelos nove blocos funcionais de espaço aéreo para o segundo período de referência, indicando, respetivamente, as situações de incoerência e coerência das metas de cada Estado-Membro com os objetivos definidos a nível europeu.

Relativamente a Portugal, a Comissão considerou que, na área da capacidade, o objetivo apresentado pelo Estado para o atraso ATFM (gestão do fluxo de tráfego aéreo) em rota, não era conforme com o valor de referência calculado pelo gestor da rede para o SW FAB, concluindo, por isso, não ser coerente com as metas de desempenho fixadas, a nível da União, para esta área.

Nas restantes áreas chave de desempenho – segurança, ambiente e relação custo-eficiência – a Comissão considerou que os objetivos apresentados por Portugal, enquanto membro do SW FAB, no caso das duas primeiras áreas, e individualmente,



no que respeita ao custo-eficiência, eram coerentes com as metas de desempenho fixadas, a nível da União, para estas áreas.

Assim, e na sequência da rejeição por parte da Comissão dos objetivos propostos para a área da capacidade, as Autoridades Supervisoras Nacionais de Portugal e Espanha, após coordenação com a NAV Portugal e a ENAIRE, submeteram uma nova proposta à Comissão Europeia, para as metas nacionais e conjuntas, do indicador “atraso ATFM em rota”.

À data de elaboração deste Relatório e Contas 2015, não é ainda conhecida a decisão formal da Comissão Europeia sobre esta matéria, embora se saiba que a proposta apresentada pelo SW FAB mereceu a aprovação dos participantes na 60ª reunião do *Single Sky Committee* (24 e 25 de fevereiro, 2016).

Salienta-se, ainda, que o SOWEPP apenas abrange a Região de Informação de Voo de Lisboa e a Zona Tarifária Portugal Terminal, estando excluída a Região Oceânica de Informação de Voo de Santa Maria, pertencente à Região NAT da ICAO.

No domínio operacional, a NAV Portugal garantiu, em 12 de junho, a renovação da Certificação como prestador de serviços de navegação aérea, em conformidade com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância). A renovação da Certificação foi atribuída pela ANAC – Autoridade Nacional da Aviação Civil, para o triénio 2015-2018, nos termos do Regulamento (CE) n.º 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, com as alterações do Regulamento (CE) n.º 1070/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do Regulamento (EU) n.º 1035/2011, da Comissão, o que constitui um bom indicador da eficácia da prestação de serviços da NAV Portugal, premiando a contribuição de todo o coletivo da Empresa para o objetivo de proporcionar as melhores práticas no setor.

No segundo semestre de 2015 foram publicados dois documentos legais relevantes para a atividade da Empresa, designadamente o Despacho n.º 7467/2015, de 30 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 130, de 07 de julho, que estende ao aeródromo de Cascais a designação da NAV Portugal enquanto prestador

dy

de serviços de tráfego aéreo, e o Decreto-Lei nº 163/2015, de 17 de agosto, que cria o regime sancionatório aplicável ao regime jurídico do céu único europeu, conferindo à Empresa a possibilidade de recusa de prestação de serviços por falta de pagamento de taxas de rota e/ou de terminal.

Ao longo do ano, a Empresa continuou a promover as ações necessárias para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sendo de realçar a aposta na modernização e ampliação da capacidade dos sistemas de apoio à atividade, de que se destacam:

- A extensão da prestação de serviços de vigilância, na RIV de Lisboa, suportada nas modernas tecnologias *Wide Area Multilateration* (WAM) e *Automatic Dependent Surveillance – Broadcast* (ADS-B), com a instalação de dois sistemas visando a melhoria da prestação dos serviços de vigilância, quer do espaço aéreo do centro/norte e nordeste do continente português, quer da TMA da Madeira. Com a entrada em operação, prevista para 2016, permitirá também a cobertura dos níveis mais baixos de voo na TMA do Porto e,
- A instalação de um sistema de aproximação e aterragem de precisão na pista 10 do aeroporto de Faro dotando a referida pista de capacidade de suporte a operações de precisão, permitindo o aumento do nível de segurança dos procedimentos das aeronaves na fase final do voo, tornando também possível, mesmo em condições meteorológicas adversas, a diminuição dos constrangimentos no fluxo de tráfego. Será também instalado um subsistema de apoio às operações em baixa visibilidade designado por *Low Visibility System*.

Paralelamente, a NAV Portugal continuou, em 2015, a fomentar a cooperação com entidades congéneres de outros países, bem como a ministrar ações de formação, na sua área de especialidade, a entidades nacionais com quem mantém acordos bilaterais, sendo de destacar, neste âmbito, as seguintes atividades:

- Assinatura, a 1 de julho, de um protocolo de cooperação com o Governo da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambino de Timor-Leste, no âmbito dos Serviços de Navegação Aérea, abrangendo programas de formação e treino de pessoal técnico e operacional, intercâmbio de conhecimentos e pessoal técnico especializado, equipamentos e sistemas de apoio à navegação aérea, bem como a área da consultadoria;



- Curso de formação, ministrado de 2 a 20 de novembro, a treze profissionais chineses, das áreas da Navegação Aérea e Meteorologia, oriundos de Macau e do East-ATMB (Xangai). Pela diversidade das matérias abordadas, esta ação foi muito valorizada pelos respetivos formandos, que a consideraram um contributo essencial para as funções por eles desempenhadas;
- Visita, no início de novembro, de uma delegação da ENANA-Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea de Angola, enquadrada no protocolo de cooperação NAV Portugal/ENANA e no Plano estratégico de Cooperação Portugal – Angola 2015-2018, que teve como objetivo dar a conhecer, em pormenor, a prestação de serviços de tráfego aéreo pela NAV Portugal, bem como os detalhes da formação ministrada no Centro de Formação da Empresa.
- Ações de formação, realizadas no âmbito de acordos com Camaras Municipais, aeroclubes e escolas de aviação, e também com a empresa SATA Aeródromos.

Ainda em 2015, a NAV Portugal recebeu as seguintes visitas institucionais:

- Em 29 de abril, do Presidente do Conselho Diretivo da ANAC, onde a Empresa apresentou os seus principais indicadores de desempenho e os desafios mais relevantes que se lhe deparam, a que se seguiu uma visita ao Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa e Torre de Controlo;
- A 13 de julho, do Presidente do Conselho de Administração da ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea de Cabo Verde, Dr. Sandro Brito e da sua comitiva, que, além da Sede, visitaram o Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa e o Centro de Formação da NAV Portugal.

Finalmente, no plano da responsabilidade social, o Conselho de Administração da Empresa decidiu manter a prática instituída desde 2008, doando a verba consignada, em orçamento, para a oferta de presentes institucionais de Natal, à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome e à Cáritas Portuguesa, procurando assim contribuir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita.



3.CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O quadro seguinte, conforme Apêndice 2, Anexo I ao Ofício Circular nº 714, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 12 de fevereiro de 2016, evidencia o resumo do cumprimento das orientações legais, cuja justificação mais detalhada, relativamente a cada um dos pontos definidos, é apresentada nos subpontos imediatos.

Apêndice 2 - EPNF				
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Justificação / Refª ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.	
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento:				
Objetivo 1			X	vide ponto 3.1
Objetivo 2			X	
Objetivo 3			X	
Gestão do Risco Financeiro	X			0,14%
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-34,10%
Evolução do PMP a fornecedores		X		4
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			7.359.713 €
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X	
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X			
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			11.696,56 €
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 82-B/2014	X			2.416,30 €
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			0,00 €
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 36º da Lei 82-B/2014			X	Disp. 746/760 SET 20/05
Complementos de Reforma - nº3 do artigo 78º da Lei nº 82-B/2014				
Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012)			X	
Artigo 32º do EGP				
Não utilização de cartões de crédito			X	vide ponto 3.6
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X	
Despesas não documentadas - nº2 do artigo 16º do DL nº 133/2013				
Proibição de realização de despesas não documentadas			X	
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens			X	
Contratação Pública				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	X			vide ponto 3.7
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	
Prevenção da Corrupção - nº1 do artigo 46º do DL nº 133/2013				
Elaboração e divulgação do relatório anual		X		
Auditorias do Tribunal de Contas			X	
Parque Automóvel		X		
Nº de Viaturas				1
Gastos com Viaturas				79
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83-C/2013)		X		637.625 €
Redução nº de Trabalhadores (artigo 60º da Lei nº 83-C/2013)				
Nº de trabalhadores		X		0,7%
Volume de Negócios/ Nº Trabalhadores		X		-0,5%
Nº de cargos dirigentes	X			-10,0%
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)				
Disponibilidades Centralizadas na UTE	X			97,30%
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado			X	0

3.1.OBJETIVOS DE GESTÃO

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro alterados, pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal, E.P.E. tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o

cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, no Plano de Negócios da NAV Portugal para 2015-2019, foram definidos os “Grandes Objetivos”, confirmando as metas fixadas, em 2014, no documento “NAV Portugal: visão 2020”.

Na sequência da proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014, apresentada pela NAV Portugal à Tutela, foram monitorizados, no ano de 2015, um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSP da Irlanda (IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), para avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas nesse horizonte temporal.

Nos termos da referida proposta, a concretização das orientações designadas para a NAV Portugal, é avaliada pela média ponderada de um conjunto de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro da página seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2015, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2014 referentes aos *peers*, cujos dados de 2015 ainda não estão publicados:



Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2014	14,0%	23,7%	67,1%	651,0	279,3	
DFS	2014	14,6%	17,7%	76,9%	617,1	231,6	
IAA	2014	27,6%	25,2%	57,7%	402,5	426,2	
Skygulde	2014	9,8%	17,5%	71,6%	604,0	230,8	
Média		16,5%	21,0%	68,3%	568,7	292,0	
NAV	2015 Real	5,0%	12,2%	78,9%	224,0	721,1	110,0%
Performance relativa (NAV / Média)		30,2%	58,2%	86,6%	253,9%	247,0%	
Objetivo 2015		11,0%	50,0%	113,0%	50,0%	227,0%	100,0%
Target NAV		1,8%	10,5%	77,2%	284,3	662,8	100,0%
Grau Cumprimento do Objetivo		274,3%	116,3%	97,9%	121,2%	108,8%	110,0%
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		27,4%	17,4%	14,7%	24,2%	21,8%	22,0%
Score Final		127,56%					

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2015, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,4 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2015 para 137%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2015, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados ao Conselho Fiscal para emissão do respetivo relatório.

3.2·GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

No cumprimento do disposto no Artigo 4º do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum dos serviços de navegação aérea, os custos determinados dos serviços de navegação aérea devem ser financiados pelas taxas de rota e de terminal, cobradas aos utilizadores dos serviços de navegação aérea, sem prejuízo do financiamento de isenções concedidas a determinados utilizadores dos serviços de navegação aérea através de outras fontes de financiamento, sendo que, em conformidade com o disposto no Artigo 10º do referido Regulamento, os Estados Membros devem garantir que os prestadores de serviços de navegação aérea sejam reembolsados pelos serviços que prestaram aos voos isentos.

ca

Desta forma, a Empresa obtém o adequado autofinanciamento para o desenvolvimento da sua atividade, sem o recurso a outras fontes de financiamento, exceção feita aos empréstimos contratados em tempo com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição junto da qual a NAV Portugal detém quatro financiamentos bancários de Médio e Longo Prazo, tendo o último sido contratado em 2001, cuja situação, à data de 31 de dezembro, se apresenta nos quadros seguintes:

Unidade: euros

	Assinatura do Contrato	2011	2012	2013	2014	2015
1 - Montante total do financiamento no final do ano		14.812.667	12.315.676	9.818.685	7.321.695	4.824.706
BEI - 97	dez-97	997.596	831.330	665.064	498.797	332.532
BEI - 98 Tranche C1	jun-98	290.966	249.399	207.831	166.266	124.699
BEI - 98 Tranche C2	jun-98	7.274.105	6.234.947	5.195.790	4.156.632	3.117.474
BEI / 01	dez-01	6.250.000	5.000.000	3.750.000	2.500.000	1.250.000
2 - Montante total dos encargos financeiros relacionados com os financiamentos		242.151	128.075	39.317	32.363	9.152
Taxa média de financiamento		1,45%	0,94%	0,34%	0,36%	0,14%

Unidade: euros

Passivo Remunerado	2014	2015	Var. absol.	Var %
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	2.496.990	2.496.990	0	0,0%
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	4.824.705	2.327.715	-2.496.990	-51,8%
Total do financiamento no final do ano	7.321.695	4.824.705	-2.496.990	-34,1%

A contratação dos referidos financiamentos foi objeto da prévia concordância da Tutela Financeira e dos Transportes e teve como finalidade a realização do plano de investimentos previsional da Empresa, sendo que todos os financiamentos ainda não reembolsados utilizam uma taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses, mais um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%, não sendo exigido qualquer tipo de garantia, quer do Governo quer de outras entidades.

Tendo em conta as condições de taxas de juro, de prazo e plano de reembolsos, bem como a ausência de qualquer tipo de garantia ou de cláusula restritiva no âmbito dos referidos contratos de financiamento, esta contratação traduz a procura de otimização do custo financeiro, não se tendo revelado, até à data, a necessidade da Empresa considerar o recurso a qualquer instrumento de gestão de cobertura de risco.

Assim sendo, a NAV Portugal apenas dispõe de financiamentos de médio e longo prazo, registando no Balanço, como Passivo Corrente, a parcela a ser reembolsada ao BEI no ano seguinte, não dispondo a Empresa de qualquer outro tipo de financiamento de curto prazo ou passivo oneroso, que origine encargos e que possa ser transformado em médio e longo prazo com condições mais vantajosas.

A situação acima descrita reflete a adoção, pela NAV Portugal, de uma política tendente à minimização de afetação de capitais alheios à cobertura de investimentos anuais e plurianuais. A análise ao quadro anterior evidencia, claramente, que o endividamento na NAV Portugal tem vindo a decrescer ao longo do período considerado, sendo que a análise às contas da Empresa permite, igualmente, concluir que ela é sustentável do ponto de vista económico-financeiro, não se prevendo qualquer compromisso por parte do Estado ou de qualquer outra entidade.

3.3·EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) A FORNECEDORES

Em 2015, o Prazo Médio de Pagamentos calculado nos termos da RCM 34/2008, de 22 de fevereiro e do Despacho 9870/2009, de 13 de abril, foi, em termos acumulados, de 44 dias, conforme se evidencia no quadro a seguir apresentado, representando um agravamento de 4 dias face ao registado em 2014:

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
Prazo	44	40	4	10,4%

De referir que o Prazo Médio de Pagamentos, excluindo os fornecedores de imobilizado, e calculado nos termos anteriormente referidos, se cifrou em 32 dias.

3.4·ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

O quadro seguinte apresenta o montante das dívidas por liquidar, relativas a Fornecedores e Outros Credores – *arrears* – conforme definidos no Decreto-Lei nº 65 A/2011, de 17 de maio:

Unidade: euros

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	189.763	38.267	-31.061	96.131	144.068
Aquisições de capital	0	0	0	0	0
Total	189.763	38.267	-31.061	96.131	144.068

A dívida com prazo superior a 360 dias inclui o valor a pagar a fornecedores de investimentos, cujo pagamento está dependente do cumprimento de requisitos por parte dos mesmos.

3.5•RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2014

O Relatório e Contas de 2014 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo Conselho de Administração, foi enviado aos Senhores(a)s Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro, Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, em 8 de maio de 2015 através das cartas 51/CA/2015, 52/CA/2015, 50/CA/2015, 53/CA/2015 e 54/CA/2015, respetivamente, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são conhecidas as recomendações do acionista.

3.6•REMUNERAÇÕES

- **Dos órgãos sociais**

Durante o ano de 2015 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração.

De referir o facto de não se terem aplicado quaisquer reduções remuneratórias, uma vez que, nos termos do nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da sua aplicação.

Contudo, a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010 de 30 de junho.

Esta informação está disponível nos quadros a seguir apresentados – Modelo de remunerações dos administradores e do Conselho Fiscal, conforme Apêndice 1, do Anexo I ao Ofício Circular nº 714, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 12 de fevereiro de 2016.



- **Do Auditor Externo:**

Nos termos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a remuneração do Auditor Externo (Deloitte & Associados) foi reduzida em 10%, com efeitos a partir de janeiro de 2012, tendo-se mantido tal redução em 2015.

Nos termos do novo contrato NAV nº 2016/01/SERV/DAFIN celebrado com o auditor externo Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (n.º 74), com registo na CMVM (n.º 2699), para o triénio 2015-2017, a remuneração do Auditor Externo beneficia da exceção prevista no n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro.

- **Dos restantes trabalhadores:**

No que respeita às remunerações dos trabalhadores, não foram consideradas quaisquer reduções remuneratórias, uma vez que, nos termos do nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da sua aplicação.

Paralelamente, nos termos dos Despachos nº 746/15 e nº 760/15 da Secretaria de Estado do Tesouro, ambos de 20 de maio de 2015, a NAV Portugal foi autorizada a proceder em 2015 a valorizações remuneratórias na massa salarial dos seus trabalhadores, com observância dos limites de crescimento previstos pela Empresa nos Instrumentos Previsionais de Gestão – IPG’S 2015, bem como no âmbito dos limites económico-financeiros estabelecidos para o ano de 2015, constantes do “RP2 SOWEPP”, submetido por Portugal à Comissão Europeia e à Comissão Alargada do Eurocontrol, e que foi objeto de aprovação pela Comissão Europeia através da Decisão de Execução nº 2015/348, de 2 de março.



Modelo de Remunerações e outras regalias

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora
2012-2014	Presidente	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução nº 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal ⁽¹⁾	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Resolução nº 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal ⁽²⁾	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução nº 29/2012	02-08-2012	n.a.	D

⁽¹⁾ Cessou funções a 31 de Janeiro de 2015.

⁽²⁾ Cessou funções a 29 de fevereiro de 2015.

Unidade : euros

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento mensal	Despesas Representação
Luís Filipe Ottolini Coimbra	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Sim	A	4.578,20	1.831,27
Teresa Maria da Silva Gomes	Sim	A	4.578,20	1.831,27

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Luís Filipe Ottolini Coimbra	n.a.	107.588	107.588	5.379	n.a.	102.208
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	n.a.	14.125	14.125	701	n.a.	13.425
Teresa Maria da Silva Gomes	n.a.	86.070	86.070	4.303	n.a.	81.767

Unidade : euros

Nome	Sub. Ref.	Benefícios Sociais					
		Regime de Proteção		Seguros		Outros	
		Ident.	Valor	Saúde	Vida	Ident.	Valor
Luís Filipe Ottolini Coimbra	0	Seg. S.	24.274	543	0	Seg. Ac. Pessoais	93
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	0	CGA	1.420	45	0	Seg. Ac. Pessoais	6
Teresa Maria da Silva Gomes	0	Seg. S.	19.420	543	0	Seg. Ac. Pessoais	74

Unidade : euros

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Luís Filipe Ottolini Coimbra	130	671	
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	90	11	
Teresa Maria da Silva Gomes	90	111	

Unidade : euros

Nome	Encargos com Viaturas								Prestações contratuais remanescentes (Nº)
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Mod.	Início	Termo	Renda Mensal	Valor Anual	
Luís Filipe Ottolini Coimbra	Sim	Não	47.300	Renting	dez-12	dez-16	796	9.554	11
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Sim	Não	48.900	Renting	nov-12	nov-16	778	9.337	10
Teresa Maria da Silva Gomes	Sim	Não	48.900	Renting	nov-12	nov-16	778	9.337	10

Unidade : euros

Nome	Plafond Mensal Com combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas				Obs.
		Combustíveis	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Luís Filipe Ottolini Coimbra	544	1.999	132	1.260	1.095	
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	435	163	4	15	1.088	
Teresa Maria da Silva Gomes	435	1.317	0	586	1.088	

Unidade : euros

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de Custos	Outros		Gasto total
				Ident.	Valor	
Luís Filipe Ottolini Coimbra	20.065	8.002	4.397	n.a.	0	32.465
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	0	0	0	n.a.	0	0
Teresa Maria da Silva Gomes	666	394	211	n.a.	0	1.270

CONSELHO FISCAL

Mandato I

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim) ⁽¹⁾	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2008-2010	Presidente ⁽²⁾	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho conjunto 9213/2008	13-03-2008	1.145
2008-2010	Vogal	Paulo Guilherme Fernando Lajoso		13-03-2008	858
2008-2010	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves ⁽³⁾	Despacho 6574/2009	28-04-2009	1.639
2008-2010	Vogal ROC Suplente	Luís Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	Despacho 9213/2008	13-03-2008	n.a.

⁽¹⁾ Designado para um mandato, período 2008/10, e por ausência de outra decisão, manteve-se em funções até 9 de julho.

⁽²⁾ Falecido a 28 de janeiro de 2015.

⁽³⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a partir de 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos).



Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias ⁽²⁾ (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
António Demétrio Gervásio Lérias ⁽¹⁾	1.145	57	0	1.087
Paulo Guilherme Fernando Lajoso	7.849	374	0	7.475
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves ⁽³⁾	10.184	n.a.	0	10.184

⁽¹⁾ Falecido a 28 de janeiro de 2015.

⁽²⁾ Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

⁽³⁾ Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos). Inclui IVA a taxa legal em vigor

Mandato II

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins			1.602
2015-2017	Vogal	Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro	Despacho	09-07-2015	1.202
2015-2017	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ⁽¹⁾			1.639

⁽¹⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias ⁽¹⁾ (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	10.705	510	0	10.195
Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro	7.819	372	0	7.447
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ⁽²⁾	9.484	n.a.	0	9.484

⁽¹⁾ Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

⁽²⁾ Inclui IVA a taxa legal em vigor

AUDITOR EXTERNO

Unidade : euros

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual			
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Deloitte & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ⁽¹⁾	43	231	03-09-2012	2012-2014	16.630	2.558	n.a.	14.071
Alves da Cunha, A Dias & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,Lda ⁽²⁾	74	2699	13-01-2016	2015-2017	7.534	n.a.	n.a.	7.534

⁽¹⁾ Caducou o contrato atual.

⁽²⁾ Iniciado contrato, a 13.01.2016, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Aos Membros do Conselho de Administração da NAV Portugal não foram atribuídos quaisquer cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem houve lugar a qualquer reembolso de despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3.7 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.7.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões, cento e oitenta e seis mil euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos e catorze mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos *“ad hoc”* que melhor se adequem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt, prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção,

uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;

- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos devem ser exercidas, de forma centralizada e diretamente ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;
- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição.



- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

Em 2015, não se registaram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a cinco milhões de euros, pelo que não se verificou a necessidade de sujeição a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

3.7.2· ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a adesão da NAV Portugal, E.P.E. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), na qualidade de entidade compradora voluntária, cujo contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013. Anualmente, a Empresa envia para o sítio da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP) o reporte estatístico Anual de Compras Públicas de Bens e Serviços. Em 2015 não foram realizadas compras ao abrigo dos Acordos Quadro – ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.), com base no artigo 259º do CCP.

3.8· PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

De acordo com o estipulado no nº 2 do Artigo 2º do Decreto-lei nº 170/2008, de 8 de agosto, a frota automóvel sob a gestão da NAV Portugal, não faz parte do “Parque de Veículos do Estado”.

No entanto, e em cumprimento do estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 121/2005, de 23 de junho, a Empresa passou a privilegiar, desde 2007, o Aluguer Operacional de Viaturas (AOV).

Com referência a 31 de dezembro de 2015, do total das 79 viaturas que constituem o Parque Automóvel da Empresa sob a sua gestão direta, (mais uma viatura comparativamente ao valor reportado a 2014), apenas 9 viaturas são sua propriedade, das quais 6 passarão, em 2016, ao regime de AOV, estando previsto, para esse ano, a redução do número de viaturas em 2 unidades, perfazendo um total de 77 viaturas, sendo que apenas 3 viaturas serão consideradas propriedade da Empresa.

No que respeita à utilização de viaturas por parte dos titulares do Conselho de Administração (C.A.), a Empresa aplica as normas específicas estabelecidas no Estatuto do Gestor Público, sendo que, aquando do lançamento do último processo aquisitivo, decorrido em 2012, para substituição das viaturas afetas ao C.A., os valores fixados pelo Conselho de Administração foram já bastante inferiores aos limites definidos anteriormente. Idêntica política foi adotada no processo aquisitivo, decorrido em 2014, para as viaturas dos restantes cargos dirigentes, continuando a estar vedada qualquer opção de aquisição das viaturas.

Relativamente à utilização de viaturas por parte dos restantes cargos dirigentes, não houve alteração aos valores máximos de consumo anual de combustível que vigoraram em 2014.

3.9 MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos com pessoal, em 2015, registaram um decréscimo de 1,2%, em relação a 2010 (-7,9% quando comparado a preços de 2010). Como anteriormente referido, não foram consideradas quaisquer reduções remuneratórias, uma vez que, nos termos do nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da sua aplicação.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, os mesmos registaram um acréscimo de 1,6%, em relação a 2010. No entanto, tendo em conta que a inflação acumulada nos últimos cinco anos ascendeu a 7,2%, a redução real nesta rubrica de

gastos (refletindo o esforço de contenção de custos) cifrou-se em cerca de 5,3%, conforme quadro a seguir apresentado:

Unidade : milhares de euros

PRC	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ 2015/2014		Δ 2015/2010	
							Abs.	%	Abs.	%
CMMMC	366	333	319	308	342	349	33	9,9	17	4,9
FSE	15.128	14.254	14.280	14.618	13.882	14.897	874	6,1	231	1,6
Deslocações/Estadas	627	556	655	632	514	826	71	12,8	(199)	(24,0)
Ajudas de custo	250	223	216	217	211	414	27	12,1	(164)	(39,6)
Comunicações	372	389	376	400	405	420	(17)	(4,4)	(48)	(11,5)
Gastos com pessoal	126.480	119.441	126.422	139.475	142.050	128.000	7.039	5,9	(1.520)	(1,2)
Total de Gastos	141.974	134.028	141.020	154.401	156.273	143.246	7.946	5,9	(1.272)	(0,9)
Volume de Negócios	164.145	164.529	173.162	178.096	177.954	164.110	-384	(0,2)	35	0,0
Peso dos Gastos /VN (%)	86,49%	81,46%	81,44%	86,70%	87,82%	87,29%	7,19 p.p.	s.s.	13,2 p.p.	s.s.
Número RH	994	1.002	1.021	1.014	994	n.a.	(8)	(0,8)	n.a.	n.a.
Nº Efetivos	985	992	1.011	1.003	981	n.a.	(7)	(0,7)	n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direção	9	10	10	11	13	n.a.	(1)	(10,0)	n.a.	n.a.
Nº Efetivos/Cargos Direção	109	99	101	91	75	n.a.	10	10,3	n.a.	n.a.
Nº de viaturas	79*	78	79	n.a.	n.a.	n.a.	1	1,3	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	638	666	698	n.a.	n.a.	n.a.	(28)	(4,2)	n.a.	n.a.

* 9 viaturas são propriedade da empresa, sendo as restantes utilizadas em regime de aluguer de longa duração

Os valores registados, em 2015, nas rubricas de comunicações, ajudas de custo e deslocações, representam um decréscimo, face a 2010, de 25% no seu conjunto (30% em termos reais), sendo que essa redução é ainda superior para as rubricas de deslocações/estadas e ajudas de custo (29% a preços correntes e 34% a preços reais).

Quando comparado com o ano anterior (2014) o acréscimo de 81 mil euros (6,9%) verificado nas rubricas de comunicações, deslocações e estadas e ajudas de custo está diretamente relacionado com questões operacionais inerentes à atividade de prestação de serviços de navegação aérea, cujos valores refletem requisitos de ordem operacional ou gastos diretamente associados à representação da NAV Portugal em grupos e reuniões internacionais, no âmbito da ICAO, Comissão Europeia, CANSO, Eurocontrol e South West FAB, onde são definidas as políticas e procedimentos que regem a atividade de prestação de serviços de navegação aérea, pelo que a sua presença nesses fóruns se torna indispensável.

u

3.10-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Desde 2006 que a Empresa já tem domiciliada a sua conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP), dando cumprimento ao Regime de Tesouraria do Estado. De salientar que, em 31 de dezembro de 2015, a percentagem das disponibilidades e aplicações financeiras depositadas no IGCP ascende a 97,3%.

3.11-RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TC

Em 2015, a Empresa não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas (TC).

3.12- INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SÍTIO DO SEE, A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

No quadro a seguir apresentado encontra-se a informação solicitada, já disponível no sítio da Empresa em www.nav.pt e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data atualização	
Estatutos	X			2015.12.11	Em revisão
Caracterização da Empresa	X			2015.10.26	
Função de tutela e acionista	X			2015.10.26	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:					
Identificação dos Órgãos Sociais	X			2015.10.26	
Estatuto remuneratório Fixado	X			2015.10.26	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X			2015.10.26	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do C. A.	X			2015.10.26	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X			2015.10.26	
Esforço Financeiro Público	X			2015.10.26	
Ficha Síntese	X			2015.10.26	
Informação Financeira histórica e atual	X			2015.10.26	
Princípios de Bom governo					
Regulamentos internos e externos	X			2015.10.26	
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			2015.10.26	
Outras transações	X			2015.10.26	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X			2015.10.26	
Social	X			2015.10.26	
Ambiental	X			2015.10.26	
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			2015.10.26	
Código de Ética	X			2015.10.26	

A NAV Portugal, em cumprimento do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, elabora o relatório anual autónomo de governo

societário, designado por “Relatório de Governo Societário”, do qual consta informação sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei.

A informação relativa ao governo da sociedade, que consta do documento anteriormente mencionado, é também disponibilizada no sítio da Empresa em www.nav.pt, bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado – www.dgtf.pt, sendo, periodicamente, atualizada.



4. ESTRATÉGIA

Os benefícios sociais e económicos do transporte aéreo não oferecem contestação, permitindo ligar o mundo como nenhum outro meio de transporte, apoiando as empresas e as famílias em quase todos os locais do globo. A indústria da aviação contribui com mais de $2,4 \cdot 10^{12}$ US dólares para o produto interno bruto mundial (cerca de 3,4%), quando considerados os impactos diretos, indiretos, induzidos e catalíticos sobre o turismo⁶.

Em 2015, o número de passageiros transportados em todo o mundo foi de 3.545 milhões e a carga aérea ultrapassou 51 milhões de toneladas, esperando-se que, no corrente ano, esses números cresçam 6,7% e 2,8%, respetivamente⁷.

Porém, estes benefícios têm um custo ambiental expressivo, que é reconhecido pela indústria e que assume particular relevância na futura estratégia da aviação, tendo em vista o desafio de alcançar o objetivo nº 13, definido pelas Nações Unidas, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, de “tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos”.

O mais importante, neste domínio, é trabalhar em conjunto. Num setor tão competitivo como o nosso, é fundamental ter objetivos comuns, permitindo que todos os segmentos da indústria, sejam eles companhias aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves ou prestadores de serviços de navegação aérea, assumam a sua quota-parte de responsabilidade, mas também possam beneficiar das oportunidades que se lhe estão associadas.

No centro deste esforço colaborativo quanto ao futuro do clima, estão três metas que foram acordadas pela indústria em 2008, consubstanciando uma das primeiras iniciativas globais, sobre esta matéria. Esses objetivos são:

- Melhorar a eficiência do combustível, no período 2009-2020, em 1,5% de média anual (objetivo que, até à data, tem sido ultrapassado);
- Estabilizar as emissões líquidas de CO₂ aos níveis de 2020, com um crescimento neutro em carbono após essa data;

⁶ Aviation benefits beyond borders - Air Transport Action Group, April 2014

⁷ IATA Economics Report, 2015 End-year

- Reduzir as emissões líquidas de CO₂, da aviação, em 50%, usando o ano de 2005 como ponto de partida.

Considera-se que estes objetivos poderão ser alcançados através de uma estratégia assente em quatro pilares: novas tecnologias (incluindo o desenvolvimento e comercialização de combustíveis alternativos sustentáveis), operações mais eficientes, infraestruturas mais modernas e capazes e, por último, medidas globais baseadas em mecanismos de mercado para as emissões poluentes da aviação.

Os três primeiros pilares têm sido progressivamente implementados ao longo dos anos, com a entrada em operação de novas aeronaves e motores mais eficientes em termos de combustível, com a possibilidade de voar em rotas mais diretas, apoiadas por infraestruturas modernas e harmonizadas, embora no que respeita a combustíveis alternativos sustentáveis ainda exista um longo caminho a percorrer.

O quarto pilar será porventura o mais polémico, já que não basta o compromisso da indústria para o atingir. Aqui, será determinante a vontade política dos governos, havendo a expectativa de que, na próxima Assembleia da ICAO agendada para 27 de setembro a 7 de outubro de 2016, possa ser alcançado um acordo histórico sobre esta matéria.

No que respeita concretamente à NAV Portugal o enquadramento estratégico da prestação de serviços de navegação aérea, no qual a Empresa se insere, encontra-se balizado pelas orientações estratégicas definidas para o setor, aos diferentes níveis, nacional, europeu e mundial. Neste contexto de forte regulação, a atividade desenvolvida em 2015 procurou dar resposta adequada às orientações e objetivos estratégicos definidos para o período 2015-2019 (RP2).

A nível do Projeto do Céu Único Europeu, o ano de 2015 correspondeu ao início do segundo período de referência (RP2) no qual constam, para a Região de Informação de Lisboa, desafios de melhoria de desempenho, em diferentes aspetos da prestação de serviços, que vão desde a segurança operacional até à vertente económico-financeira, para cada um dos anos do período.



Os desafios que sistematicamente são colocados aos prestadores de serviços de navegação aérea no âmbito do Projeto do Céu Único Europeu requerem uma política de alianças e procura de sinergias, não só com as congéneres de outros países como também com a indústria, no sentido da criação, desenvolvimento e implementação de soluções inovadoras para o espaço europeu. Enquadram-se, neste contexto, os chamados Serviços Centralizados, conceito desenvolvido pelo Eurocontrol com o intuito de melhorar o desempenho e a competitividade, no pressuposto de que alguns serviços de apoio à navegação aérea podem ser executados de forma mais eficiente se agregados.

Dos catorze Serviços Centralizados lançados a concurso pelo Eurocontrol, a NAV Portugal apresentou declaração de interesse para sete, que foram identificados como sendo aqueles, em que pelo seu *know-how*, a NAV Portugal teria maior capacidade de satisfazer os requisitos exigidos, em função dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Esta adesão permitirá à NAV Portugal posicionar-se como um parceiro estratégico, no contexto nacional e europeu, para projetos a desenvolver no âmbito da navegação aérea, dando, paralelamente, cumprimento aos objetivos estratégicos da Empresa de sustentabilidade a médio prazo e de capacidade de resposta aos novos desafios, nos domínios da competitividade e da inovação.

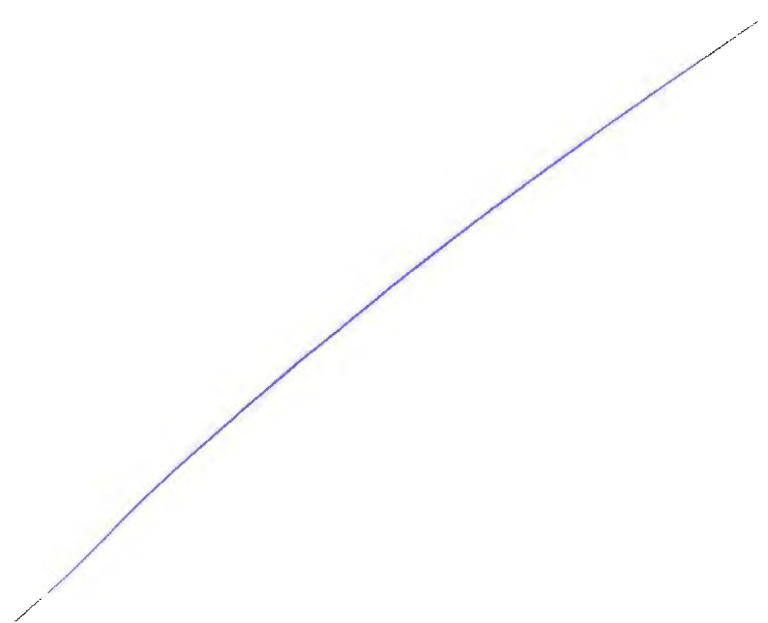
Durante o ano de 2015, e paralelamente à coordenação com os principais *stakeholders* nacionais – Tutela, ANAC, FA, ANA e IPMA – a empresa manteve uma participação ativa nas principais sedes de discussão internacional, designadamente, ICAO, EUROCONTROL, EU, CANSO e AEFMP⁸, que continuará a promover no futuro.

Além disso, e na esfera de ação do SW FAB, a NAV Portugal continuará, em conjunto com a sua congénere espanhola ENAIRE a assumir um papel de liderança nos vários projetos ligados à melhoria da eficiência de voo e gestão da capacidade, dotando-se das necessárias ferramentas à implementação dos vários planos setoriais na Região EUR.

⁸ Plano de Cooperação entre as Autoridades Supervisoras e Prestadores de Serviços de Navegação Aérea dos seguintes países: Algéria, Espanha, França, Marrocos e Portugal

Por outro lado, e considerando que a Região NAT é, neste momento, a que impõe ao setor da aviação os requisitos tecnológicos mais avançados, a NAV Portugal está bem posicionada para beneficiar dessa vantagem competitiva, uma vez que opera simultaneamente nas duas regiões, continuando a desenvolver iniciativas que contribuam para o melhor desempenho dos operadores e a eficiência ambiental, a par dos mais elevados padrões de segurança, dando resposta aos requisitos tecnológicos definidos para aquela região.

Assim, e no horizonte temporal de 2020, é propósito da NAV Portugal, enquanto responsável pela prestação de serviços de navegação aérea, continuar a cumprir na íntegra a missão que lhe foi atribuída, contribuindo, dessa forma, para uma maior integração do País no contexto internacional, dada a relevância da aviação civil na economia e na sociedade em geral.



5-EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

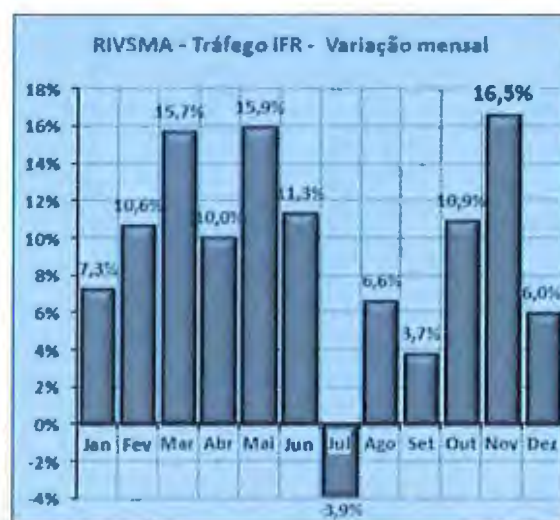
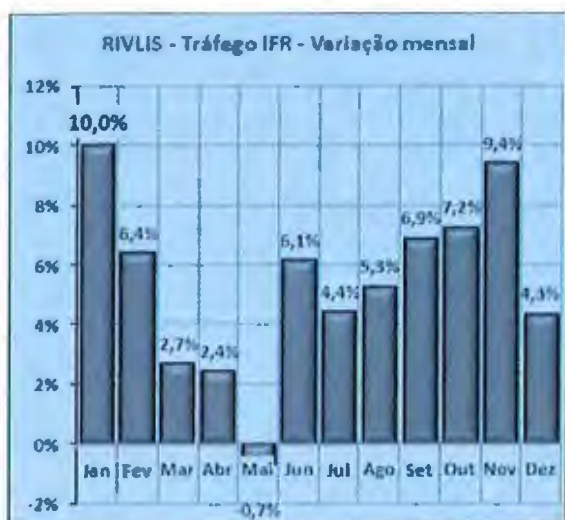
5.1-NÚMERO DE MOVIMENTOS CONTROLADOS

Ao longo do ano de 2015, o tráfego aéreo, medido em número total de movimentos IFR (*Instruments Flight Rules*), registou um acréscimo relativamente ao ano anterior, nas duas Regiões de Informação de Voo controladas por Portugal, que atingiu 5,3% na RIV de Lisboa e 8,8% na RIV de Santa Maria, o que representa uma variação média de aproximadamente 6% no total dos movimentos controlados (em média mais de 100 voos diários), tal como evidenciado no quadro seguinte:

TRÁFEGO (IFR)	RIV de Lisboa		RIV de Santa Maria	
	2015	Δ% 15/14	2015	Δ% 15/14
Entradas / Saídas	259 672	7,0	12 483	9,4
Sobrevoos	216 321	3,6	111 091	9,2
Domésticos	28 388	2,4	12 186	5,0
TOTAL	504 381	5,3	135 760	8,8

Embora a evolução anual verificada tenha sido semelhante, o comportamento mensal do tráfego foi diferente em cada Região de Informação de Voo:

- na RIV de Lisboa registaram-se variações positivas durante todos os meses do ano, com exceção de maio que registou uma ligeira quebra, tendo os meses de janeiro e novembro contribuído com os crescimentos mais significativos, 10% e 9,4%, respetivamente, e,
- na RIV de Santa Maria registaram-se variações positivas durante todos os meses do ano, com exceção de julho que registou uma quebra de 3,9%, tendo os meses de março, maio e novembro contribuído com os crescimentos mais significativos, cerca de 16%.



O atraso médio por movimento controlado foi de 0,69 minutos na RIV de Lisboa e de zero minutos na RIV de Santa Maria. No que respeita ao atraso médio por movimento controlado em rota, o valor em 2015 na RIV de Lisboa diminuiu para 0,48 minutos, face aos 0,50 minutos registados em 2014.

RIV DE LISBOA

Na RIV de Lisboa, o tráfego IFR Civil representou 98,9% do total de tráfego IFR, com um acréscimo de 5,2%. O tráfego IFR Militar, com um peso de apenas 1,1%, registou um aumento de 10,3%. Relativamente ao tráfego IFR são evidenciados, nos gráficos seguintes, os fluxos mais significativos, representando 62% do total das Entradas/Saídas e 80% dos Sobrevoos:

Principais Fluxos de Entradas/Saídas na RIVLIS - Variações 15/14



Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVLIS - Variações 15/14



RIV DE SANTA MARIA

Na RIV de Santa Maria, o tráfego IFR Civil representou 97,2% do total de tráfego IFR, com um acréscimo de 9,1%. O tráfego IFR Militar, com um peso de aproximadamente 2,8%, registou um decréscimo de 0,3%.

No que respeita ao tráfego IFR Civil são evidenciados, no gráfico seguinte, os fluxos mais significativos de sobrevoos (98% do total de sobrevoos):

Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVSMA - Variações 15/14



5.2·NÚMERO DE UNIDADES DE SERVIÇO

5.2.1·DE ROTA

A unidade de serviço de Rota é calculada multiplicando o fator distância pelo fator massa para a aeronave em causa, de acordo com o estabelecido no anexo IV do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 da Comissão, de 3 de maio.

O fator distância é obtido dividindo por cem o número de quilómetros percorridos na distância ortodrómica entre os pontos de entrada e de saída das zonas tarifárias, de acordo com o último plano de voo conhecido, registado pela aeronave em causa, para efeitos de fluxo de tráfego. O fator massa, expresso como um valor até duas casas



decimais, é a raiz quadrada do quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2015/2014 do número de unidades de serviço nas Zonas Tarifárias (ZT) de Lisboa e de Santa Maria:

Unidades de Serviço	ZT de Lisboa		ZT de Santa Maria	
	2015	Δ% 15/14	2015	Δ% 15/14
Taxáveis	3 114 406	4,3	4 566 358	12,2
Isentas	35 781	5,5	95 263	0,1
TOTAL	3 150 186	4,3	4 661 620	11,9

5.2.2·DE TERMINAL

A unidade de serviço de Terminal é igual ao fator massa da aeronave em causa, sendo o fator massa, expresso como um valor até duas casas decimais, o quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da maior massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave, elevado à potência 0,7, tal como estabelecido no anexo V do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 da Comissão, de 3 de maio.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2015/2014 do número de unidades de serviço na Zona Tarifária de Portugal Terminal:

Unidades de Serviço	ZT Portugal Terminal		
	2015	2014	Δ% 15/14
Taxáveis	203 459	189 953	7,1
Isentas	1 855	1 991	(6,8)
TOTAL	205 314	191 944	7,0

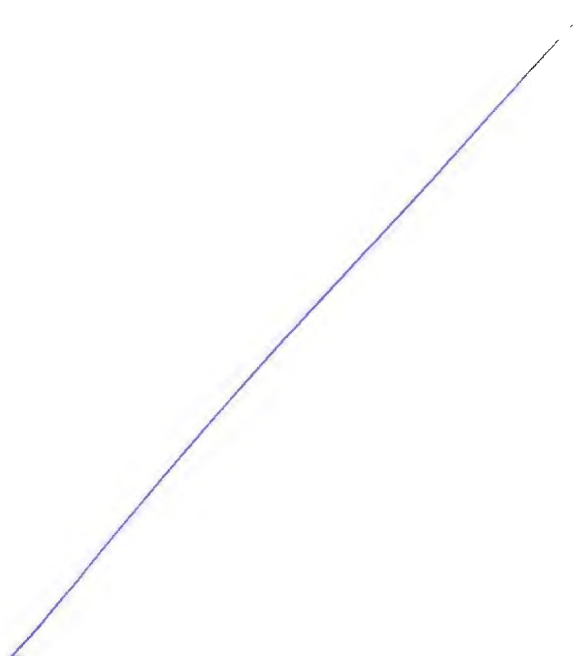
5.3·SAFETY

Na área da Segurança Operacional, o ano de 2015 foi positivo, não obstante se terem verificado 4 AIRPROX A e 6 AIRPROX B, todos na RIV de Lisboa, tendo sido submetidas 22 ocorrências a uma profunda avaliação do risco, através da utilização do RAT – *Risk Analysis Tool*.

Este resultado reflete uma política de prevenção proativa, implementada em todos os locais – TWR e ACC – que são periodicamente monitorizados, avaliando-se eventuais fatores de risco e adotando medidas que visem a mitigação/solução de situações de tráfego particulares e específicas de cada órgão ATC.

De salientar a reedição do programa *Team Resource Management* (TRM), sujeito à revisão dos anteriores procedimentos, e da realização de um processo de recrutamento e seleção de novos facilitadores TRM, que serão integrados em todos os órgãos onde havia vagas por preencher e a aposta na continuidade do Programa CISM (*critical incident stress management*).

A disseminação de boas práticas e lições colhidas, a nível nacional e internacional, posteriormente divulgadas e partilhadas junto dos diversos atores nacionais, aliada a uma participação ativa em diversos grupos e fóruns da área *Safety* (EUROCONTROL, EASA, ANA, EU e outros) têm-se revelado um fator determinante, com contributo decisivo para os bons resultados alcançados na Prevenção de Incidentes e Acidentes.



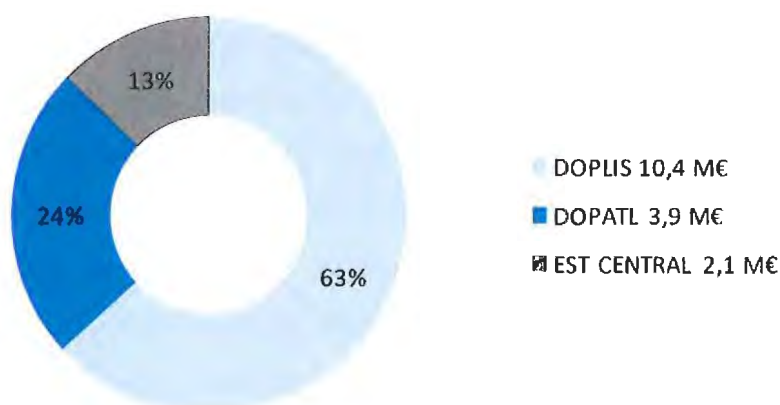
6- INVESTIMENTOS

A política de investimentos da NAV Portugal, nas suas áreas operacionais, é enquadrada pelos planos internacionais de harmonização da navegação aérea. Assim, os investimentos da RIV de Lisboa são planeados tendo em conta a harmonização e os objetivos (segurança, capacidade, eficiência) estabelecidos nos planos Europeus (*Single European Sky – SES; Pilot Common Project - PCP; European Single Sky Implementation – ESSIP*) e os da RIV de Santa Maria nos planos da região NAT (*North Atlantic*) da ICAO.

Os objetivos de capacidade dos órgãos ATS (*Air Traffic Services*) da NAV Portugal são estabelecidos de acordo com as previsões de médio prazo para a evolução do tráfego. O plano de investimentos em novos sistemas de apoio considera estes objetivos de capacidade, a disponibilização de novas tecnologias, bem como a necessária substituição de sistemas no termo da sua vida útil operacional.

Em 2015, o valor total dos investimentos da NAV Portugal ascendeu a 16,4 M€, significando um acréscimo de cerca de 50% relativamente a 2014, dos quais 14,3 M€ destinaram-se aos órgãos operacionais (centros de controlo, torres de controlo nos aeroportos e estações exteriores) e cerca de 2,1 M€ à estrutura central da Empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

INVESTIMENTOS (estrutura)



Dos investimentos realizados, em 2015, merecem destaque:

- desenvolvimento do projeto de migração do Sistema Atlântico (SATL) do Centro de Controlo de Santa Maria. Estando em operação, desde 2001, está a ser sujeito a uma renovação total de equipamentos, bem como à migração do sistema operativo para Linux, permitindo a introdução de novas funcionalidades de monitoria. Este investimento, cuja entrada em operação está prevista para o 1º semestre de 2016, visa prolongar por vários anos a vida útil do sistema, bem como concretizar os objetivos de aumento da eficiência, da flexibilidade e da capacidade operativa do SATL, bem como dos órgãos ATS suportados pelo sistema - o Centro de Controlo Oceânico e as Torres de Controlo dos Aeroportos dos Açores - na gestão do tráfego aéreo;
- conclusão do *upgrade* aos sistemas automáticos de observação meteorológica (AWOS) para fins aeronáuticos dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores no sentido de satisfazer recomendações para implementação das Emendas 75 e 76 ao Anexo 3 da ICAO, a que a NAV Portugal está obrigada como prestadora de serviços de tráfego aéreo, bem como a uniformização das versões do *Software AviMet* da VAISALA, e a substituição dos sensores dos sistemas meteorológicos dos aeroportos de Porto Santo e Santa Maria;
- entrada em operação de 3 estações *Remote Monitoring Unit* (RMU) instaladas em Lisboa, Montejunto e Foia, para monitorização das respetivas estações VGS (VHF-*Datalink Ground Stations*);
- reformulação de toda a estrutura da rede de dados e voz da RIV de Lisboa, que contempla a instalação de novos *Multiplexers*, integrada na reformulação do *hardware* da RINAL, proporcionando-lhe novas características e funcionalidades para suporte a sistemas adjacentes. Esta substituição tem por base as novas tecnologias IP/MPLS (*Multi-Protocol Message Terminal*), necessárias ao suporte de novos sistemas, e funcionalidades, com particular ênfase na segurança da rede. Esta reformulação permite ainda otimizar a estrutura de rede, aumentar as larguras de banda, a segurança e resiliência, para além de proporcionar uma diminuição dos custos de comunicações com a utilização de satélites;
- conclusão da instalação de um sistema VCS (*Voice Communication System*) para as Torres de Controlo dos Aeroportos de Porto Santo e da Horta, permitindo disponibilizar aos Controladores de Tráfego Aéreo um sistema único que



assegure todas as comunicações *Air/Ground* entre as Torres de Controlo daqueles aeroportos e as aeronaves nas respetivas áreas de operação, bem como a operação *Ground/Ground* com todos os seus correspondentes;

- substituição do VORTAC (*Combined VOR and TACAN*) - e respetivas infraestruturas - em Espichel, por um VOR/DME (*VHF Omni-directional Ranging/Distance Measurement Equipment*), para apoio à navegação aérea, disponibilizando orientação em azimuth e distância na RIV de Lisboa. A substituição do VORTAC ficou a dever-se ao facto de os equipamentos estarem em fim de vida útil;
- conclusão da 1ª fase da substituição do radar instalado em Porto Santo. A necessidade de substituição do radar surgiu devido ao facto de os equipamentos estarem numa situação de fim de vida útil, tendo ficado adiada a substituição para um radar Modo-S. Na primeira fase, já terminada, foram substituídos sistemas de processamento, controlo remoto e visualização técnica, a verificação e substituição de componentes deteriorados da antena. Na segunda fase, a iniciar em 2016, substituir-se-ão os extratores radar e far-se-á a revisão do pedestal da antena e eventual substituição dos motores;
- reabilitação parcial do edifício dos serviços técnicos do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, que apresentava um estado de degradação bastante elevado;
- reabilitação da Estação Radar de Fóia, incluindo a substituição dos dois grupos de emergência, que se encontravam obsoletos;
- execução de obras de construção das infraestruturas suporte para a instalação do Sistema de Aproximação e Aterragem de Precisão na pista 10 do aeroporto de Faro;
- instalação de um grupo de emergência no edifício dos Serviços Técnicos e Torre de Controlo do Aeroporto da Horta, necessário na sequência da separação das redes das Empresas NAV Portugal e ANA S.A., de modo a suportar o edifício energeticamente em caso de falha no normal abastecimento de energia da rede;
- implementação das infraestruturas de redes de dados e energia, nas salas de operações atual e provisória, STDS, Sala de Equipamentos e STS, no Centro de Controlo Oceânico, na ilha de Santa Maria e,
- conclusão das infraestruturas de suporte aos equipamentos de observação meteorológica no arquipélago dos Açores.



7-RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos da Empresa, desenvolvida no ano de 2015, obedece a objetivos e linhas de orientação constantes do documento "NAV Portugal: Visão 2020" onde, em linha com os objetivos estratégicos definidos, assumiu primordial relevância na Gestão de Recursos Humanos a necessidade contínua da adaptação qualitativa e quantitativa do capital humano, através da adoção de medidas de redimensionamento organizacional e de ajustamento dos perfis de competências.

Com efeito, a regulamentação europeia decorrente da implementação das diversas fases do "Céu Único Europeu", a par das exigências de competitividade impostas para a prestação de serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo de Santa Maria, impõe à NAV Portugal em geral e à gestão de recursos humanos, em particular, um conjunto de desafios relacionados, assente na procura da excelência organizacional.

Neste contexto, tem constituído preocupação fundamental a valorização e adaptação competitivas do tecido laboral da Empresa, através da prossecução das seguintes ações:

- dimensionamento e adaptação do universo laboral às novas exigências e desafios, através da adequação quantitativa e qualitativa dos recursos humanos, tendo em vista a melhoria dos níveis de produtividade e de qualidade de serviço;
- atualização do plano previsional de recursos humanos e,
- promoção do alinhamento organizativo, através da redefinição de competências dos colaboradores.

7.1-CARATERIZAÇÃO E MOBILIDADE DO UNIVERSO LABORAL

O universo laboral ativo, no final do ano de 2015, é constituído por 985 trabalhadores. Em termos funcionais os trabalhadores afetos às áreas de prestação de serviços de Tráfego Aéreo e de Segurança, Estratégia e Qualidade representam cerca de 79% daquele universo e a área de Estudos e Projetos representa 8%, estando os restantes 13% afetos aos serviços centrais.



Encontram-se ainda a cargo da Empresa 9 trabalhadores, sendo assim de 994 o número total de trabalhadores com vinculação contratual à NAV Portugal.

Universo Laboral ao serviço em 31-12-2015	985
Mercado de trabalho	965
Função pública	20
Contratos a termo	0
A cargo da NAV Portugal E.P.E.	9
Cessação de funções	7
Pré-reforma	2
Outras situações	0
Total de trabalhadores vinculados	994

Encontram-se noutras situações, discriminadas no quadro a seguir apresentado, 5 trabalhadores sem qualquer encargo para a Empresa:

Com vínculo suspenso	5
Nomeação para órgãos sociais	1
Requisição	1
Licença sem vencimento	3

Durante o ano de 2015 verificou-se uma redução na população laboral ativa, pelo efeito conjugado de 13 entradas e 20 saídas, em resultado de admissões e de processos de aposentação e reforma.

Efetivos	2015	%	2014
Início do ano	992	100	1 007
Entradas	13	1,3	6
Saídas	- 20	2,0	- 21
Final do ano	985	-0,7	992

Salienta-se que, das 20 saídas verificadas, 8 resultaram da inibição legal para o exercício de funções operacionais por parte de controladores de tráfego aéreo, os quais se encontram a aguardar a concessão da respetiva reforma ou aposentação, sendo as restantes saídas motivadas essencialmente por caducidade contratual, resultante de processos de aposentação ou reforma e de processos de desvinculação contratual.

As 13 entradas decorreram da necessidade de substituição de controladores de tráfego aéreo em consequência da sua cessação de funções operacionais, conforme anteriormente referido.

7.2·QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

A estrutura de Qualificações Profissionais mantém-se idêntica à do ano anterior, refletindo, assim, uma estabilização do perfil agregado de competências técnico-profissionais exigíveis.


A análise do perfil agregado de competências certificadas mostra que cerca de 66% do universo laboral da Empresa é constituído por quadros com formação universitária (Quadros Superiores e Quadros Médios) e cerca de 31% dos trabalhadores da Empresa possuem competências decorrentes de uma formação académica intermédia (Altamente Qualificados), conforme se evidencia no gráfico seguinte:

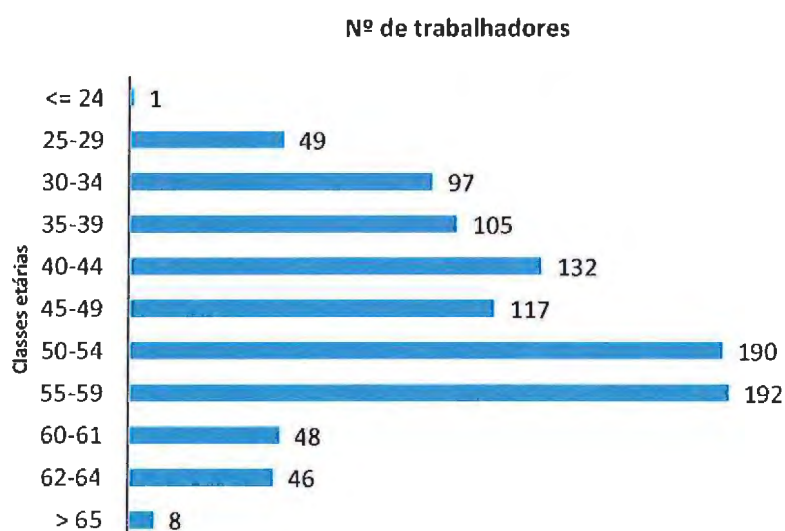


A manutenção do perfil agregado de competências certificadas que se tem vindo a verificar na Empresa, bem como dos seus elevados níveis de exigência, decorre essencialmente do esforço desenvolvido na caracterização das necessidades organizativas das missões funcionais críticas para a prestação de serviços de navegação aérea.

7.3·ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de distribuição etária, o universo laboral da Empresa tem o seu valor modal no intervalo compreendido entre os 55 e 59 anos, situando-se a estrutura etária média, nos 47 anos.





Esta situação evidencia por um lado, um reduzido nível de refrescamento dos quadros de pessoal em consequência do facto das necessidades organizativas de recrutamento se confinarem essencialmente à área de controlo de tráfego aéreo, que representa um terço do universo laboral, e por outro lado uma natural fidelização dos trabalhadores, em função do quadro de benefícios e de vantagens comparativas proporcionado pela Empresa.

7.4·ABSENTISMO

O absentismo global da Empresa, em 2015, situou-se em 5%, traduzindo um ligeiro acréscimo de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior. Constituíram fatores contributivos relevantes para a inatividade laboral registada, as situações de ausência motivadas por doença ou incapacidade temporária do próprio trabalhador e a proteção social de assistência à família e maternidade/paternidade, as quais representaram cerca de 76 % do total das ausências verificadas.

7.5·ATIVIDADE FORMATIVA

A valorização dos recursos humanos, capacitando-os para um melhor desempenho de funções e garantindo a eficácia dos resultados obtidos pelos serviços, constituiu, uma vez mais, no ano de 2015, um objetivo estratégico para a NAV Portugal.



Na prossecução desse objetivo e apesar da existência duma envolvente externa com condições adversas, a atividade formativa realizada pela Empresa, em 2015, foi resultado da continuação de uma política de formação, que visa dar efetiva possibilidade de desenvolvimento de competências aos seus trabalhadores, mantendo-os bem adaptados a uma realidade altamente mutável, podendo assim a Empresa garantir de modo permanente a prestação de serviços de qualidade, no âmbito das suas atribuições, sem descuidar a existência dum clima organizacional adequado à sua responsabilidade social.

A formação ministrada foi essencialmente de três tipos:

- inicial/qualificante: cujo objetivo é preparar novas admissões de pessoal operacional, nomeadamente para a área de controlo de tráfego aéreo;
- reciclagem/atualização: destinada a proporcionar aos trabalhadores as condições que lhes possibilitem desenvolver as suas competências e que os mantenha permanentemente atualizados, cumprindo igualmente com o estipulado na regulamentação aplicável ao setor da navegação aérea, nomeadamente no que está determinado para os "refrescamentos" destinados às áreas operacionais e,
- desenvolvimento/especialização: destinada à transmissão de novos conhecimentos, necessários à operação e manutenção de equipamentos e sistemas que resultam da implementação de novos projetos.

Efetivamente, o contributo dado pela formação, ao longo do tempo, tem vindo a revelar-se de toda a importância para que a NAV Portugal se apresente como ANSP de referência entre as suas congéneres. Em 2015, a Empresa realizou um número muito significativo de ações de formação internas (em sala e nos postos de trabalho), conforme sintetizado no quadro seguinte:

FORMAÇÃO INTERNA

ÁREAS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
Operacional/OJT	346	1 596	17 796	47 276
Formação geral	69	1 099	576	6 336
Técnica/Projeto	80	300	1 117	4 874
TOTAL	495	2 995	19 488	58 485

Em 2015, das 58.485 horas de formação realizadas internamente, 73,7% foram da responsabilidade direta do Centro de Formação. De salientar, pela sua importância e meios envolvidos, o programa de formação concretizado pela área operacional afeta à prestação dos serviços de tráfego aéreo, onde se inclui a formação inicial para preparação de novos controladores de tráfego aéreo (25.050 HP).

De referir, igualmente, pelo número de participantes envolvidos das áreas operacionais, as ações de refrescamento que foram realizadas ao longo do ano, com recurso a meios de simulação, bem como, para as direções operacionais, a formação OJT, destinada, nomeadamente, à obtenção de novas qualificações nos diversos órgãos ATC, que, pelo seu impacto na atividade, assume particular relevância (11.153 HP).

Na formação associada ao desenvolvimento de novos projetos, o número de participantes foi de 176, com 3.493 HP, enquanto na formação geral são de realçar as ações de sensibilização ambiental, primeiros socorros e combate a incêndios, direito aéreo e céu único, bem como ações no âmbito da segurança da aviação civil, envolvendo 1.099 participantes perfazendo um total de 6.336 HP.

Apesar das restrições existentes, a Empresa proporcionou igualmente a frequência, no exterior, de um conjunto importante de ações de formação, quer no país quer no estrangeiro, conforme se evidencia no quadro seguinte:

FORMAÇÃO EXTERNA

LOCAIS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
País	134	327	2 270	6 041
Estrangeiro	45	81	863	1 501
TOTAL	179	408	3 133	7 542

Na formação, ministrada por entidades externas (nacionais e estrangeiras), o plano concretizado em 2015 foi de continuidade e direcionado para a permanente atualização dos conhecimentos, bem como a aquisição de novas competências, sobretudo nas áreas de *safety*, das novas tecnologias, da gestão e dos novos processos.

No que respeita à formação no estrangeiro, o principal parceiro continua a ser o *Institute of Air Navigation Services* (Instilux), representando 64,6% das horas de formação recebidas fora do país.

ca

Na prestação de serviços para o exterior, o ano de 2015 assumiu particular relevância, tanto pelo conjunto de ações realizadas, como pelas ações que foram projetadas e contratualizadas, cuja realização se desenvolverá num futuro próximo.

Neste âmbito, das ações realizadas para diferentes entidades nacionais, destaca-se a formação ministrada para pilotos da TAP, no âmbito da cooperação existente nesta área entre as duas empresas, cujos resultados quantitativos se sintetizam no quadro seguinte:

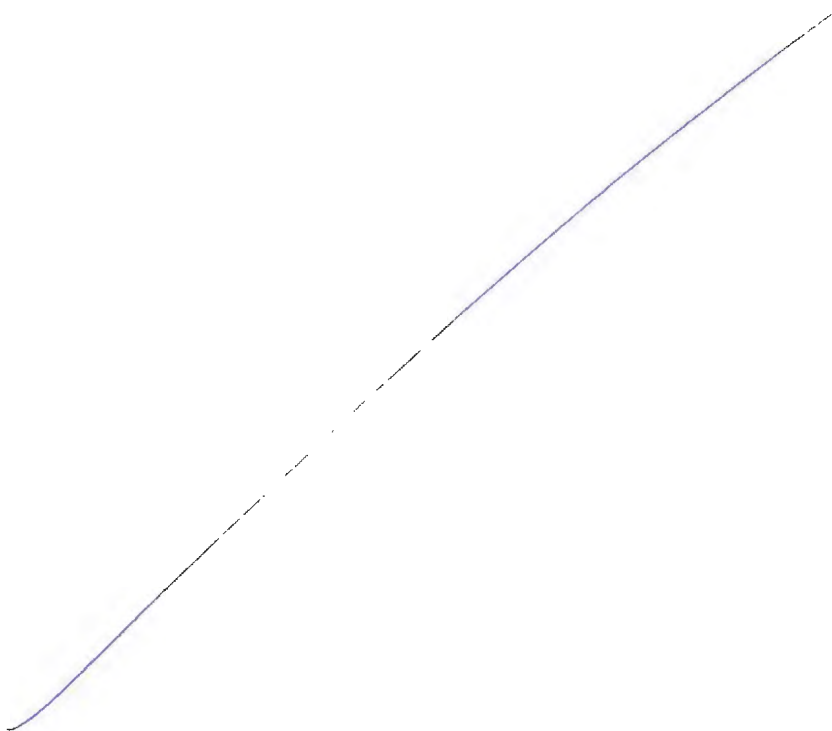
FORMAÇÃO PARA EXTERIOR				
LOCAIS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
Nacionais				
TAP	2	16	14	112
Câmaras Municipais, SATAe AEROCONDOR	4	22	249	1 428
Estrangeiras				
CAAC – ADA (CHINA)	1	13	90	1 170
TOTAL	7	51	353	2 710

A nível internacional, e no âmbito do protocolo assinado com as autoridades chinesas foi realizada uma ação de formação especificamente concebida, conforme nos foi pedido, designada por *Aeronautical Meteorology and Massive Delay Response System Course*, a qual decorreu na FORMA de 01 a 25 de novembro de 2015.

Realizaram-se ao longo do ano vários Testes de Proficiência Linguística, designados ICE, a pedido das Câmaras Municipais de Portimão, Vila Real, Viseu e Coimbra, para colaboradores seus, da área de Agentes de Informação de Tráfego de Aeródromo.

Na NAV Portugal, a missão que cabe à formação assume particular relevância e complexidade, tendo em consideração o contexto em que desenvolve a sua atividade. Tal desiderato obriga a que estejam disponíveis os recursos adequados, quer em termos técnicos quer didáticos, estando atualmente em fase de desenvolvimento vários projetos, dos quais se destacam, como exemplo, o desenvolvimento de novas funcionalidades para o simulador de controlo radar, envolvendo recursos internos e externos. De realçar a entrada em funcionamento do simulador de controlo de aeródromo, permitindo, para além da atualização tecnológica, a duplicação do número de posições e a possibilidade de simular o ambiente real de cada órgão de controlo.

Foi criado um espaço destinado à auto preparação dos alunos do curso de formação inicial para controladores de tráfego aéreo, considerada fundamental, num contexto de utilização otimizada da capacidade formativa, dando um passo importante na utilização das novas tecnologias, nomeadamente o “*e-learning*”. A utilização desta ferramenta, que se pretende extensível a outras áreas da formação, merecerá particular atenção no decorrer de 2016.



8-ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1-POLÍTICA DE PREÇOS – TAXAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional, da União Europeia, da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) e de Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal, nomeadamente:

- Regulamento de Execução (UE) N° 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015;
- Regulamento de Execução (UE) N° 391/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea, para o segundo período de referência (2015-2019) e,
- Princípios de Estabelecimento da Base de Custos relativa às Taxas de Rota e Princípios de Cálculo das Taxas Unitárias – Documento EUROCONTROL N° 15.60.01, de abril de 2015, que transpõe as bases dos referidos Regulamentos, no que toca às taxas de rota, para o quadro jurídico da Organização.

A política de isenções, definida pelo Estado português, está consagrada na seguinte legislação nacional:

- Taxas de Rota: Portaria n° 1467-B/2001 de 31 de dezembro e,
- Taxas de Terminal: Decreto Regulamentar n° 12/99 de 30 de julho (artigo n.º 5 que se mantém em vigor, apesar de revogado pelo Decreto Regulamentar n° 24/2009, de 4 de setembro, por força do estipulado no n°1 do artigo 82º de Decreto-Lei n° 254/2012, de 28 de novembro, e até à publicação de legislação específica sobre esta matéria).

Acrescem, ainda, as normas que estipulam a possibilidade dos prestadores de serviços de navegação aérea recusarem a prestação desses serviços a entidades devedoras de taxas de rota e/ou terminal, conforme consignado no Decreto-Lei n° 163/2015, de 17 de agosto. Este normativo transpõe, para o quadro jurídico nacional, o disposto no n.º 3 do artigo 18.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013, que prevê, em caso de não pagamento das taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea, o

dever dos Estados-Membros da União Europeia garantirem a aplicação de medidas coercivas eficazes. Estas medidas podem incluir a recusa de serviços, a imobilização de aeronaves ou outras medidas coercivas conformes com o direito aplicável.

8.1.1 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE ROTA

As taxas devidas pela prestação de serviços de rota aos utilizadores do espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal são determinadas no estrito cumprimento dos Princípios anteriormente referidos, em ambas as Zonas Tarifárias (ZT) de Rota estabelecidas para Portugal:

- Zona Tarifária de Rota de Lisboa, compreendendo o espaço aéreo da Região Superior de Informação de Voo de Lisboa e o da Região de Informação de Voo de Lisboa e,
- Zona Tarifária de Rota de Santa Maria, compreendendo o espaço aéreo da Região de Informação de Voo de Santa Maria.

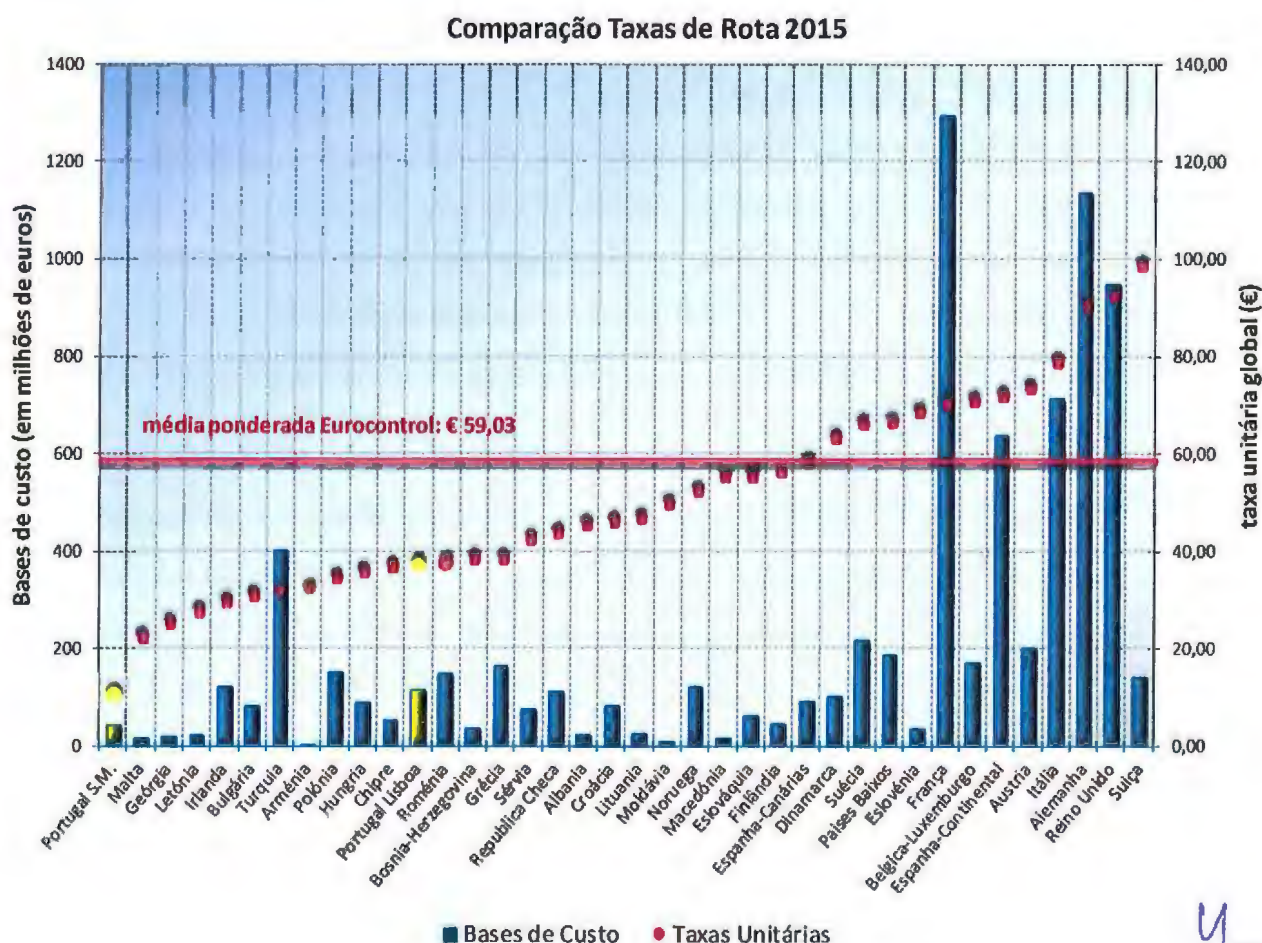
De acordo com os referidos Regulamentos (UE) e Princípios definidos pelo EUROCONTROL, a taxa unitária nacional de rota, para o ano n , é determinada pela soma algébrica dos custos fixados, para esse ano, no início do período de referência (tendo este segundo período sido estabelecido para o horizonte temporal 2015-2019), com os ajustamentos decorrentes da diferença entre a inflação prevista e a inflação real e do mecanismo de partilha de riscos de tráfego referentes ao período $n-2$, sendo essa soma dividida pelo número previsto de unidades de serviço de rota, para o ano n , em cada Zona Tarifária.

Esta taxa visa a recuperação dos custos nacionais fixados com a prestação dos serviços de rota suportados pela NAV Portugal e pelas restantes entidades nacionais envolvidas (ANAC, IPMA, FA e MARINHA), bem como os custos suportados pela Agência EUROCONTROL na parte alocada a Portugal. As taxas unitárias nacionais de rota, aprovadas pela Decisão nº 132 da Comissão Alargada do EUROCONTROL, de 5 de dezembro de 2014, para vigorar em 2015, cifraram-se em € 37,13 na Zona Tarifária de Lisboa e € 10,32 na Zona Tarifária de Santa Maria, traduzindo, face a 2014, um decréscimo de 4,2% e de 1,2% respetivamente.

Taxas	ZONA TARIFÁRIA de ROTA de LISBOA				ZONA TARIFÁRIA de ROTA de SANTA MARIA			
	2015	2014	\ Valor	\ %	2015	2014	\ Valor	\ %
Unitárias nacionais	37,13 €	38,74 €	-1,61 €	-4,2%	10,32 €	10,45 €	-0,13 €	-1,2%

A taxa unitária administrativa regional, calculada pela divisão dos custos estimados do Serviço Central de Taxas de Rota do Eurocontrol (SCTR) pelo número total de unidades de serviço, estimado para 2015, no espaço aéreo do conjunto dos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota, visa a recuperação dos custos suportados pelo SCTR com a faturação e cobrança das taxas de rota, em nome dos Estados Participantes no referido Acordo Multilateral, tendo sido fixada em € 0,11 para 2015, valor inferior em € 0,04 (-26,7%) ao aplicado no ano anterior (€ 0,15).

Do somatório da taxa unitária nacional com a taxa unitária administrativa regional, resultaram os valores das taxas unitárias globais de rota que foram aplicados em 2015, de € 37,24 na Zona Tarifária de Lisboa e de € 10,43 na Zona Tarifária de Santa Maria, valores que são substancialmente inferiores à média ponderada das taxas unitárias globais praticadas pelos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota (€ 59,03), tal como é ilustrado no gráfico da página seguinte:



8.1.2 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE TERMINAL

Nos termos da regulamentação anteriormente referida, a atividade de terminal passou, a partir de 1 de janeiro de 2015, a estar sujeita ao mesmo regime tarifário e sistema de desempenho que a atividade de rota, nomeadamente no que respeita aos mecanismos de partilha dos riscos de tráfego e de custos. Deste modo, a base de custos para efeitos do cálculo da Taxa Unitária de Terminal, em vigor desde 1 de janeiro de 2015, foi estabelecida em conformidade com o disposto no Regulamento de Execução (EU) Nº 391/2013, incluindo apenas os custos suportados pela NAV Portugal com a prestação dos serviços de Terminal nos Aeroportos Nacionais servidos pela Empresa (Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores).

Assim sendo, e tendo em conta a previsão de unidades de serviço para o conjunto dos aeroportos nacionais no período, a Taxa Unitária de Terminal de 2015 foi fixada em €125,84, valor determinado de acordo com a fórmula de cálculo das unidades de serviço, estipulada no ponto 1 do Anexo V ao referido Regulamento, considerando o fator massa elevado à potência de 0,7.

8.1.3 CONSULTA COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS UTILIZADORES

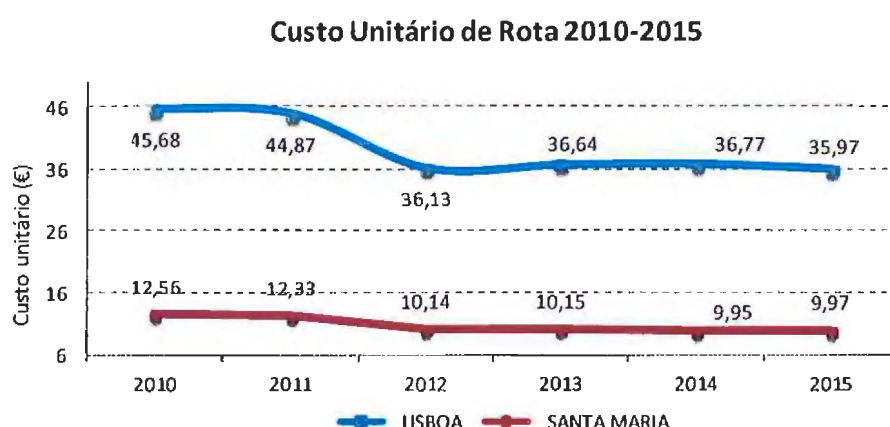
Em representação do Estado Português, a NAV Portugal participou nas Reuniões de Consulta Multilateral do Comité Alargado para as Taxas de Rota com as Organizações Representativas dos Utilizadores realizadas na sede do EUROCONTROL, em Bruxelas, em junho e em novembro de 2014, sobre as taxas unitárias de rota a vigorar em 2015.

As propostas de taxas unitárias nacionais de Rota para 2015, a aplicar nas Zonas Tarifárias de Lisboa e de Santa Maria, foram apresentadas, analisadas e adotadas pelo Comité Alargado, na sua 103ª reunião com as Organizações Representativas dos Utilizadores, realizada na sede do Eurocontrol em 19 e 20 de novembro de 2014, submetidas ao Conselho Provisório na 42ª reunião, de 4 de dezembro de 2014, e aprovadas pela Comissão Alargada do Eurocontrol, em 5 de dezembro de 2014.

De salientar que as taxas unitárias nacionais fixadas para 2015, correspondem ao valor dos custos unitários calculados pela divisão entre os custos totais nacionais fixados

para o 2º Período de Referência – horizonte 2015-2019 – e as unidades de serviço previstas para esse mesmo período, ajustados pelos fatores de inflação e partilha de risco de tráfego, referentes a 2013 (n-2), de acordo com o previsto no Regulamento de Execução (EU) nº 391/2013.

O esforço de Portugal na contenção dos seus custos com a prestação dos Serviços de Rota, nas Zonas Tarifárias de Rota de Lisboa e de Santa Maria, está bem patente na evolução dos respetivos custos unitários ao longo do período 2010-2015, tal como ilustrado no gráfico seguinte:



No que respeita à Taxa Unitária de Terminal, a NAV Portugal submeteu ao INAC, atualmente ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil), em 5 de novembro de 2014, as informações relativas a custos, investimentos, tráfego e taxa unitária proposta para 2015, as quais foram posteriormente enviadas pela ANAC à Comissão Europeia e ao EUROCONTROL. A taxa unitária de 2015 (€ 125,84) foi aprovada pela Portaria n.º 155/2015, de 28 de maio, do Ministério da Economia, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

8.2-RENDIMENTOS

Nos termos dos regulamentos em vigor, constituem rendimentos operacionais da NAV Portugal o valor da prestação de serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, correspondente ao financiamento obtido através das taxas de navegação aérea, fixadas para 2015 e cobradas aos utilizadores dos respetivos serviços.

✓

Os rendimentos de 2015, decorrentes da prestação de serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, incorporam a correção resultante das variações ocorridas no tráfego e na taxa de inflação, face aos valores inicialmente previstos para o ano, no Plano de Desempenho (PD) do SW FAB para o RP2, no que respeita à ZT de Rota de Lisboa e ZT Portugal Terminal, bem como aos valores considerados na Base de Custos, para a ZT de Santa Maria, de acordo com os regulamentos referidos em 8.1.

Assim, os rendimentos relativos à prestação de serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, obtidos em 2015, resultam do produto das unidades de serviço taxáveis pelo custo unitário determinado, para este ano, corrigido dos ajustamentos resultantes da:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real, e;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido nos n.ºs 2 a 5, do artigo 13.º, do Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013.

Em resultado da aplicação das regras acima descritas, os rendimentos operacionais obtidos pela NAV Portugal, em 2015, ascenderam a 164,1 milhões de euros, o que traduz um ligeiro decréscimo de 0,2% face ao ano anterior, com uma variação negativa de 1,9% (-2,6 M€) nos rendimentos de rota e um crescimento de 8,7% (+2,2 M€) nos rendimentos de terminal.

A variação dos rendimentos de rota é explicada por comportamentos distintos dos seus diversos componentes, designadamente:

- ao nível das receitas do período – um acréscimo de 1,3% na ZT de Lisboa, justificado por um acréscimo das unidades de serviço taxáveis de 4,3% e uma redução de 2,9% do custo unitário e um significativo aumento de 11,2% na ZT de Santa Maria, derivado de um crescimento das unidades de serviço taxáveis de 12,2%, aliado a uma pequena redução do respetivo custo unitário de 0,9%;
- ao nível dos ajustamentos – uma variação de -2,7 M€ em inflação, uma vez que o diferencial acumulado do IHPC⁹ em 2014-2015 foi negativo em 1,58 pontos percentuais e a devolução aos utilizadores de 3 M€ relativos a partilha de risco de tráfego; e,



⁹ Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

- ao nível do investimento em bens de capital – um diferencial de 1,7 M€ decorrente da restituição aos utilizadores, em 2014, do valor correspondente a amortizações e juros de investimentos planeados para o RP1, e que não foram concretizados/corporizados nesse período.

Os rendimentos de terminal, calculados pela primeira vez à luz dos princípios estipulados pelo Regulamento de Execução (EU) N° 391/2013, cresceram 8,7% relativamente ao ano anterior, devido ao efeito conjugado de 7,1% de acréscimo nas unidades de serviço taxáveis e de 4,7% no respetivo custo unitário, e também da devolução aos utilizadores do ajustamento de inflação, no valor de 0,43 M€, e de 0,34 M€ referente a partilha de risco de tráfego.

O quadro seguinte mostra a evolução das diversas rubricas de Rendimentos e Ganhos, no período em análise:

RENDIMENTOS

Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2015		2014		Δ 15/14	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	164.140	96,7	164.529	97,2	(389)	(0,2)
. ROTA	136.635	80,5	139.231	82,2	(2.596)	(1,9)
. LISBOA	99.706	58,7	102.499	60,5	(2.794)	(2,7)
. SANTA MARIA	36.929	21,7	36.732	21,7	198	0,5
. TERMINAL	27.505	16,2	25.298	14,9	2.207	8,7
IMPARIIDADE DE DIVIDAS A RECEBER	745	0,4	0	0,0	745	s.s.
PROVISÕES	315	0,2	0	s.s.	315	s.s.
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.718	1,6	3.247	1,9	(529)	(16,3)
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	108	0,1	157	0,1	(49)	(31,1)
TRABALHOS P. PRÓPRIA ENTIDADE	1.783	1,0	1.363	0,8	420	30,8
TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	169.809	100,0	169.296	100,0	513	0,3

De salientar, no entanto, que os rendimentos de prestação de serviços estão subtraídos do montante de 2,4 milhões de euros, correspondente aos custos com os voos isentos de taxas de rota e de terminal, em conformidade com a política de isenção de taxas definida pelo Estado português, traduzindo-se numa redução de receitas para a Empresa. Nos termos do estabelecido no Artigo 10º do Regulamento de Execução (UE) N° 391/2013, bem como nos referidos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser reembolsados pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, e até à data, não se tem verificado.

Com um peso pouco significativo no total dos Rendimentos e Ganhos é de referir a parcela referente aos Trabalhos para a Própria Empresa (1%) e a rubrica de Outros (com 2,3% do total), onde se englobam os juros e dividendos, os rendimentos relativos ao aeródromo de Cascais, a reversão de imparidades, a redução de provisões e os rendimentos da formação prestada a diversas entidades.

8.3·GASTOS

Em 2015, o total de Gastos e Perdas suportado pela NAV Portugal ascendeu a 160,2 milhões de euros, representando um acréscimo de cerca de 3,8% face ao valor registado no exercício anterior, de acordo com a estrutura apresentada no quadro seguinte:

GASTOS

Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2015		2014		Δ 15/14	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
GASTOS COM PESSOAL	126.480	78,9	119.441	77,4	7.039	5,9
CONSUMOS E FORN. SERV. EXTERNOS	15.424	9,6	14.587	9,4	837	5,7
GASTOS/REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES	10.476	6,5	10.414	6,7	62	0,6
OUTROS GASTOS E PERDAS	7.833	4,9	8.784	5,7	(951)	(10,8)
IMPARIDADES	0	0,0	1.110	0,7	(1.110)	(100,0)
PROVISÕES	0	0,0	5	0,0	(5)	(100,0)
JUROS E GASTOS SIMILARES	9	0,0	32	0,0	(23)	(71,7)
TOTAL GASTOS E PERDAS	160.223	100,0	154.373	100,0	5.850	3,8

A rubrica com maior peso na estrutura de gastos da Empresa é a de Pessoal, representando cerca de 79% do total, tendo registado, em 2015, um significativo acréscimo (5,9%) face ao ano anterior, decorrente do aumento dos encargos com prémios para pensões, traduzido num acréscimo de cerca de 4,4 M€ comparativamente aos gastos registados em 2014, a que acresce um aumento nas remunerações de, aproximadamente, 2,2 M€ em resultado das atualizações e progressões salariais.

A evolução registada na rubrica Consumos e Fornecimentos e Serviços Externos evidencia um agravamento face a 2014 (5,7%), decorrente do comportamento de um conjunto de rubricas, designadamente: os gastos com trabalhos especializados (10%), rendas e alugueres de circuitos telefónicos (17%), eletricidade (13%), deslocações e estadas (13%) e conservação e reparação (23%).

u

O acréscimo de 0,6% na rubrica Amortizações reflete o nível de realização do programa de investimentos em 2015, sendo que, do plano inicialmente definido, nem todos os projetos entraram em operação até ao final do exercício, pelo que, foram diferidos para 2016.

Os restantes gastos registam um decréscimo de 2,1 M€ (-21%) face ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado de vários fatores, designadamente: a inexistência de imparidades, em 2015, a redução da Contribuição Financeira relativa ao Eurocontrol de 0,6 M€ e uma ligeira redução dos custos de financiamento.

8.4•RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2015 regista um lucro de cerca de 6,9 milhões de euros. A sua discriminação e comparação com o valor verificado em 2014 são evidenciadas no quadro seguinte:

RESULTADOS

Unidade : milhares de euros

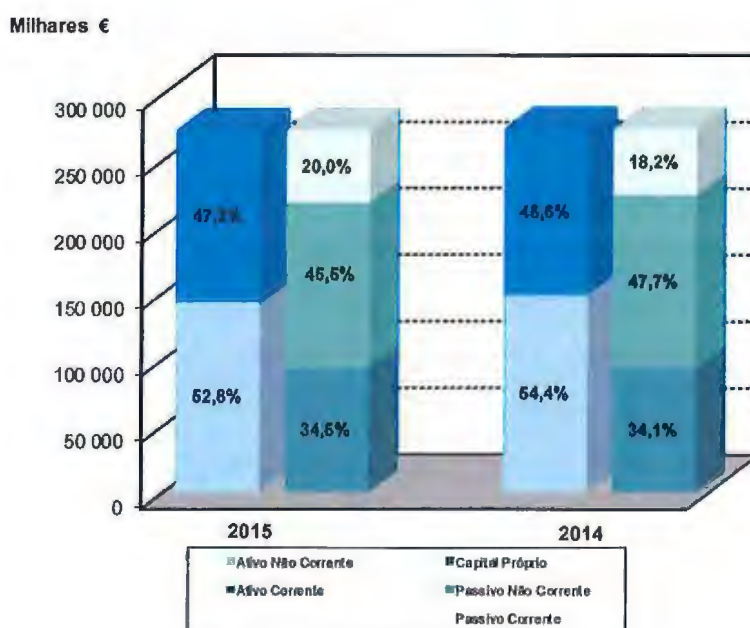
Rubricas	2015		2014		Δ 15/14	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RENDIMENTOS	169.809	100,0	169.296	100,0	513	0,3
GASTOS (-)	160.215	94,3	154.341	91,2	5.874	3,8
RES. A. GASTOS FINANC. E IMPOSTOS	9.594	5,7	14.955	8,8	(5.360)	(35,8)
JUROS SUPOSTADOS (-)	9	0,0	32	0,0	(23)	(71,7)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (RAI)	9.585	5,6	14.922	8,8	(5.337)	(35,8)
IMPOSTOS S/RENDIMENTO (-)	2.912	1,7	4.202	2,5	(1.290)	(30,7)
IMPOSTOS DIFERIDOS (-)	(252)	(0,1)	4.140	2,4	4.392	(106,1)
RESULTADO LÍQUIDO (RL)	6.925	4,1	6.580	3,9	345	5,2

O Resultado Operacional, no montante de cerca de 9,6 M€, registou um decréscimo de 5,4 M€ relativamente a 2014, em resultado dos vários desenvolvimentos, descritos nos parágrafos anteriores, nas rubricas de rendimentos e gastos.

O facto de o Resultado Líquido evidenciar um acréscimo de 0,3 M€ face a 2014, está exclusivamente associado à variação dos Impostos diferidos, fortemente influenciada pela taxa de IRC de 21% utilizada neste cálculo em 2014, comparativamente à taxa efetiva de imposto de 23%, daquele ano.

8.5. ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Capital Próprio, no final de 2015, é de aproximadamente de 93,9 M€, contribuindo para uma cobertura do Ativo Total de 34,5%. Em 31 de dezembro, o Ativo Líquido ascendeu a 272,4 M€, dos quais cerca de 53% respeitam a elementos do Ativo Não Corrente. A evolução da situação patrimonial continua a revelar uma prudente estrutura de financiamento, como se comprova no gráfico seguinte:



9-INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A gestão do espaço aéreo é um processo dinâmico que visa acomodar a evolução do tráfego. Consciente desta problemática e atenta às necessidades dos seus clientes, a NAV Portugal tem vindo a adaptar, de forma proativa, as estruturas do espaço aéreo ao crescimento da procura e à Regulamentação internacional em vigor.

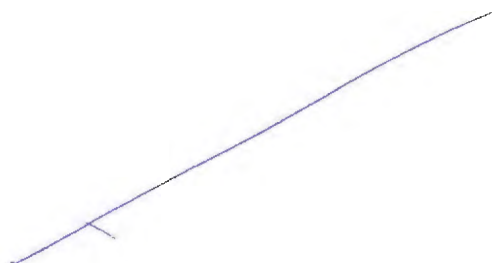
De destacar três conjuntos de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), ocorridas ao longo de 2015, designadamente:

- As relacionadas com o objetivo de garantir níveis elevados de segurança:
 - versão atualizada do Sistema ATM para as Torres de Controlo dos aeroportos de Faro e Sá Carneiro, versão TWRATMV2.2/2.3 com as principais funcionalidades anteriormente operacionalizadas no sistema LISATM na sua versão V9.0, na qual se destaca: TTW (*Track Termination Warning*); Gestão de Áreas de Reservadas; CLAM (*Cleared Level Adherence Monitor*) e Separação Mínima na Área de Vectorização da TMA.
 - instalação da versão do LISATM v9.0.5 no ACC de Lisboa e Torre de Controlo com as seguintes novas funcionalidades: reconfiguração da CWP – CWP2020, coordenação OLDI no Ponto BARDI, apresentação HMI para o CFL e Mode C e, Modo Sombra da funcionalidade CDM.
- As relacionadas com o cumprimento de Requisitos Regulamentares:
 - desenvolvimento de ferramentas de avaliação e monitoria estatística da comunicação *Data Link* para implementação da comunicação silenciosa entre Piloto e Controlador (DLIC), no âmbito do programa Link2000+ do Eurocontrol e na prevista IR (*Implementing Rule*) 1032/2009 da CE;
 - desenvolvimento de *interface* em C++ e Java para implementação da comunicação de dados ADS-C (*Automatic Dependent Surveillance – Contract*), Simulador e HMI (*Human-Machine Interface*) para CWP (*Controller Working Position*) no âmbito do projeto *Data Link* da NAV Portugal, integrado no programa Link2000+ do EUROCONTROL;
 - configuração do *interface* do sistema ATM para adequação ao protocolo FMTP (*Flight Message Transfer Protocol*), conforme *standard* em vigor e previsto na IR (*Implementing Rule*) 633/2007 da CE, para a vertente IPv6 (*Internet Protocol*)

W

- version). As ligações OLDI (*On-Line Data Interchange*) com Madrid, Sevilha e Canárias serão transitadas para IPv6 após testes de integração com interlocutor da FIR adjacente;
- implementação no sistema EID (*Electronic Information Display*) da funcionalidade de gestão e apresentação de áreas reservadas para as posições de controlo (CWP2020) e,
 - implementação das mensagens de coordenação automática que faltam para o cumprimento integral dos requisitos obrigatórios da IR 1032/2006, que deverão ser integradas no sistema do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, no início de 2016, no âmbito do LISATM V9.1.
- As relacionadas com a melhoria dos padrões de desempenho e garantia da qualidade do serviço prestado:
- desenvolvimento da versão do SIMATM V4.0 no Pré-OJT do ACC de Lisboa com as seguintes novas funcionalidades: adaptação aos requisitos específicos dos setores APP (*approach*); ocupação de novas salas de Pré-OJT para CTA e Pilotos adaptada aos requisitos operacionais com aumento de capacidade de posições CWP, SWP e de Piloto; *upgrade* das infraestruturas e sua monitoria técnica de VCS, HW e SW ATM; redesenho da CWP ATM para melhor adequação à CWP Operacional do LISATM e conclusão da gestão automática da atualização sincronizada dos dados de *Environment* (QNH) entre o LISATM na sala do CCTAL e a Torre de Lisboa.

De salientar que os gastos despendidos com I&D foram suportados no âmbito dos projetos em curso desenvolvidos pela NAV Portugal.



10·PERSPETIVAS FUTURAS

As projeções mais recentes, para a economia mundial, divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁰, apontam para um crescimento de 3,4% em 2016 e 3,6% em 2017, indicando uma recuperação mais gradual do que a projetada em outubro de 2015, especialmente nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

A desaceleração e reequilíbrio da economia chinesa, os reduzidos preços das matérias-primas e as tensões que prevalecem em algumas importantes economias emergentes, continuarão a pesar sobre as perspetivas de crescimento para o biénio 2016-17.

Nas economias desenvolvidas, é esperado um crescimento de 0,2 pontos percentuais (para 2,1%) em 2016, valor que se deverá manter estável em 2017. Nos Estados Unidos, a atividade económica deverá permanecer sólida, apoiada por condições financeiras flexíveis e o reforço dos mercados de habitação e de trabalho, embora a valorização do dólar pese negativamente sobre a atividade industrial e a queda dos preços do petróleo sobre o investimento no setor.

Na zona euro, o FMI prevê que a subida do consumo privado, apoiada na redução dos preços do petróleo e nas condições financeiras flexíveis, possa compensar a desaceleração esperada das exportações líquidas.

No Japão, a recuperação económica deverá confirmar-se em 2016, beneficiando de uma política fiscal mais expansionista, baixo preço do petróleo e condições financeiras acomodáticas.

A recuperação do crescimento nos próximos dois anos, a despeito da desaceleração em curso na China, assenta basicamente na previsão de uma melhoria gradual das taxas de crescimento nos países que, de momento, atravessam dificuldades económicas, como o Brasil, a Rússia e alguns países do Médio Oriente, embora se mantenha condicionada pela possibilidade de ocorrência de novos choques económicos ou políticos.

¹⁰ WORLD ECONOMIC OUTLOOK UPDATE, January 2016

u

No que respeita à economia portuguesa, as projeções do Banco de Portugal¹¹ apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do biénio 2016-17, com um crescimento médio anual do PIB de 1,7% em 2016 e de 1,8% em 2017, o que configura um dinamismo próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro.

Esta projeção é caracterizada por um crescimento sustentado da procura interna, a par de um crescimento robusto das exportações, refletindo a continuação da reafectação de recursos produtivos para setores com maior exposição à concorrência internacional. Neste quadro, o grau de abertura da economia portuguesa deverá registar um aumento significativo, embora com acréscimos semelhantes do peso das exportações e das importações no PIB, o que permitirá prosseguir a correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados no passado.

No que respeita ao setor do tráfego aéreo, a previsão mais recente divulgada pelo Serviço de Estatística e Previsões (STATFOR) do Eurocontrol para 2016¹², estima um crescimento de 2,4% no número de voos realizados na Europa, com um intervalo de incerteza de $\pm 1,4$ pontos percentuais, em linha com a previsão publicada em setembro de 2015. Este crescimento é influenciado positivamente pelo efeito do ano bissexto, mas também pela expansão das transportadoras “low-cost”, existindo, no entanto, riscos de deterioração relacionados com a incerteza económica a nível global.

A previsão de crescimento do número de voos para a Europa, em 2017, é agora de 2,1% ($\pm 1,3$ pp). Retirando o efeito do ano bissexto ($\pm 0,3$ pp), o crescimento esperado seria de 2,1% para 2016 e de 2,4% para 2017.

Esta previsão do STATFOR teve em consideração diversos acontecimentos, que poderão influenciar a procura de tráfego nos diferentes Estados Membros, de que se destaca, pelo interesse para o nosso país, a eventualidade de alterações no padrão de procura de viagens de turismo.

Prevê-se que os recentes acontecimentos na Turquia e o consequente agravamento da tensão com a Rússia, bem como a recomendação de não viajar em turismo para o

¹¹ Boletim Económico, dezembro 2015

¹² EUROCONTROL Seven-Year Forecast February 2016, STATFOR

u

Norte de Africa (Tunísia e Egipto), conduzam à identificação de destinos de férias alternativos.

As últimas informações, prestadas pelos operadores turísticos e pelas companhias aéreas, apontam para um reforço da procura em Espanha, Portugal, Grécia, Bulgária e Croácia, pelo que as perspetivas de crescimento foram revistas em alta para estes países.

Com efeito, para Portugal, o STATFOR prevê, no cenário de referência, a seguinte evolução em 2016: i) um crescimento, no número total de movimentos IFR (*Instruments Flight Rules*), de 5,9% na RIV de Lisboa e de 6,2% na RIV de Santa Maria, ii) um acréscimo ligeiramente inferior no número de unidades de serviço totais – 5,2% na RIV de Lisboa e 4,6% na RIV de Santa Maria, e iii) um aumento de 7,9% de unidades de serviço totais, na Zona Tarifária de Portugal Terminal, que desde 2016 integra também o aeródromo de Cascais.

No que respeita ao Sistema de Desempenho, definido a nível europeu em conformidade com o Regulamento de Execução (UE) N° 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, recorda-se que, tal como referido no Capítulo 2, a proposta mais recente de metas para a área da Capacidade – atraso ATFM em rota – por alteração às anteriores versões do RP2 SOWEPP, ainda aguarda a aprovação da Comissão Europeia.

De realçar que, neste segundo período de referência, os prestadores de serviços de navegação aérea passam a estar sujeitos a um esquema de incentivos, que se traduz na possibilidade de recebimento de bónus ou pagamento de penalizações, consoante os atrasos gerados fiquem aquém ou excedam o objetivo definido, tendo como limite 1,0% das suas receitas anuais.

Se a nova proposta de metas de Capacidade, apresentada em 4 de fevereiro último, for aprovada pela CE, as Autoridades Supervisoras Nacionais de Portugal e Espanha deverão rever, nos próximos meses e sob proposta dos dois prestadores de serviços de navegação aérea, o regime de incentivos anteriormente apresentado.

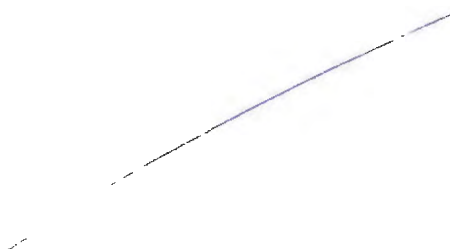


Ainda na sequência dessa proposta, assume particular relevância a contínua monitorização, pela NAV Portugal, dos valores diários dos atrasos em rota, de molde a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos nesta área e implementar, se necessário, as adequadas medidas de mitigação.

Além destes aspetos de natureza conjuntural, que deverão influenciar a evolução da atividade da Empresa no futuro próximo, estão também em debate temas estruturantes da política europeia neste setor, de que se destacam a proposta da Comissão Europeia para a Estratégia da Aviação na Europa e o projeto sobre o futuro do Céu Único Europeu, nomeadamente no que respeita à definição do modelo de regulação económica após o segundo período de referência.

A NAV Portugal continuará a participar nestes processos, contribuindo para a definição de um modelo justo e coerente, através da participação ativa nos diversos grupos de trabalho onde está representada e de uma estreita coordenação com as restantes entidades nacionais envolvidas.

Além disso, prosseguirá a sua contínua adaptação às novas exigências do setor onde exerce a sua atividade, abraçando novos desafios, criando valor para os seus clientes e salvaguardando a posição empresarial que detém a nível nacional e internacional.



11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que seja dada a seguinte aplicação aos Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 6.925.447,79 €:

- *RESERVA GERAL* 692.544,78 €
Artº 22º dos Estatutos (10% dos Resultados Líquidos)
- *FUNDO PARA FINS SOCIAIS* 69.254,48 €
Artº 22º dos Estatutos (1% dos Resultados Líquidos)
- *REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS INVESTIDOS*..... 3.462.723,90 €
(50% dos Resultados Líquidos)
- *RESERVA PARA INVESTIMENTOS*.. 2.700.924,63 €
Artº 22º dos Estatutos (remanescente)

Lisboa, 30 de junho de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Filipe Ottolini Coimbra
Presidente

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

✓
Agus


Balanço individual em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		15-12-31	14-12-31
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	70.903.497	63.236.552
Ativos intangíveis	8	2.530.569	4.248.136
Participações financeiras - outros métodos	9	344.684	344.684
Ativos por impostos diferidos	10	24.216.311	23.880.430
Outras contas a receber	15	22.021.153	30.031.721
Diferimentos	16	23.813.511	27.178.861
		143.829.724	148.920.385
Corrente			
Inventários	11	379.727	362.184
Cientes	12	31.850.782	31.555.309
Adiantamentos a fornecedores	13	40.672	27.832
Estado e outros entes públicos	14	641.162	1.661.847
Outras contas a receber	15	19.844.712	14.066.421
Diferimentos	16	2.669.836	2.830.354
Caixa e depósitos bancários	4	73.103.808	74.084.327
		128.530.698	124.588.274
Total do ativo		272.360.422	273.508.659
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	17	25.000.000	25.000.000
Reservas legais	18	18.321.414	17.564.711
Outras reservas	18	24.203.808	24.131.742
Resultados transitados	19	19.040.398	19.669.408
Ajustamentos em ativos financeiros	9	(766.379)	(766.379)
Outras variações no capital próprio	20	1.159.131	1.223.406
		86.958.372	86.822.888
Resultado líquido do período		6.925.448	6.580.181
		93.883.820	93.403.069
Total do capital próprio		93.883.820	93.403.069
Passivo			
Não corrente			
Provisões	21	1.930.866	2.410.929
Financiamentos obtidos	22	2.327.715	4.824.705
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	112.106.552	117.854.014
Passivos por impostos diferidos	10	674.367	584.135
Diferimentos	16	7.054.865	4.748.316
		124.094.365	130.422.099
Corrente			
Fornecedores	24	3.194.038	3.477.852
Adiantamentos de clientes	25	68.116	248.360
Estado e outros entes públicos	14	4.987.841	4.678.677
Financiamento obtidos	22	2.496.990	2.496.990
Outras contas a pagar	26	39.978.628	36.192.591
Diferimentos	16	3.656.626	2.589.020
		54.382.238	49.683.491
Total do passivo		178.476.603	180.105.590
Total do capital próprio e do passivo		272.360.422	273.508.659

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.


Conselho de Administração

Luis Filipe Ottolini Coimbra



O Contabilista Certificado

Ana Paula Fernandes Gomes



Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	28	164.139.903	164.528.649
Subsídios à exploração	29	108.466	157.383
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	120.232	101.282
Trabalhos para a própria entidade	8	1.782.637	1.362.803
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(366.962)	(332.805)
Fornecimentos e serviços externos	30	(15.057.168)	(14.253.886)
Gastos com o pessoal	31	(126.480.417)	(119.440.949)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	11	-	(5.479)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	744.550	(1.104.574)
Provisões (aumentos/ reduções)	21	315.438	(5.325)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizações (perdas / reversões)	9	-	-
Outros rendimentos e ganhos	32	2.597.736	3.145.709
Outros gastos e perdas	33	(7.833.191)	(8.783.758)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.071.223	25.369.049
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(10.476.439)	(10.414.302)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.594.784	14.954.747
Juros e rendimentos similares obtidos	34	-	-
Juros e gastos similares suportados	35	(9.152)	(32.363)
Resultados antes de impostos		9.585.632	14.922.383
Imposto sobre o rendimento do período	36	(2.660.184)	(8.342.202)
Resultado líquido do exercício		6.925.448	6.580.181

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra

O Contabilista Certificado

Ana Paula Fernandes Gomes

Demonstração individual das alterações no capital próprio

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

DESCRIÇÃO		Atribuível aos acionistas						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	
Posição no início do período de 2014		25.000.000	17.388.765	24.114.985	14.139.402	(766.379)	669.162	87.752.698
Alterações no período								
Alterações políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	942	-	(158.127)	(157.185)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	712.370	712.370
	7	-	-	-	942	-	554.244	555.186
Resultado líquido do período	8						6.580.181	6.580.181
Resultado integral	9 = 7 + 8						6.580.181	7.135.367
Operações com detentores de capital no período								
Outras Operações		-	175.946	16.757	5.528.985	-	-	(1.484.996)
Transf. para outras reservas		-	-	-	-	-	-	-
	10	-	175.946	16.757	5.528.985	-	-	(1.484.996)
Posição no fim do período de 2014	11 = 8 + 7 + 8 + 10	25.000.000	17.564.711	24.131.742	19.669.408	(766.379)	1.223.406	93.403.069
Posição no início do período de 2015		25.000.000	17.564.711	24.131.742	19.669.408	(766.379)	1.223.406	93.403.069
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(2.508)	-	(3.435)	(5.943)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	(60.840)	(60.840)
	7	-	-	-	(2.508)	-	(64.276)	(66.783)
Resultado líquido do período	8						6.925.448	6.925.448
Resultado integral	9 = 7 + 8						6.925.448	6.858.666
Operações com detentores de capital no período								
Outras Operações		-	758.703	72.066	(626.503)	-	-	(6.377.915)
	10	-	758.703	72.066	(626.503)	-	-	(6.377.915)
Posição no fim do período de 2015	11 = 6 + 7 + 8 + 10	25.000.000	18.321.414	24.203.808	19.040.398	(766.379)	1.159.131	93.883.819

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

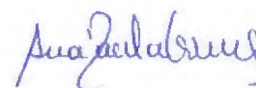
Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



O Contabilista Certificado

Ana Paula Fernandes Gomes



Demonstração individual de fluxos de caixa


Período findo em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	13	185.776.318	186.297.792
Pagamentos a fornecedores	25	(21.192.833)	(22.461.238)
Pagamentos ao pessoal	31	(126.032.521)	(123.448.189)
Caixa gerada pelas operações		38.550.964	40.388.365
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	36	(1.864.588)	(5.808.883)
Outros recebimentos/ pagamentos	16,27	(17.010.942)	(13.838.675)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		19.675.434	20.740.807
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(11.961.744)	(10.396.864)
Investimentos financeiros	9, 10	-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7	3.685	20.290
Investimentos financeiros	9, 10	-	-
Juros e rendimentos similares	34	70.102	229.855
Dividendos		116.736	97.837
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(11.771.220)	(10.048.883)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	23	(2.496.990)	(2.496.990)
Juros e gastos similares	35	(9.827)	(33.444)
Dividendos	10	(6.377.915)	(1.482.959)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(8.884.732)	(4.013.394)
Variação de caixa e seus equivalentes		(980.519)	6.678.530
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	74.084.327	67.405.797
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	73.103.808	74.084.327

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

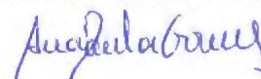
Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



O Contabilista Certificado

Ana Paula Fernandes Gomes



Anexo às demonstrações financeiras individuais

1.	Introdução	73
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	74
3.	Principais políticas contabilísticas	75
4.	Demonstração de fluxos de caixa	95
5.	Políticas de Gestão de Riscos Financeiros	96
6.	Informação por segmentos.....	99
7.	Ativos fixos tangíveis	100
8.	Ativos Intangíveis	102
9.	Participações financeiras – Outros métodos	103
10.	Ativos e Passivos por Impostos Diferidos.....	105
11.	Inventários.....	107
12.	Clientes	107
13.	Adiantamentos a fornecedores	108
14.	Estado e outros entes públicos	108
15.	Outras contas a receber.....	108
16.	Diferimentos	111
17.	Capital realizado	112
18.	Reservas	113
19.	Resultados transitados	114
20.	Outras variações no Capital próprio.....	114
21.	Provisões	115
22.	Financiamentos obtidos.....	116
23.	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	117
24.	Fornecedores	123
25.	Adiantamentos de clientes	124
26.	Outras contas a pagar	124
27.	Remuneração dos órgãos sociais	124
28.	Vendas e Prestação de serviços	125
29.	Subsídios à exploração.....	125
30.	Fornecimentos e serviços externos	125
31.	Gastos com o pessoal.....	125
32.	Outros rendimentos e ganhos.....	126
33.	Outros gastos e perdas.....	126
34.	Juros e rendimentos similares obtidos.....	126
35.	Juros e gastos similares suportados	126
36.	Imposto sobre o rendimento do período.....	127
37.	Compromissos	128
38.	Contingências	128
39.	Acontecimentos subsequentes.....	129

*h
Aves*

1. Introdução

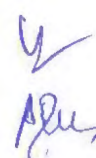
A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (referida neste anexo como “NAV Portugal” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, no Arruamento D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, Lisboa – Portugal, foi constituída a 18 de dezembro de 1998, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 404/98, do qual resultou a separação das atividades de exploração aeroportuária e navegação aérea, até então asseguradas pela entidade designada presentemente por ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., sendo que as primeiras operações referidas permanecem sob a administração desta entidade de direito privado. A nova Empresa passou a designar-se por Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P., denominação revogada a favor de Entidade Pública Empresarial Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E., através do Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, oficializando, paralelamente, o aumento do Capital Estatutário em € 60.160 por incorporação de reservas, tendo este sido redenominado para € 25.000.000.

Constitui objeto principal da NAV Portugal o serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, assegurando a gestão, exploração e desenvolvimento dos sistemas de navegação aérea, nele se compreendendo os serviços de gestão de tráfego aéreo e atividades com eles conexas e pelos mesmos exigidos, em cumprimento das normas de convenções internacionais ou de organizações internacionais de aviação civil de que Portugal seja respetivamente subscritor ou Estado Membro.

A Empresa gere os bens de interesse público do Estado Português, afetos à sua atividade regulada. São também denominados como Património da NAV Portugal os bens adquiridos por esta durante, e para, o exercício da sua atividade, podendo administrá-los e deles livremente dispor. Estes têm a seguinte natureza:

Bens dominiais:

- i) Terrenos utilizados diretamente na prestação do serviço público de navegação aérea;
- ii) Edifícios e construções implantadas nesses edifícios e,
- iii) Equipamentos básicos integrados nos terrenos descritos em i) e nos edifícios e construções descritos em ii).



Bens patrimoniais:

- i) Terrenos, edifícios e equipamento básico que não estejam a ser utilizados diretamente na atividade de navegação aérea e,
- ii) Todos os restantes equipamentos ligeiros e pesados, mobiliários e viaturas de carga, transporte e similares.

A NAV Portugal é uma Empresa de capitais públicos, que age sob a tutela do Estado Português, sendo detida integralmente por este.

Estas demonstrações financeiras foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, em 30 de junho de 2016, sendo as peças que as compõem apresentadas à Tutela, em conformidade com a alínea d) do nº 2 do artigo 6º e da subalínea III) da alínea d) do artigo 14º dos Estatutos da Empresa e de acordo com o estatuído nos artigos 26º, na alínea h), nº 1 do artigo 44º e nos nºs 1 e 3 do artigo 45º, todos do Decreto-Lei nº 133/2013. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da NAV Portugal, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

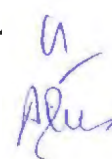
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela NAV Portugal, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou as áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras individuais, são apresentadas na nota 3.22.



A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efetuar a liquidação pelo saldo líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e liquidados simultaneamente.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

2.3. Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro

No decurso dos exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram alterações às políticas contabilísticas, alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que merecessem correção.

2.4. Continuidade das Operações

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da NAV Portugal e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.



Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão, pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados como Juros e rendimentos similares obtidos ou Juros e gastos similares suportados, se relacionadas com empréstimos, ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2015	2014
USD	1,0887	1,2141
CAD	1,5116	1,4063
GBP	0,7340	0,7789

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014.

3.2. Ativos fixos tangíveis

O ativo fixo tangível da Empresa compreende:

- Bens dominiais cedidos – Inclui os bens cedidos pelo Estado sem qualquer contrapartida, nomeadamente, terrenos e edifícios e outras construções implantadas nesses terrenos.
- Bens dominiais adquiridos – Inclui os bens adquiridos pela Empresa que se encontram implantados em bens do domínio público.
- Bens patrimoniais – Inclui todos os restantes bens registados como ativos fixos tangíveis que tenham sido adquiridos pela Empresa.

Os bens dominiais são bens afetos à atividade da Empresa, que os administra livremente, mas que no entanto não os pode alienar, dada a sua sujeição ao regime do domínio público.

Os ativos fixos tangíveis, incluindo os dominiais, estão registados ao custo considerado, deduzido de depreciações e imparidades acumuladas e estão a ser depreciados numa base sistemática durante a sua vida útil estimada. Alguns destes ativos tinham sido

reavaliados de acordo com os diplomas legais, tendo sido a última reavaliação efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo acrescido das despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e dos demais encargos suportados para assegurar que o ativo se encontre na localização e condição de utilização pretendidas tais como, encargos com formação inicial, ocorridos em fase de projeto, dada especificamente para possibilitar operar os equipamentos e, encargos com benefícios dos empregados (pe. salários) diretamente relacionados com tais atividades, desde que fiavelmente mensuráveis.

A capitalização, no ativo tangível, dos custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas no desenvolvimento dos ativos da Empresa, é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida da rubrica de trabalhos para a própria Empresa.

Custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são acrescidos ao custo do mesmo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos, na rubrica Fornecimentos e serviços externos da demonstração dos resultados.

O montante estimado a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros é considerado como parte do custo inicial do respetivo ativo, sempre que assuma valores significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Naturezas	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 03 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 04 e 06 anos
Ferramentas	Entre 04 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 03 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 03 e 15 anos

4

Plus

As vidas úteis remanescentes dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro de forma a que as depreciações praticadas estejam em conformidade com o padrão de consumo dos mesmos.

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística, pelo que o seu impacto é registado de forma prospetiva, ou seja, no próprio exercício e em exercícios seguintes.

Os ganhos ou perdas a registar na demonstração dos resultados aquando da alienação de elementos do ativo fixo tangível são determinados pela diferença entre o valor de realização do bem e o valor contabilístico líquido do mesmo.

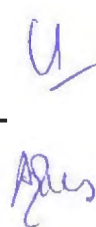
3.3. Ativos Intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente compreende o seu preço de compra, adicionado de quaisquer custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido deduzido de eventuais descontos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para a NAV Portugal e que o custo do mesmo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso da NAV Portugal, os ativos que se enquadram neste âmbito são essencialmente desenvolvimentos internos de *software*, os quais são alvo de capitalização quando, cumulativamente, se encontrem asseguradas as seguintes condições:

- i) É considerado pelos serviços competentes como sendo tecnicamente viável de ser concluído;
- ii) Existe uma intenção expressa pela Administração da Empresa de utilizar o *software* que resultará do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
- iii) Está demonstrado que a utilização do produto tem benefícios para a operação da NAV Portugal;
- iv) Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto e,



- v) A NAV Portugal dispõe de capacidade para mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os encargos associados são imediatamente reconhecidos em resultados do período.

A NAV Portugal mensura os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo inicial deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram em operação. A vida útil é determinada com base na melhor estimativa para o consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados no balanço da NAV Portugal referem-se essencialmente a *software* e licenças de *software* informático, os quais são amortizados segundo a vida útil estimada, estabelecida de acordo com a indicação técnica, entre 3 e 5 anos.

3.4. Imparidade de ativos

A NAV Portugal realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que a quantia recuperável determinada é inferior à quantia escriturada dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

3.5. Participações Financeiras

Para reconhecimento das suas participações financeiras em empresas associadas, a NAV Portugal utiliza o método da equivalência patrimonial. Relativamente às restantes participações financeiras, a Empresa considera, para efeitos de mensuração, o custo de aquisição deduzido de imparidades.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é registado pelo valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, caso em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo na rubrica de provisões.

3.6. Ativos financeiros

A Empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Empresa tem intenção e capacidade de manter até à maturidade e,
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes, exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

u
Agus

Os ativos financeiros são reconhecidos no momento em que a Empresa se torna parte nas disposições contratuais do instrumento financeiro, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem, na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Empréstimos concedidos e Contas a receber são classificados no balanço como Clientes e Outras contas a receber (notas 12 e 15) e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a NAV Portugal não irá receber os montantes em dívida, de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Ativos financeiros disponíveis para venda, existindo são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. No caso de não haver mercado ativo, as participações de capital noutras empresas são mantidas ao custo histórico.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Atividade regulada

Complementarmente, na ausência de normativo específico no âmbito do SNC, e supletivamente no âmbito das Normas Internacionais de Relato Financeiro do IASB, de

u
Agus

acordo com o definido na nota 3.22, a Administração da NAV elegeu o FAS 71: *Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation* como base para a definição da política de relato financeiro aplicável aos efeitos da regulação.

A NAV Portugal enquadra-se no âmbito deste normativo por o mesmo ser de aplicação a empresas que tenham atividades reguladas que cumpram cumulativamente com os seguintes critérios:

- As taxas dos serviços regulados são definidas ou aprovadas por uma entidade reguladora independente;
- As taxas são definidas de forma a permitirem à Empresa recuperar os custos de prestar o serviço regulado e,
- Atendendo à procura e concorrência estimadas, é razoável assumir que as taxas fixadas são suficientes para recuperar os custos e que irão ser cobradas aos clientes.

São reconhecidos em Outras contas a receber os custos que sejam aceites pelo regulador na base de custos no período em que são incorridos, sempre que seja provável que: i) o crédito, no mínimo idêntico ao montante dos custos, venha a ser incluído na taxa, e ii) o crédito futuro seja para ressarcir custos incorridos no passado e não custos futuros de natureza similar.

Os desvios de taxas apurados a pagar ou a receber são, respetivamente, considerados como Outras contas a receber e Diferimentos e reconhecidos ao seu valor presente.

A fixação das taxas praticadas pela NAV Portugal é feita na base dos gastos fixados para o ano N enquanto parcela do período de referência (RP1: 2012-2014 e RP2: 2015-2019). Eventuais ajustamentos decorrentes de desvios da procura, da inflação ou dos gastos reais não controláveis, são refletidos, através do mecanismo corretor, nas taxas a aplicar em N+2, para os dois primeiros fatores e nos anos seguintes dentro do segundo período de referência (2015-2019) para o terceiro fator atrás enunciado, reconhecendo um acréscimo de crédito (Ativo regulatório) por contrapartida de Outras contas a receber – Devedores por acréscimo de rendimento, no caso de subfaturação, ou reconhecendo um contra-crédito (Passivo regulatório) por contrapartida de Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, no caso de sobre-faturação.

4

Agus

A NAV Portugal avalia, a cada data de encerramento do seu período de relato, quanto à existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Em investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor das ações abaixo do seu custo também constitui evidência em como os ativos se encontram em imparidade. Caso alguma evidência comparável exista para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como sendo a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade daquele ativo financeiro previamente reconhecida em ganhos ou perdas – é retirada de Capitais Próprios e reconhecida na demonstração de resultados.

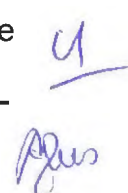
Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados, relativamente a instrumentos de capital próprio, não são revertidas através da demonstração de resultados. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que ocorra depois dos factos que levaram ao reconhecimento da perda de imparidade na demonstração de resultados, a perda de imparidade é revertida através da demonstração de resultados.

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em Ajustamento de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

A Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e



descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.7. Imparidade de ativos financeiros

A NAV Portugal avalia, à data de encerramento do período de relato, a existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros está em imparidade, e a Empresa incorre em perdas de imparidade, apenas quando exista evidência objetiva de imparidade, fruto de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, e esse evento de perda (ou eventos) produza impactos ao nível dos *cash-flows* do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que podem ser fiavelmente estimados.

Os critérios utilizados pela NAV Portugal para determinar a existência de evidência objetiva quanto a perdas de imparidade incluem:

- i) Dificuldades financeiras significativas da parte do devedor e,
- ii) Violação contratual, derivada de insolvência ou incumprimento no pagamento de juros ou serviço da dívida.

O montante da perda é mensurado como sendo a diferença entre o valor escriturado do ativo e o valor presente dos *cash flows* futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontadas à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. O valor escriturado do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, durante um período subsequente, o montante da perda de imparidade decresce, e tal decréscimo possa ser objetivamente atribuído a um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade (tais como melhorias ao nível do *rating* de crédito do devedor), a reversão da perda de imparidade previamente registada deverá ser reconhecida na demonstração de resultados.



3.8. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Esta rubrica compreende essencialmente materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

O método de custeio utilizado é o do custo médio ponderado.

3.9. Capital estatutário

O capital estatutário encontra-se totalmente realizado. O capital estatutário só pode ser aumentado ou reduzido por decisão do Ministro das Finanças e do Ministro da Tutela. Pode ser aumentado por dotações governamentais, por entradas patrimoniais ou por incorporação de reservas.

3.10. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem os Financiamentos obtidos, Fornecedores e Outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente

apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo mediante o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, situação em que são classificados no passivo não corrente.

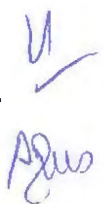
3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, o qual considera as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. De acordo com o definido pela Comissão de Normalização Contabilística, são reconhecidos impostos diferidos sobre os subsídios ao investimento, a reconhecer no capital próprio.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que as exceções previstas na norma não são aplicáveis à NAV Portugal.



3.12. Benefícios aos empregados

A Empresa concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência consubstanciados em Fundos de pensões e assegura ainda aos seus empregados e pensionistas um seguro de saúde.

Fundos de pensões – Plano de benefícios definidos

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuário independente, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado, denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Fundos de pensões – Plano de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de contribuição definida são reconhecidas como gastos no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados, abrangidos pelo plano, prestam os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

Encargos com Pensões – Antecipação da pensão por velhice

De acordo com o Decreto – Lei nº 155/2009, de 9 de julho, as pensões relativas ao período de antecipação da pensão por velhice dos CTA, afetos ao sistema público de segurança social, são suportadas conjuntamente pela NAV Portugal e pelo orçamento da Segurança Social, na proporção de 60% e 40%, respetivamente.

4

Agus

Do ponto de vista contabilístico, a Empresa tem reconhecido, desde 2004, estas responsabilidades com trabalhadores no ativo e pensionistas sendo que, o custo inerente aos ativos foi, inicialmente, diferido por se aguardar então a publicação em 2008 e 2009 dos referidos diplomas.

Com a publicação de tais diplomas, a Empresa deu início, em 2008, à amortização da quantia, reportada a 31 de dezembro de 2007, respeitante a tais responsabilidades por serviços passados com os trabalhadores abrangidos no ativo, em função do número de anos da sua vida ativa, sendo esta amortização considerada na respetiva base de custos para efeitos do cálculo das taxas de rota e de terminal.

Seguro de saúde

As responsabilidades assumidas com o seguro de saúde constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o seguro de saúde são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima, exceto no que se refere aos ativos do plano.

Reconhecimento dos desvios atuariais

A NAV Portugal reconhece todos os ganhos e perdas atuariais apurados, de todos os planos em vigor, diretamente nos resultados do período.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao considerar-se a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

3.14. Subsídios

A NAV Portugal reconhece os subsídios pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio, Outras variações no capital próprio, sendo subsequentemente creditados na rubrica, Subsídios ao investimento da demonstração dos resultados, numa base pro-rata baseada na depreciação dos ativos a que estão associados. Os subsídios ao investimento são assim reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a NAV Portugal detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos.

Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor de entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, sempre que a NAV Portugal não tem a opção de compra no final do contrato ou pelo período de vida útil estimado quando a NAV Portugal tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da mesma.

3.16. Rédito

As prestações de serviços da Empresa respeitam aos serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, cujos custos são financiados pelas taxas, de rota e de terminal, cobradas aos utilizadores dos respetivos serviços de navegação aérea. Estas taxas constituem assim a remuneração dos custos suportados pela Empresa com a prestação dos referidos serviços.

A taxa unitária de rota é devida por cada voo efetuado, de acordo com os procedimentos resultantes da aplicação das Normas e Recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional, no espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal (RIV de Lisboa e RIV de Santa Maria), sendo aprovada, por unanimidade, pela Comissão Alargada do EUROCONTROL e publicada por despacho do Ministro responsável pelo setor dos transportes.

À prestação de serviços de rota foi aplicado pela primeira vez em 2012 o novo regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea, com a introdução do mecanismo da partilha de riscos de tráfego e de custos entre os ANSP e os utilizadores, consignado no Regulamento (UE) nº 1191/2010, pelas alterações introduzidas ao Regulamento (CE) nº 1794/2006, e no Regulamento de execução (UE) nº 391/2013, todos da Comissão.



Assim sendo, a taxa unitária de rota, em cada ano n , é determinada de acordo com os custos fixados no início de cada período de referência, tendo o primeiro sido estabelecido para 2012 a 2014 e o segundo para 2015 a 2019, reduzidos dos custos com os voos isentos do pagamento de taxas de rota e adicionados do desvio apurado no ano $n-2$, sendo divididos pelo número de unidades de serviços taxáveis estimadas para esse período de referência.

Neste contexto, é apurado o desvio do ano n , decorrente dos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido pelos nºs 2 a 7 do artigo 11º- A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010, para 2014 e pelo artigo 13º do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos considerados como não controláveis, de acordo com o referido no nº 8 do artigo 11º- A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010, para 2014 e no artigo 14º do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013.

O ajustamento relativo aos dois primeiros fatores será repercutido no cálculo da taxa unitária de rota do ano $n+2$ (mecanismo corretor) sendo o ajustamento relativo ao terceiro fator repercutido no cálculo da taxa unitária de rota dos anos seguintes do período de referência subsequente.

O mecanismo corretor é reconhecido na rubrica Outras contas a receber ou Diferimentos consoante a natureza do seu saldo (Ativos ou passivos regulatórios).

Na base de custos fixada é incluído o custo de operação das restantes entidades envolvidas na prestação dos serviços de navegação aérea, no espaço aéreo sob responsabilidade de Portugal, a Força Aérea Portuguesa, a Marinha Portuguesa, a Autoridade Nacional de Aviação Civil, I.P. e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

A taxa unitária de terminal respeita às operações de tráfego aéreo de aproximação e aeródromo, incluindo a utilização das ajudas rádio inerentes à aterragem e descolagem, sendo fixada por portaria do Ministro responsável pelo setor dos transportes e devida

por cada operação de aterragem nos aeroportos onde a NAV Portugal presta serviços de navegação aérea de terminal.

Apesar da alteração verificada em 2012 para o cálculo das taxas de rota, para a prestação de serviços de terminal, só a partir do ano 2015 se passou a aplicar o novo regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea, com a introdução do mecanismo da partilha de risco de tráfego e de custos entre os ANSP e os utilizadores, consignado no Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013, da Comissão.

Assim sendo a taxa unitária de terminal passou a ser determinada de forma idêntica à de rota, sendo apurado no ano *n* o desvio decorrente dos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido no artigo 13º, do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos considerados como não controláveis, de acordo com o referido no artigo 14º, do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013.

Nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, a Empresa apenas reconhece como rédito a parcela da taxa unitária que corresponde à remuneração dos seus custos, pelo que a parcela remanescente (que efetivamente se destina a remunerar as entidades terceiras) não é componente nem do seu rédito nem do custo da prestação de serviços. O rédito da Empresa não corresponde assim ao produto da taxa unitária global pelas unidades de serviço taxáveis do ano.

3.17. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Empresa para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho e,
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

4
Agus

A NAV Portugal apresenta como segmentos operacionais: atividade de Rota e de Terminal.

3.18. Regime contabilístico do acréscimo de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.19. Distribuição de dividendos / Remuneração de capital estatutário

A remuneração do capital estatutário é registada no período seguinte àquele a que lhe deu origem em face da legislação aplicável.

3.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos incorridos relacionados com empréstimos obtidos para a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.22. Estimativas contabilísticas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

4

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material à quantia escriturada de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma, inatividade remunerada dos CTA e seguro de saúde requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se ao aumento esperado dos salários, à taxa de atualização das responsabilidades, à taxa de rendimento estimada para os ativos e às tabelas de mortalidade.

As alterações dos pressupostos atuariais têm impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades.

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Empresa para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.



Provisões e imparidades

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Empresa suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (notas 21 e 38).

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos (notas 12 e 15).

Mecanismo corretor

A Empresa estima a cada data de relato n , o mecanismo corretor respeitante aos desvios que resultam dos ajustamentos decorrentes da diferença entre a inflação prevista e a real, da partilha de riscos de tráfego, que transita para o cálculo da taxa unitária a vigorar em $n+2$ e da partilha de riscos de custos que transita para o cálculo da taxa unitária a vigorar no período de referência seguinte. Salienta-se que este mecanismo em 2014 era aplicado apenas à atividade de rota passando em 2015 a aplicar-se também ao terminal.

O mecanismo corretor é registado pelo valor descontado, utilizando a Empresa a taxa de desconto com a melhor aderência possível à realidade do mercado.

4. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em i) atividades operacionais, ii) atividades de investimento e iii) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas, assim como pagamento de dividendos.

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português (CEDIC's). Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de Dívidas a terceiros – curto-prazo.

Detalhe da rubrica de Caixa e depósitos bancários:

	2015	2014
Caixa	6.250	6.250
Depósitos bancários - à ordem	2.097.558	2.778.077
Depósitos bancários - outros	71.000.000	71.300.000
Total Caixa e depósitos bancários	73.103.808	74.084.327

O montante acima expresso é também o considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro.

5. Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1. Risco financeiro

As atividades da NAV Portugal estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da empresa a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

A Empresa não tem operações significativas em moeda estrangeira.

Risco de crédito

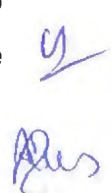
O risco de crédito da Empresa existe para ambos os segmentos da sua atividade principal de negócio (rota e terminal), uma vez que a prestação dos serviços se traduz na faturação às companhias de transporte aéreo nacionais e internacionais (essencialmente). O risco de crédito é ponderado pela natureza essencial do serviço prestado (apoio vital à organização e gestão do espaço aéreo), pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento, assim como pela situação económico-financeira dos seus clientes. O risco de crédito de clientes não é considerado relevante.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento, estando a gestão da liquidez centralizada na Direção Financeira.

Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

O risco de liquidez pode ocorrer quando as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de



caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfaçam as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração do acionista e o reembolso da dívida.

Os passivos financeiros da Empresa são *cash-flows* contratuais não descontados. O risco de liquidez é considerado pouco relevante.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro tem quatro impactos nas contas da Empresa: efeito do desconto financeiro ao nível da realização do mecanismo corretor de taxas de rota e de terminal de n em $n+X$, dependendo o X do período de referência, efeito do desconto na provisão para encargos com IDC, remuneração dos certificados especiais de dívida a curto-prazo, e ainda serviço da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento.

Os níveis de rentabilidade de ativos operacionais, gerados pelos serviços de navegação aérea de rota e de terminal prestados às companhias aéreas, assim como o grau de salvaguarda que o mecanismo corretor produz nos resultados do período, permitem à Empresa enfrentar com robustez as flutuações das taxas de juro de mercado.

A Empresa apresenta exposição ao risco de taxa de juro, dada a carteira de certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português que detém, e ainda dados os empréstimos do Banco Europeu de Investimento de que é tomadora. Estes ativos e passivos, a taxa variável, expõem a Empresa ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro.

A Empresa efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Empresa calcula o impacto em rendimentos e gastos derivados de flutuações da taxa de juro. A Empresa possui a 31 de dezembro de 2015 empréstimos no valor de € 4.824.705 (31 de dezembro de 2014: € 7.321.695), contraídos junto do Banco Europeu de Investimento (nota 22), os quais são remunerados a uma taxa variável determinada por esta instituição, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo seu Conselho de Administração, não podendo, no entanto, exceder a taxa correspondente à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%.

4
Agu

5.2. Risco de atividade regulada

Os rendimentos reconhecidos pela Empresa em cada período, resultam diretamente dos pressupostos considerados pela Comissão Alargada do EUROCONTROL (rota), bem como pelo Ministério da Economia (terminal), na definição das taxas de rota e de terminal, (ver ponto 3.6).

6. Informação por segmentos

2015	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	136 635 023	27 504 880	-	164 139 903
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	4 758 495	150 892	759 671	5 669 058
Gastos e perdas	(123 525 979)	(24 717 232)	(1 494 526)	(149 737 737)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	17 867 539	2 938 540	(734 855)	20 071 224
Depreciações e Amortizações	(7 524 957)	(2 951 482)	-	(10 476 439)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10 342 582	(12 942)	(734 855)	9 594 786
Juros e gastos similares suportados	-	-	(9 152)	(9 152)
Resultados antes de impostos	10 342 582	(12 942)	(744 007)	9 585 632
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	(2 660 184)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	6.925.448

2014	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	139 231 143	25 297 506	-	164 528 649
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	3 836 222	132 055	798 903	4 767 180
Gastos e perdas	(119 766 643)	(21 682 630)	(2 477 507)	(143 926 780)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	23 300 722	3 746 931	(1 678 604)	25 369 049
Depreciações e Amortizações	(8 019 023)	(2 395 279)	-	(10 414 302)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	15 281 699	1 351 652	(1 678 604)	14 954 747
Juros e gastos similares suportados	-	-	(32 363)	(32 363)
Resultados antes de impostos	15 281 699	1 351 652	(1 710 967)	14 922 383
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	(8 342 202)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	6.580.181

7. Ativos fixos tangíveis

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2015:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2015							
Custo de aquisição	1.193.360	63.159.503	182.195.009	26.021.634	9.887.036	8.902.264	291.358.805
Depreciações acumuladas	-	(39.491.809)	(157.002.917)	(24.337.184)	-	(7.290.343)	(228.122.253)
Valor líquido	1.193.360	23.667.693	25.192.092	1.684.450	9.887.036	1.611.921	63.236.552
alterações no período							
Adições		1.602.672	2.337.088	847.554	10.955.473	294.021	15.036.808
Alienações		(5.000)	(44.089)	(171.904)			(220.992)
Transferências e abates		677.471	1.740.561	(19.256)	(3.311.728)	85.500	(827.451)
Depreciação - exercício		(1.390.070)	(5.455.781)	(508.721)		(366.016)	(7.720.588)
Depreciação - alienações		5.000	39.778	169.281		-	214.059
Depreciação- transf. e abates			353.193	26.837		3.079	385.109
Valor líquido	1.193.360	24.667.766	24.162.842	1.830.241	17.530.782	1.628.505	70.903.497
31 de Dezembro de 2015							
Custo de aquisição	1.193.360	65.434.645	186.228.569	26.478.028	17.530.782	9.291.785	306.147.170
Depreciações acumuladas	-	(40.876.879)	(162.065.726)	(24.647.787)	-	(7.653.280)	(235.243.673)
Valor líquido	1.193.360	24.667.766	24.162.842	1.830.241	17.530.782	1.628.505	70.903.497

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2014:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2014							
Custo de aquisição	1.100.134	61.009.497	174.568.710	26.822.122	13.313.923	8.744.237	285.648.623
Depreciações acumuladas	-	(38.252.486)	(152.413.871)	(25.124.093)	-	(7.022.796)	(222.813.246)
Valor líquido	1.100.134	22.757.010	22.154.839	1.698.029	13.313.923	1.721.442	62.835.377
alterações no período							
Adições	3.226	1.932.765	2.531.124	419.016	5.323.577	138.062	10.347.770
Alienações			(395.473)	(1.246.968)		(60.750)	(1.703.191)
Transferências e abates		217.241	5.490.646	27.463	(8.750.463)	80.714	(2.934.397)
Depreciação - exercício		(1.239.323)	(5.180.242)	(492.036)		(328.297)	(7.239.898)
Depreciação - alienações			395.474	1.246.873		60.750	1.703.096
Depreciação- transf. e abates			195.723	32.072			227.795
Valor líquido	1.193.360	23.667.693	25.192.092	1.684.450	9.887.036	1.611.921	63.236.552
31 de Dezembro de 2014							
Custo de aquisição	1.193.360	63.159.503	182.195.009	26.021.634	9.887.036	8.902.264	291.358.805
Depreciações acumuladas	-	(39.491.809)	(157.002.917)	(24.337.184)	-	(7.290.343)	(228.122.253)
Valor líquido	1.193.360	23.667.693	25.192.092	1.684.450	9.887.036	1.611.921	63.236.552

O valor do investimento de 2015 resultou essencialmente dos projetos para a melhoria dos serviços operacionais prestados pela Empresa, merecendo destaque a melhoria dos sistemas de vigilância, na RIV de Lisboa, suportada nas modernas tecnologias *Wide Area Multilateration (WAM)* e *Automatic Dependent Surveillance – Broadcast (ADS-B)*, com a instalação de dois sistemas visando a melhoria da prestação dos serviços de vigilância, quer do espaço aéreo do Centro/Norte e Nordeste do continente Português, quer da TMA da Madeira.

Handwritten signature

À data do balanço, o valor líquido de itens classificados como Ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira é o seguinte:

	2015	2014
Equipamento Administrativo		
Central telefónica da rede administrativa	120.722	149.976
	120.722	149.976

Ativos em curso

Os valores incluídos na rubrica de "Ativos em Curso" referem-se aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2015	Projetos em curso	2014
NORMAW - Norte e Madeira WAM	2.139.181	Novo Sistema LISATM - V1.0	1.719.696
SATL - NATSMA v7	1.915.979	Sistema LISATM V9.1	762.093
LISATM ITEC - V1.0	1.725.834	SATL - NATSMA v7	618.947
LISATM V9.1	1.498.684	DMEs para PRNAV na TMA Faro	555.549
Simulador Aeródromo 3D	1.388.310	Benef. do edifício dos Serviços Técnicos	457.509
ILS ASC (35) e AFR (10)	1.031.757	Sensores meteo Açores	455.268
Subst. Gravadores CCTAL e TWRs LIS	914.026	Comunicações Terra-Ar (VOIP)	434.575
Multiplexers Rinal	804.176	Multiplexers Rinal	427.109
Subst MSSR Porto Santo	727.285	NORMAW - Norte e Madeira WAM	357.787
Comunicações Terra-Ar (VOIP)	434.776	Subst MSSR Porto Santo	295.444
PREOJT CCTAL	299.985	Emenda 75 e Sensores APS	294.608
Outros	4.650.787	Outros	3.508.451
Total	17.530.782	Total	9.887.036

Salienta-se a colocação ao serviço operacional em 2015, dos seguintes investimentos:

- ✓ A instalação da versão do LISATM v9.0.5 no CCTAL e na Torre de Controlo do Aeroporto de Lisboa;
- ✓ A entrada em operação do VCS (*Voice Communication System*) na Torre de Controlo do aeroporto da Horta;
- ✓ Conclusão do *upgrade* aos Sistemas Automáticos de Observação Meteorológica (AWOS) para fins Aeronáuticos dos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores;
- ✓ A substituição do VORTAC localizado no Espichel por um VOR/DME;
- ✓ A conclusão da 1ª fase da Substituição do radar instalado em Porto Santo;
- ✓ A reabilitação da Estação Radar de Fóia, incluindo a substituição dos dois grupos de emergência;
- ✓ Instalação de um grupo de emergência no edifício dos Serviços Técnicos e torre de Controlo do aeroporto da Horta.

O ativo fixo tangível registado no balanço da Empresa inclui, em termos líquidos, € 26.171.965 referentes a bens dominiais (2014: € 26.025.834). Os bens dominiais

(cedidos e adquiridos) encontram-se identificados no quadro seguinte como reversíveis, sendo os patrimoniais não reversíveis.

Descrição	2015			2014		
	Reversível	Não reversível	Total	Reversível	Não reversível	Total
Ativos fixos tangíveis	25.817.214	27.555.502	53.372.716	24.966.874	20.382.642	53.349.516
Ativos fixos tangíveis em curso	354.751	17.176.030	17.530.781	1.058.960	8.828.076	9.887.036
	26.171.965	44.731.531	70.903.497	26.025.834	37.210.718	63.236.552

Os bens dominiais cedidos integrados no Ativo fixo tangível ascendem a i) € 100.048 de Terrenos que não se encontram a ser depreciados, ii) € 1.968.790 de valor bruto de Edifícios e outras construções e iii) € 516.946 de valor bruto de Equipamento básico.

Os bens referidos no ponto ii) e iii) encontram-se totalmente depreciados nos dois períodos apresentados no balanço.

8. Ativos Intangíveis

Movimentos nos ativos intangíveis:

	2015	2014
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	34.816.024	31.510.205
Amortizações acumuladas	(30.567.888)	(27.395.209)
Valor líquido	4.248.136	4.114.997
Adições	603.889	704.097
Alienações		(1.725)
Transferências e abates	434.394	2.603.447
Amortização - exercício	(2.755.851)	(3.174.404)
Depreciação- transf. e abates		1.725
Valor líquido	2.530.569	4.248.136
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	35.854.308	34.816.024
Amortizações acumuladas	(33.323.739)	(30.567.888)
Valor líquido	2.530.569	4.248.136

O valor dos Ativos intangíveis refere-se essencialmente a *software* adquirido e desenvolvido internamente para suporte das atividades da Empresa, o qual tem um período de amortização de 3 a 5 anos. As amortizações dos ativos fixos intangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados.

Handwritten signature

Os gastos com pessoal capitalizados ou também designados por trabalhos para a própria entidade (TPE) incluídos no custo de ativos em desenvolvimento foram alocados aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2015	Projetos em curso	2014
LISATMV9.1	717.827	LISATMV9	420.640
LISATMV9.2	135.770	LISATMV9.1	134.719
NORMAW - Norte e Madeira WAM	101.067	TWRATMASC	102.973
TWRATMAFR	73.765	NORMAW - Norte e Madeira WAM	71.428
PreOJT CCTAL SW4.0	61.750	STSATM - FIRLIS - Fase 3	58.331
CCO Remod. Sala Equipamentos	56.944	TWRATMAFR	42.719
STSATM - FIRLIS - Fase 3	52.155	SDTATMV2	41.303
PREOJT CCTAL	51.082	Meteo: Emenda 75&76 e Sensores AS	39.367
Substituição TX/RX HF	32.129	LISATMV7/V8	35.784
VOR/DME Espichel	29.545	WAMAçores - G. Ocidental	34.622
OUTROS	470.604	OUTROS	380.917
Total	1.782.637	Total	1.362.803

Estes TPE virão a consubstanciar-se, maioritariamente, em ativos fixos intangíveis.

9. Participações financeiras – Outros métodos

Os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes empresas:

	Edisoft - Empresa de Serviços de Desenvolvimento de Software, S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
1 de Janeiro de 2015	175.000	86.351	83.333	344.684
Aquisições				-
Aumentos de capital				-
Imparidades				-
Alienações				-
31 de Dezembro de 2015	175.000	86.351	83.333	344.684
1 de Janeiro de 2014	175.000	86.351	83.333	344.684
Aquisições				-
Aumentos de capital				-
Imparidades				-
Alienações				-
31 de Dezembro de 2014	175.000	86.351	83.333	344.684

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

u
Plus

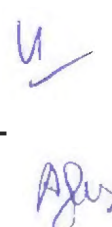
A EDISOFT é detida em 65% pela THALES, 17,5% pela EMPORDEF e 17,5% pela NAV Portugal.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 25 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

Em 2015, foram atribuídos à NAV Portugal dividendos no montante equivalente ao ano anterior de € 13.982 dos quais € 3.496 constituíram retenção de imposto, traduzindo-se o valor líquido efetivamente recebido em € 10.486.

O *European Satellite Services Provider, SAS* (ESSP) foi fundado em 2001 e formado inicialmente como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG). Esta foi a forma jurídica adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider* em especial para a aviação civil.

Em 2015, foram atribuídos à NAV Portugal dividendos no montante equivalente ao ano anterior de € 125.000 pelo ESSP, dos quais € 18.750 constituíram retenção de imposto, traduzindo-se o valor líquido efetivamente recebido em € 106.250.



Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	17,5%	5.394.962	4.889.321	505.642	94.269
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	11.338.807	5.435.537	5.903.270	(1.632.112)
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	31.605.378	19.840.438	9.399.069	3.628.125
31 de Dezembro de 2015		48.339.147	30.165.296	15.807.981	2.090.282

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	17,5%	4.099.414	35.981.110	501.305	(351.486)
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	12.367.667	4.472.933	7.894.734	361.108
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	38.034.795	29.430.670	7.270.944	2.656.412
31 de Dezembro de 2014		54.501.876	69.884.713	15.666.983	2.666.034

10. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos:

Ativos por impostos diferidos

	Provisões	Fundo de Pensões	Pensões Seg. Social	Custos inatividade remunerada	Encargos c/ seguro Saúde	Encargos c/ IDC	Desconto de contas receber/pagar	Total
A 1 de Janeiro de 2015	111.421	12.155.268	9.583.466	446.249	356.134	543.110	684.783	23.880.430
Movimentos do período								
Constituição por resultados	1.892	-	1.268.334	-	14.825	-	-	1.285.051
Reversão por resultados	-	(617.388)	-	(115.350)	-	(23.631)	(192.801)	(949.170)
Movimento do período	1.892	(617.388)	1.268.334	(115.350)	14.825	(23.631)	(192.801)	335.881
A 31 de Dezembro de 2015	113.313	11.537.880	10.851.800	330.899	370.959	519.479	491.982	24.216.311
A 1 de Janeiro de 2014	103.111	14.873.242	10.443.499	586.240	347.542	691.600	1.002.099	28.047.232
Movimentos do período								
Constituição por resultados	8.310	-	-	-	8.592	-	-	16.902
Reversão por resultados	-	(2.717.974)	(860.033)	(139.991)	-	(148.390)	(317.316)	(4.183.704)
Movimento do período	8.310	(2.717.974)	(860.033)	(139.991)	8.592	(148.390)	(317.316)	(4.186.802)
A 31 de Dezembro de 2014	111.421	12.155.268	9.583.466	446.249	356.134	543.110	684.783	23.880.430

Os impostos diferidos ativos relativos aos Fundos de Pensões são calculados no pressuposto de que as entregas futuras estarão dentro dos limites fiscais.

Passivos por impostos diferidos

	Subsídios Investimento	Reavaliação Legal	IDC	Método de Equivalência Patrimonial	Desconto de contas a receber/pagar	Total
A 1 de Janeiro de 2015	371.646	150.070	26.458	(55.187)	91.148	584.135
Movimentos do período						
Constituição/reversão por capital	3.435	2.508				5.943
Constituição por resultados		2.364		55.187	34.210	91.761
Reversão por resultados			(7.472)			(7.472)
Movimentos do período	3.435	4.872	(7.472)	55.187	34.210	90.232
A 31 de Dezembro de 2015	375.081	154.942	18.986	-	125.358	674.367
A 1 de Janeiro de 2014	213.519	174.086	73.394	(60.566)	51.221	451.654
Movimentos do período						
Constituição/reversão por capital	158.127	(942)				157.185
Constituição por resultados				5.379	39.927	45.306
Reversão por resultados		(23.074)	(46.936)			(70.010)
Movimentos do período	158.127	(24.016)	(46.936)	5.379	39.927	132.481
A 31 de Dezembro de 2014	371.646	150.070	26.458	(55.187)	91.148	584.135

As reavaliações fiscais resultam da atualização efetuada ao valor dos ativos no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde foram definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efetuada. O efeito destas reavaliações na situação líquida encontra-se expresso na rubrica resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

Resumo do impacto dos movimentos dos impostos diferidos:

	2015	2014
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	335.081	(4.166.801)
Passivos por impostos diferidos	(89.432)	183.925
	245.649	(3.982.876)
Impactos no capital próprio		
Ativos por impostos diferidos		
Passivos por impostos diferidos	5.943	(157.185)
	5.943	(157.185)
Impacto líquido dos impostos diferidos	251.592	(4.140.061)

u
Agu

11. Inventários

Detalhe	2015	2014
Existências iniciais	391.884	403.210
Compras	384.725	321.655
Regularização de existências	220	176
Existências finais	409.427	391.884
Custo das mercadorias vendidas	366.962	332.805
Existências finais líquidas	379.727	362.184

Imparidade de inventários	2015	2014
Matérias primas	409.427	391.884
Imparidade de inventários	29.700	29.700
Total inventários	379.727	362.184

Ajustamentos de imparidade	2015	2014
A 1 de Janeiro	29.700	24.221
Aumentos	-	5.479
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	29.700	29.700

12. Clientes

Decomposição da rubrica de Clientes:

Decomposição	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	31.846.557	31.846.557	31.555.309	31.555.309
Clientes de cobrança duvidosa	1.774.967	1.774.967	1.873.451	1.873.451
	33.621.524	33.621.524	33.428.760	33.428.760
Clientes - imparidade	(1.770.742)	(1.770.742)	(1.873.451)	(1.873.451)
Total Clientes	31.850.782	31.850.782	31.555.309	31.555.309

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de navegação aérea de rota e de terminal.

Imparidade de clientes:

Movimento	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
A 1 de Janeiro	1.873.451	1.873.451	1.945.977	1.945.977
Aumentos	159.940	159.940	121.924	121.924
Utilizações	(262.649)	(262.649)	(194.449)	(194.449)
Reduções	-	-	-	-
A 31 de Dezembro	1.770.742	1.770.742	1.873.451	1.873.451

O reforço de € 159.940 (2014: € 121.924) ocorrido deveu-se a uma variação de dívidas de carácter duvidoso de clientes de rota (€ 134.797) e de terminal (€ 25.143) e encontra-se registado na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)

da demonstração dos resultados. Para os restantes clientes com documentos vencidos, não se considerou haver o risco de incobrabilidade.

A utilização de € 262.649 resulta do registo de incobrabilidade de dívidas de clientes de rota em € 192.878 e de terminal em € 69.771.

13. Adiantamentos a fornecedores

Saldos	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores	40.672	27.832
Total Adiantamentos a fornecedores	40.672	27.832

14. Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos	2015		2014	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	641.162	-	1.659.958	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	2.258.661	-	2.221.927
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	660.364	-	452.982
Contribuições p/ segurança social	-	2.014.587	1.889	2.003.612
Outros impostos	-	54.229	-	155
	641.162	4.987.841	1.661.847	4.678.677

Decomposição do saldo de IRC	2015	2014
Pagamentos por conta	3.552.159	5.808.883
Retenções na fonte	27.510	79.506
Estimativa de IRC	(2.911.767)	(4.202.143)
Ajustamento em imposto corrente de exercício anterior	(26.740)	(26.588)
Total	641.162	1.659.658

15. Outras contas a receber

Decomposição da rubrica de Outros Devedores:

Decomposição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos regulatórios						
Devedores por acréscimo de rendimento i)						
Mecanismo Corretor NAV - Terminal	-	-	0	-	-	0
Mecanismo Corretor NAV - ROTA	8.626.080	21.836.463	30.462.543	4.210.272	29.748.433	33.958.704
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA	211.756	-	211.756	700.017	206.591	906.608
Outros devedores						
Outros devedores ii)	14.223.294	-	14.223.294	13.280.208	-	13.280.208
Pessoal	60.251	-	60.251	57.084	-	57.084
Devedores por acréscimo de rendimento						
Juros a receber	-	1.089	1.089	-	13.076	13.076
Outros	-	183.600	183.600	-	63.621	63.621
Ajustamentos	(3.276.669)	-	(3.276.669)	(4.181.159)	-	(4.181.159)
Outras contas a receber	19.844.712	22.021.163	41.865.864	14.066.421	30.031.721	44.098.142

4

Agus

Imparidade de Outros Devedores:

Movimento	2015		2014	
	Corrente	Total	Corrente	Total
A 1 de Janeiro	4.181.159	4.181.159	3.198.509	3.198.509
Aumentos	996.429	996.429	982.650	982.650
Utilizações	-	-	-	-
Reduções	(1.900.919)	(1.900.919)	-	-
A 31 de Dezembro	3.276.670	3.276.670	4.181.159	4.181.159

A redução da imparidade de Outros Devedores deveu-se essencialmente ao pagamento de € 1.900.919 efetuado pela Câmara Municipal de Cascais, em conformidade com o Acordo de regularização de dívida estabelecido entre as partes em 30 de dezembro de 2015. Recorda-se que a dívida decorre da prestação de serviços de Controlo de tráfego Aéreo prestado pela NAV Portugal no Aeródromo daquele Município, no âmbito dum contrato estabelecido para efeito em 2003. Este ajustamento encontra-se registado na rubrica Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

Ativos Regulatórios:

i) Devedores por acréscimo de rendimento

O mecanismo corretor (NAV e Entidades Externas) de rota corrente será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea durante o ano de 2016. O mecanismo corretor de rota não corrente será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no período de 2017 a 2019.

Detalhe:

- Mecanismo corretor de rota 2012 corrente (gastos não controláveis), € 4.690.279;
- Mecanismo corretor de rota 2013 corrente (gastos não controláveis) € 1.746.447;
- Mecanismo corretor de rota 2014 corrente, € 1.347.259;
- Mecanismo corretor de rota 2014 corrente (gastos não controláveis), € 842.096;
- Mecanismo corretor de rota 2012 não corrente (gastos não controláveis), € 14.070.836;
- Mecanismo corretor de rota 2013 não corrente (gastos não controláveis), € 5.239.340;

u

Adm

- Mecanismo corretor de rota 2014 não corrente (gastos não controláveis), € 2.526.287;
- Mecanismo corretor de rota 2014 corrente de Entidades externas, € 211.756.

De acordo com o regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea de rota, em 2015, o apuramento do mecanismo corretor resultou de custos considerados controláveis com a natureza de Passivo regulatório (nota 16).

Os ativos regulatórios encontram-se descontados à taxa de 2,5%.

ii) Outros devedores

Inclui o valor de € 10.333.034 (2014: € 8.437.618), gerado por pagamentos voluntários de liquidações adicionais de IRC, decorrentes de ações de inspeção tributária aos exercícios de 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, as quais, no entender da NAV Portugal, não são devidas dado que se referem, essencialmente, a acréscimos ao lucro tributável de montantes de prestação de serviços a voos isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal, cujo rédito não pode ser reconhecido uma vez que entraria em rutura com os pressupostos da NCRF 20 (Rédito) e da aplicação do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, relativo a contribuições efetuadas para os seus Fundos de Pensões.

No que respeita à prestação de serviços a voos isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal, acresce que à Empresa cabe a responsabilidade de, em nome do Estado Português, continuar a assegurar a prestação dos serviços aos voos que, por decisão do Estado, se encontram legalmente isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal e cujos custos, de acordo com o estabelecido no Ponto 5. do Artigo 10º do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013, não devem ser tidos em conta no cálculo das taxas unitárias estipulando que *“os Estados Membros devem garantir que os Prestadores de Serviços de Navegação Aérea sejam reembolsados pelos serviços que prestaram aos voos isentos”*.

Atentos estes pressupostos e dado que em 2012, em sede de recurso hierárquico, a administração fiscal veio deferir as reclamações apresentadas pela Empresa relativas a liquidações adicionais que resultaram de inspeções aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, sobre a mesma matéria, do qual resultou o recebimento de € 3.434.170 no

u
Aves

decorrer do exercício de 2012, a Empresa mantém a convicção de que os montantes relativos às liquidações efetuadas aos exercícios de 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013 serão também recuperadas no futuro, pelo que se reconheceu as referidas tributações adicionais como valores a receber do Estado.

Quanto à aplicação do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, relativo a contribuições efetuadas para os seus Fundos de Pensões, a Autoridade Tributária entende que o cálculo do limite da massa salarial deve ser efetuado de forma individualizada por Fundo de Pensões, quando o nº 2 do artigo 43º do Código do IRC nada refere quanto a tal procedimento, nem se conhece qualquer orientação administrativa emitida pela Autoridade Tributária que disponha em sentido contrário à atuação da NAV Portugal que, naturalmente da leitura do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, não consegue inferir, de modo algum que, para efeitos do limite de 15% da massa salarial a considerar, o deva fazer de modo individualizado por cada um dos Fundos de Pensões.

Considera ainda a Autoridade Tributária que, as remunerações, salários ou ordenados, base de incidência da percentagem de 15% dedutível ao lucro tributável, são tão somente os passíveis de descontos para o regime da Segurança Social. No entanto, a NAV Portugal na interpretação que faz à norma em referência (artigo 43º do CIRC), não encontra qualquer razão para que as remunerações consideradas para efeitos do limite de 15%, sejam apenas aquelas que estão sujeitas a descontos obrigatórios para a Segurança Social, quando o próprio legislador previu expressamente a aplicação de um regime mais majorado, no n.º 3 daquele artigo, aplicável a situações em que os trabalhadores não estão abrangidos pela Segurança Social.

16. Diferimentos

Decomposição	2015		2014	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativos Regulatórios	-	23.813.511	-	27.178.861
Contribuição financeira Eurocontrol	1.929.472	-	1.880.066	-
Assistência técnica	248.222	-	314.209	-
Prémios CTA	54.868	-	89.784	-
Seguros	271.557	-	303.271	-
Outros gastos a reconhecer	165.718	-	243.025	-
Gastos a reconhecer	2.669.836	23.813.511	2.830.354	27.178.861
Passivos Regulatórios				
Mecanismo Corretor NAV - ROTA	403.467	5.348.843	-	1.574.504
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA	-	972.526	-	-
Mecanismo Corretor NAV - TERMINAL	3.253.159	733.496	2.580.430	3.173.812
Outros proveitos diferidos	-	-	8.590	-
Rendimentos a reconhecer	3.656.626	7.054.865	2.589.020	4.748.316

O Ativo regulatório respeita ao diferimento do encargo suportado pela Empresa, no valor de € 23.813.511 (2014: € 27.178.861) quanto aos 60% de reforma paga aos pensionistas entre os 57 e os 66 anos de idade, determinado através da repartição das responsabilidades iniciais dos colaboradores ainda no ativo pelo tempo médio de vida esperada até à idade de reforma, o qual será reconhecido e recuperado até 2038.

Os restantes gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Em cada período, a contribuição financeira de Portugal para o Orçamento da Agência EUROCONTROL, é determinada de acordo com a fórmula de repartição estabelecida no Artigo 19º dos Estatutos da Agência e deduzida dos montantes relativos às taxas de rota cobradas pelo EUROCONTROL, os quais, nos termos do estipulado no Artigo 8º do decreto-Lei nº404/98 de 18 de dezembro, constituem receitas da NAV Portugal.

Os Passivos regulatórios respeitam a:

- Mecanismo corretor de rota 2014 corrente, € 403.467 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2016;
- Mecanismo corretor de terminal 2014 corrente, € 3.253.159 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2016;
- Mecanismo corretor de rota 2014 não corrente, € 1.210.400 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea entre 2017 e 2019;
- Mecanismo corretor de rota 2015 não corrente, € 4.138.443 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2017;
- Mecanismo corretor de rota 2015 de Entidades Externas não corrente, € 972.526 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2017;
- Mecanismo corretor de terminal 2015 não corrente, € 733.496 a devolver aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2017.

O mecanismo corretor de terminal deriva do facto da faturação emitida ser superior aos gastos realmente suportados e encontram-se descontados à taxa de 2,5%.

17. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital estatutário da NAV Portugal, no montante de € 25.000.000 encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

18. Reservas

Movimentos	Reservas legais	Reservas estatutárias	Total
1 de Janeiro de 2015	17.564.711	24.131.742	41.696.453
Aplicação do resultado líquido de 2013	756.703	72.066	828.769
A 31 de Dezembro de 2015	18.321.414	24.203.808	42.525.222
1 de Janeiro de 2014	17.388.765	24.114.985	41.503.750
Aplicação do resultado líquido de 2012	175.946	16.757	192.703
A 31 de Dezembro de 2014	17.564.711	24.131.742	41.696.453

Em julho de 2015 foi emitido o despacho conjunto das tutelas financeira e setorial, de aprovação das contas de 2013, tendo a NAV Portugal, procedido à constituição de reservas legais no montante de € 756.703 e estatutárias no montante de € 72.066.

Dada a inexistência da publicação do despacho conjunto das tutelas (finanças e setorial) de aprovação das contas de 2014, não foram efetuados os reforços das reservas em conformidade com a proposta do Conselho de Administração da Empresa expresso no relatório e contas daquele exercício, tendo o respetivo resultado líquido sido transferido para resultados transitados conforme evidenciado na nota 19.

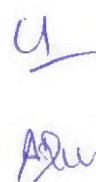
Reservas Legais (Geral)

De acordo com o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal, uma percentagem não inferior a 10% do resultado do período, deverá ser afeto a esta reserva, a qual só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Dentro da rubrica Reservas Legais consta ainda a Reserva para Remuneração dos Capitais Investidos, a qual foi constituída nos termos do Decreto-Lei nº 300/80, de 16 de agosto.

Reservas Estatutárias

A rubrica de Reservas Estatutárias contém a Reserva para Investimento (€ 23.362.216) e a Reserva para Fins Sociais (€ 841.592), estabelecidas segundo o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal.



19. Resultados transitados

Decomposição	Resultados transitados
1 de Janeiro de 2015	19.669.408
Ajustamentos por impostos diferidos	(2.508)
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	-
Aprovação das contas de 2013	(7.206.683)
Reservas 2014	6.580.182
31 de Dezembro de 2015	19.040.398
1 de Janeiro de 2014	14.139.482
Ajustamentos por impostos diferidos	942
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	(2.037)
Aprovação das contas de 2012	(1.675.662)
Reservas 2013	7.206.683
31 de Dezembro de 2014	19.669.408

No decurso do exercício de 2015 pela aprovação das contas de 2013, resultou uma diminuição dos resultados transitados por via de constituição de reservas no montante de € 828.768 e de distribuição de dividendos no montante de € 6.377.915.

O efeito líquido das reavaliações legais efetuadas aos ativos da Empresa, no montante de € 2.239.092, o qual não é passível de distribuição, foi, aquando da adoção do SNC, transferido para Resultados transitados atendendo às opções de adoção seguidas pela Empresa.

20. Outras variações no Capital próprio

Naturezas dos movimentos	Subsídios	Impostos diferidos	Total
1 de Janeiro de 2015	1.595.051	(371.645)	1.223.406
Adições	-	-	-
Regularização por resultados	(60.840)	(3.435)	(64.275)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2015	1.534.211	(375.080)	1.159.131
1 de Janeiro de 2014	882.681	(213.519)	669.162
Adições	742.253	-	742.253
Regularização por resultados	(29.883)	(158.126)	(188.009)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2014	1.595.051	(371.645)	1.223.406

O movimento do período reflete a amortização dos subsídios, associados com ativos, líquidos inicialmente reconhecido em Capital para a demonstração dos resultados.

4

Agus

21. Provisões

Detalhe	Encargos c/ Processos Judiciais em curso	Encargos c/ IDC	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2015	332.614	2.078.315	-	2.410.929
Dotação	-	-	-	-
Utilização	-	(216.582)	-	(216.582)
Atualização efeito de desconto	-	51.958	-	51.958
Reversão	(315.438)	-	-	(315.438)
A 31 de Dezembro de 2015	17.176	1.913.691	-	1.930.866
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	17.176	1.913.691	-	1.930.866
	17.176	1.913.691	-	1.930.866
A 1 de Janeiro de 2014	327.288	2.265.602	-	2.592.891
Dotação	5.325	-	-	5.325
Utilização	-	(272.247)	-	(272.247)
Atualização efeito de desconto	-	84.960	-	84.960
Reversão	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	332.614	2.078.315	-	2.410.929
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	332.614	2.078.315	-	2.410.929
	332.614	2.078.315	-	2.410.929

Encargos com Processos Judiciais em Curso

Provisão constituída segundo a avaliação que a NAV Portugal efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza laboral nos quais a Empresa é ré.

Encargos com o IDC

Os controladores de tráfego aéreo admitidos até 31 de dezembro de 2004 têm o direito adquirido de poderem cessar funções aos 52 anos, sendo-lhes aberta a possibilidade de permanecerem em período de funções até aos 55 anos, caso em que ganham o direito ao pagamento de uma compensação indemnizatória, dada a sua desvinculação laboral postecipada.

O Acordo de Empresa foi revisto em 2007, tendo a Empresa e o SINCTA contratualizado um alargamento do limite de idade para o exercício de profissão dos CTA (57 anos), facto consagrado através da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro. Ficou estipulado na Cláusula 11ª do Acordo de Empresa de CTA a atribuição de uma compensação indemnizatória, face à possibilidade concedida aos CTA de posteciparem a sua desvinculação contratual, ou aos 52 anos (CTA admitidos até 31 de Dezembro de 2004), ou aos 55 anos (para os CTA admitidos em momento posterior a 31 de dezembro de 2004).

A compensação pecuniária a título de indemnização por desvinculação contratual é paga de uma só vez no momento da desvinculação contratual, podendo os CTA solicitar adiantamentos trimestrais, a acertar com a indemnização final no momento da desvinculação. O saldo a 31 de dezembro de 2015, representa as obrigações presentes da Empresa no âmbito supra, o qual é sujeito a atualização, dado o efeito temporal do período de ressarcimento destas obrigações.

Os encargos com IDC encontram-se registados pelo valor descontado à taxa de 2,5%. As dotações do exercício foram registadas na rubrica de Gastos com Pessoal – Indemnizações.

Outras Provisões

As restantes provisões são registadas de acordo com a avaliação que a Empresa efetua da sua exposição a contingências jurídicas, fiscais ou outras.

22. Financiamentos obtidos

Detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2.496.990	2.327.715	4.824.705	2.496.990	4.824.705	7.321.695
	2.496.990	2.327.715	4.824.705	2.496.990	4.824.705	7.321.695

A NAV Portugal é subscritora de quatro tranches de empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos, como via de financiamento do CAPEX de períodos passados. Os detalhes dos empréstimos apresentam-se seguidamente:

	Assinatura do contrato	Utilização	Montante em dívida	Período de pagamento		Obs
				Início	Fim	
BEI / 97	dez-97	Integral	332.532	03-09-15	17-09-15	a)
BEI / 98	jun-98	Integral	124.699	07-06-15	18-09-19	b)
BEI / 98	jun-98	Integral	3.117.474	07-06-15	18-06-15	a)
BEI / 01	dez-01	Integral	1.250.000	07-12-15	16-12-15	a)
Total			4.824.705			

a) Trimestral e postecipado - Taxa variável convertível

b) Trimestral e postecipado - Taxa variável

Os empréstimos bancários não têm, como garantia real atribuída, quaisquer ativos da Empresa. Todos os empréstimos encontram-se negociados em Euros. No final do

Handwritten signature and initials

período de 2015, a NAV Portugal não possuía outras linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Os financiamentos de acordo com o regime das taxas de juro são os seguintes:

	2015	2014
Taxas de juro variáveis		
correntes	2.496.990	2.496.990
não correntes	2.327.715	4.824.705
	4.824.705	7.321.695
Discriminação por períodos		
	2015	2014
Até 6 meses	4.824.705	7.321.695
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	4.824.705	7.321.695

A exposição dos empréstimos é como segue:

	2015	2014
Papel comercial	-	-
Empréstimos obrigacionistas	-	-
Empréstimos bancários	4.824.705	7.321.695
Descobertos bancários	-	-
	4.824.705	7.321.695

O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos.

O plano de amortização dos financiamentos correntes e não correntes é o seguinte:

	2015	2014
Até 1 anos	2.496.990	2.496.990
Entre 2 e 5 anos	2.327.715	4.824.705
Superior a 5 anos	-	-
	4.824.705	7.321.695

Assinale-se ainda que os juros são calculados em função de taxa variável, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento, não podendo, no entanto, ultrapassar o equivalente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%.

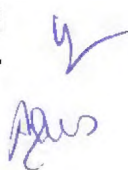
23. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades por benefícios pós-emprego e os correspondentes gastos anuais, são determinadas através de cálculos atuariais, utilizando o método de crédito da unidade projetada, efetuada por atuário independente, baseados em pressupostos que

refletem as condições demográficas da população cobertas pelos planos e as condições económicas e financeiras prevalecentes no momentos do cálculo.

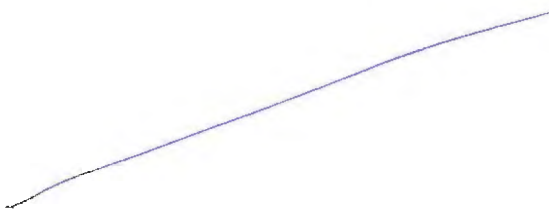
A NAV Portugal tem as seguintes obrigações pós-emprego e outras:

- i) Atribuição de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa até 30 de Setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que já detivessem os requisitos de reforma ou aposentação na data da constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida, no âmbito dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Benefício Definido. A atribuição dos referidos benefícios, visa complementar as pensões estatais atribuídas pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações, por forma a garantir um rendimento líquido equivalente atualizado àquele que os referidos pensionistas auferiam, no momento da sua reforma ou aposentação. As responsabilidades associadas aos benefícios em apreço, bem como o seu financiamento, são asseguradas por Fundos de Pensões, assumindo a Empresa os respetivos encargos económicos anuais e inerentes contribuições financeiras.
- ii) Concessão de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa em data posterior a 30 de setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que não detivessem os requisitos legais de reforma ou aposentação na data de constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida. As responsabilidades associadas aos referidos benefícios, são asseguradas através dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Contribuição Definida, cujos contratos constitutivos foram celebrados em 15 de março de 2012. A atribuição dos referidos benefícios é assegurada através de "contas individuais" financiadas por contribuições obrigatórias da Empresa e por eventuais contribuições voluntárias dos colaboradores. Assim, e no que respeita às contribuições obrigatórias da Empresa para o Fundo/Plano de Pensões de Contribuição Definida dos CTA, as mesmas correspondem a 8,17% da retribuição mensal



daqueles colaboradores, tendo sido efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos e a data de celebração do respetivo contrato constitutivo. Relativamente às contribuições obrigatórias da Empresa para o Plano de Pensões de Contribuição Definida dos restantes colaboradores, as mesmas correspondem a 5,0% da sua retribuição mensal, tendo sido igualmente efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos, 1 de janeiro de 2011 e a data de celebração da alteração do respetivo contrato constitutivo.

- iii) Responsabilidades decorrentes do pagamento de 60% das pensões de reforma por velhice dos Controladores de Tráfego Aéreo subscritores da Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei nº 155/2009, de 9 de julho. Assim, de acordo com o referido diploma legal, na decorrência da antecipação da idade de acesso à pensão antecipada de velhice dos CTA, a Empresa assume o financiamento de 60% dos encargos correspondentes ao pagamento das pensões durante o período que medeia entre a sua idade de reforma antecipada de 57 anos e a idade normal de acesso à reforma por velhice, a qual a partir de 1 de janeiro de 2014 é de 66 anos.
- iv) Responsabilidades com o período de inatividade remunerada de alguns CTA, decorrentes da inobservância dos requisitos legais conducentes à caducidade do seu vínculo contratual, por reforma ou aposentação, na data em que atinjam o limite de idade para o exercício de funções operacionais com a consequente cessação de licença aeronáutica, a qual nos termos da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro, se encontra fixada em 57 anos de idade.
- v) Atribuição aos reformados e aposentados de um plano de seguro de saúde, até aos 75 anos de idade, estando as respetivas responsabilidades, que não são objeto de qualquer fundeamento, devidamente provisionadas.



Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2015	2014
Obrigações no balanço		
Benefícios de reforma	109.422.918	114.626.298
Período de inatividade	1.265.232	1.795.109
Seguro de saúde	1.418.402	1.432.606
	112.106.552	117.854.013
	2015	2014
Gastos na demonstração dos resultados		
Planos de pensões - benefícios definidos	11.399.672	9.607.041
Planos de pensões - contribuição definida	2.239.069	2.132.606
Pensões Segurança Social CTA	4.542.963	1.880.271
Período de inatividade	(39.116)	189.989
Seguro de saúde	54.254	231.394
	18.196.842	14.041.302

Fundos de Pensões de plano de benefício definido

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

NAV COMPLEMENTOS	2015	2014
Taxa anual de desconto	2,00%	2,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,20%	2,20%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,70%	1,70%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	1,50%	1,50%
Taxa de rendimento	2,50%	2,50%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
NAV/SINCTA COMPLEMENTOS	2015	2014
Taxa anual de desconto	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,40%	2,40%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,90%	1,90%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	1,50%	1,50%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa de rendimento	2,50%	2,50%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

Os pressupostos atuariais e financeiros têm em conta as expectativas quanto à evolução a longo prazo das variáveis macroeconómicas e a sensibilidade do atuário, no que respeita à análise demográfica.

Em relação ao ano anterior, no que respeita ao Fundo/Plano de Pensões de Benefício Definido dos CTA, mantem-se a taxa de desconto em 2,5% de acordo com a

W
Agus

informação disponível, reportada por analistas especializados, nomeadamente a HEUBECK AG, que já serviu de base à escolha da taxa de desconto utilizada em anos anteriores. Mantem-se igualmente inalterado em relação ao ano anterior o pressuposto da taxa de crescimento dos salários de 2,4% (NAV/SINCTA) e para 2,2% (NAV Complementos), tendo por base, o referencial da taxa de inflação de 1,5%, bem como a redução em 0,1% da expectativa de crescimento real dos salários num horizonte temporal de longo prazo. Refere-se no entanto que no que respeita ao Fundo/Plano de Pensões de Benefício Definido das restantes categorias profissionais (NAV Complementos), se ter alterado a taxa de desconto de 2,5% para 2%, por ser a mais adequada em função da "durantion" das responsabilidades, tendo por base a informação reportada pela HEUBECK AG.

Mais se salienta que, apesar da instabilidade salarial dos últimos anos, o pressuposto de crescimento salarial é referente a uma taxa de longo prazo, o que significa que deve ser levada em conta a expectativa de crescimento dos salários num horizonte temporal de vinte anos, em média.

No caso concreto, é entendimento do atuário que, dado o histórico de perdas atuariais sucessivas, devido ao crescimento dos salários acima do pressuposto, é prudente manter um diferencial de 0,9 pontos percentuais entre a taxa de inflação esperada e a taxa de crescimento dos salários para o FP NAV/SINCTA sendo este diferencial, para o FP NAV Complementos de 0,7 pontos percentuais.

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinado como segue:

	2016			2014		
	NAV Complementos	NAV Sinota	Total	NAV Complementos	NAV Sinota	Total
Valor presente de obrigações fundeadas	6.568.624	267.972.601	274.541.225	6.641.319	261.601.859	268.243.178
Justo valor dos ativos do plano	(13.608.786)	(216.816.085)	(230.424.871)	(13.712.329)	(204.471.041)	(218.183.370)
	(7.040.162)	51.156.516	44.116.354	(7.071.010)	57.130.818	50.059.808
Valor presente da obrigação não fundeada (60% das Pensões da SS)			65.306.562			64.566.469
Obrigação no Balanço			109.422.916			114.626.297

u

Adus

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao cálculo do valor das pensões de reforma foi o seguinte:

	2015			2014		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
Responsabilidades fundeadas						
A 1 de Janeiro	6.641.319	268.243.178	274.884.497	7.616.359	243.433.873	250.950.232
Custo serviços correntes	-	5.736.658	5.736.658	-	4.863.258	4.863.258
Custo dos juros	166.033	6.540.046	6.706.079	201.863	9.128.771	9.410.634
Pagamento de benefícios	(335.191)	(7.817.730)	(8.152.921)	(287.414)	(7.158.584)	(7.445.998)
Efeito de alteração de pressupostos	335.483		335.483	(1.089.059)	18.000.685	16.911.626
(Ganhos)/perdas actuariais	(239.020)	1.911.768	1.672.748	219.570	(6.666.144)	(6.446.574)
A 31 de Dezembro	6.668.624	274.813.920	281.482.544	8.641.319	261.601.859	268.243.178
Responsabilidades não fundeadas						
A 1 de Janeiro			64.566.491			66.669.186
Aumento provisão	-	-	-	-	-	-
Utilização provisão	-	-	(1.600.895)	-	-	(1.608.820)
Reversão provisão	-	-	2.340.968	-	-	(383.875)
A 31 de Dezembro			65.306.562			64.566.491

Os fundos afetos a este plano tiveram a seguinte evolução:

	2015			2014		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
A 1 de Janeiro	13.712.330	204.471.041	218.183.371	13.005.951	181.035.518	194.041.469
Contribuições entregues	-	16.524.795	16.524.795	-	15.571.246	15.571.246
Benefícios pagos	(335.191)	(7.817.730)	(8.152.921)	(287.414)	(7.158.584)	(7.445.998)
Retorno esperado dos ativos do fundo	231.648	3.637.980	3.869.628	993.793	15.022.861	16.016.654
A 31 de Dezembro	13.608.787	216.816.086	230.424.873	13.712.330	204.471.041	218.183.371

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2015			2014		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
Custos serviços correntes	-	5.391.631	5.391.631	-	4.518.886	4.518.886
Custos dos juros	166.033	6.540.046	6.706.079	281.863	9.128.770	9.410.633
Ganhos / perdas atuariais	207.624	3.385.565	3.593.189	(1.375.559)	3.100.511	1.724.952
Retorno estimado dos ativos do plano	(342.808)	(5.111.776)	(5.454.584)	(487.723)	(6.788.832)	(7.276.555)
Total incluído em gastos com pessoal	30.849	10.205.466	10.236.315	(1.681.419)	9.959.335	8.377.918

Detalhe da natureza dos ativos que constituem os fundos dos planos de pensões complementos:

NAV COMPLEMENTOS

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	10.076.252	74%	10.236.742	75%
Depósitos curto prazo	111.088	1%	155.278	1%
Ações	2.326.737	17%	2.199.054	16%
Fundos Investimento	1.094.709	8%	1.121.255	8%
A 31 de Dezembro	13.608.786	100%	13.712.329	100%

NAV/SINCTA COMPLEMENTOS

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	130.358.538	80%	128.335.809	63%
Depósitos curto prazo	16.347.593	8%	17.058.817	8%
Ações	51.139.252	24%	40.787.859	20%
Fundos Investimento	18.970.703	9%	18.288.557	9%
A 31 de Dezembro	216.816.085	100%	204.471.041	100%

Período de inatividade

Os movimentos da responsabilidade com inatividade remunerada foram os seguintes:

	2015	2014
A 1 de Janeiro	1.795.109	2.148.801
Aumento provisão	-	189.989
Utilização provisão	(490.761)	(543.681)
Reversão provisão	(39.116)	-
A 31 de Dezembro	1.265.232	1.795.109

O montante de € 490.761 (2014: € 543.681) diz respeito ao valor pago pela NAV Portugal. As responsabilidades da Empresa por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO com base numa taxa de rendimento de capitais de 2,5% (2014: 2,5%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2014: 2%). A taxa de desconto foi, conforme referido anteriormente, baseada em estudos dos analistas especialistas HEUBECK AG.

Seguro de saúde

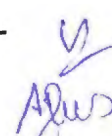
Os movimentos da responsabilidade com os encargos com benefícios médicos foram os seguintes:

	2015	2014
A 1 de Janeiro	1.432.607	1.273.880
Aumento provisão	54.254	231.394
Utilização provisão	(68.459)	(72.668)
Reversão provisão	-	-
A 31 de Dezembro	1.418.402	1.432.607

O montante de € 68.459 (2014: € 72.668) diz respeito ao valor pago pela NAV Portugal. As responsabilidades da NAV Portugal por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO, com base numa taxa de rendimento de capitais de 2,5% (2014: 2,5%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2014: 2%). A taxa de desconto foi, conforme referido anteriormente, baseada em estudos dos analistas especialistas HEUBECK AG.

24. Fornecedores

<u>Decomposição</u>	2015	2014
Fornecedores gerais	3.063.488	3.178.033
Fornecedores com faturas em receção e conferência	130.550	299.820
Total saldo fornecedores - correntes	3.194.038	3.477.852



25. Adiantamentos de clientes

Decomposição	2015	2014
Países Terceiros	7.003	5.417
Comunitários	54.149	242.609
Nacionais	6.964	335
Total adiantamento de Clientes	68.116	248.360

26. Outras contas a pagar

Decomposição	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	6.019.995	-	6.019.995	3.480.104	-	3.480.104
Credores diversos						
ANAC	1.112.720	-	1.112.720	826.778	-	826.778
IFMA	7.075.045	-	7.075.045	7.053.005	-	7.053.005
FAP	6.277.402	-	6.277.402	5.606.309	-	5.606.309
Marinha	2.141.214	-	2.141.214	2.047.807	-	2.047.807
Outros credores diversos	1.056.907	-	1.056.907	965.213	-	965.213
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a liquidar	15.887.586	-	15.887.586	15.226.438	-	15.226.438
Outros credores por acréscimo de gastos	407.759	-	407.759	986.937	-	986.937
Total Outras contas a pagar	39.978.628	-	39.978.628	36.192.592	-	36.192.592

27. Remuneração dos órgãos sociais.

	2015	2014
Conselho de Administração		
Remunerações	139.668	197.893
Verbas para representação	46.793	67.849
	186.460	265.741
Conselho Fiscal		
Remunerações	24.591	26.639
Honorários do ROC	19.668	19.722
	44.259	46.361
Total remunerações anuais dos Órgãos Sociais	230.719	312.103

O valor de Honorários do ROC inclui IVA à taxa legal em vigor.

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais tendo as nomeações ocorrido pelas RCM nº 6/2012, de 26 de janeiro e RCM nº 29/2012, de 18 de julho. Em 31 de janeiro de 2015, o vogal, Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, cessou as suas funções por renúncia ao mandato apresentado à tutela em 01 de dezembro de 2014.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um vogal efetivo, um ROC e um suplente tendo as nomeações ocorrido por Despacho conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 9 de julho de 2015.

Handwritten signature and initials

28. Vendas e Prestação de serviços

Detalhe	2015	2014
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Taxa de rota	136.635.022	139.231.143
Taxa de terminal	27.504.881	25.297.506
Vendas e prestações de serviços	164.139.903	164.528.649

29. Subsídios à exploração

	2015	2014
Subsídios à Exploração		
SESAR I - NAV associada ao programa	48.336	-
Comissão Europeia - Sw im Suit	-	19.447
Comissão Europeia - SW Portugal Spain FA	-	63.682
SESAR - ICATS	-	31.304
SESAR - Rise Project	60.130	42.950
Total	108.466	157.383

30. Fornecimentos e serviços externos

Detalhe	2015	2014
Subcontratos	941.733	1.154.545
Electricidade	1.740.656	1.537.542
Combustíveis	127.727	125.874
Água	79.939	59.065
Rendas e Alugueres	2.084.071	1.972.739
Despesas de Representação	9.650	12.872
Comunicação	371.638	308.992
Seguros	1.083.960	1.085.225
Transporte de Mercadorias	39.705	38.900
Deslocações e Estadas	627.307	556.006
Honorários	356.231	314.570
Conservação e Reparação	1.853.196	1.349.390
Publicidade e Propaganda	83.145	80.967
Limpeza, Higiene e Conforto	503.139	481.399
Segurança	927.165	893.280
Trabalhos Especializados	3.466.312	3.377.724
Verificação de Rádio Ajudas	610.058	634.560
Outros Fornecimentos e Serviços	351.527	190.236
Fornecimentos e serviços externos	16.067.168	14.263.886

31. Gastos com o pessoal

Detalhe	2015	2014
Remunerações		
Orgãos sociais	215.021	296.280
Pessoal	84.369.085	81.942.734
	84.584.107	82.239.014
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	18.196.842	14.041.302
Pensões pagas	113.151	233.353
Encargos sobre remunerações	18.977.963	18.539.150
Seguros	906.580	1.045.870
Indemnizações	2.885.486	2.732.535
Outros	816.289	609.727
Sub-total	41.896.310	37.201.936
Custos com o pessoal	126.480.417	119.440.949

4
Agus

O número médio de empregados da NAV em 2015 foi de 999 (2014: 995 empregados).

32. Outros rendimentos e ganhos

Detalhe	2015	2014
Diferenças de câmbio	111	1.782
Juros de mora	148.996	389.206
Rendimentos suplementares	1.036.015	961.510
Correções de exercícios anteriores	10.901	82.589
Rendas	224.353	226.396
Serviços Sociais	-	-
Formação/Reprografia/AIP/Cedência material	70.893	272.841
Alienações / sinistros	3.641	6.222
Penalidades Contratuais	9.720	21.000
Desconto Financeiro	986.162	1.097.347
Outros	106.944	86.816
	2.597.736	3.145.709

33. Outros gastos e perdas

Detalhe	2015	2014
Contribuição Eurocontrol	7.520.265	8.124.097
Diferenças de câmbio desfavoráveis	43.733	18.107
Correções relativas exercícios anteriores	35.383	375.030
Perdas em inventários	220	181
Desconto financeiro de ativos regulatórios	51.958	84.960
Outros	181.633	181.383
	7.833.191	8.783.758

34. Juros e rendimentos similares obtidos

Juros obtidos decorrente das aplicações de depósitos a prazo que na demonstração de resultados se encontram englobados em Outros rendimentos e ganhos.

35. Juros e gastos similares suportados

Detalhe	2015	2014
BEI/97	643	2.243
BEI/98 TC1	205	6.200
BEI/98 TC2	5.131	11.169
BEI/01	3.173	12.751
	9.152	32.363

h
Agus

36. Imposto sobre o rendimento do período

Decomposição	2015	2014
Capital Próprio		
Imposto diferido	(5.943)	(157.184)
	(5.943)	(157.184)
Demonstração de Resultados		
Imposto diferido (nota 10)	251.592	(4.140.060)
Imposto Corrente	(2.911.776)	(4.202.142)
	(2.660.184)	(8.342.202)

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 26,15% (2014: 24,86%) conforme segue:

	2015	2014
Taxa de imposto	19,95%	19,95%
Derrama	5,00%	3,71%
Derrama estadual*	1,20%	1,20%
	26,15%	24,86%

*A derrama estadual prevista no artigo 87-A do CIRC incide sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 sendo que, de € 1.500.000 a € 7.500.000, se aplica 3%, de € 7.500.000 a € 35.000.000 se aplica 5% e à parte superior a € 35.000.000 se aplica a taxa de 7%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2015	2014
Resultado antes de imposto	9.585.632	14.922.383
Diferenças permanentes:		
Custos não dedutíveis	160.036	454.552
Reembolso de IRC de exercícios anteriores	-	-
Benefícios fiscais	(437.304)	(462.673)
Pagamento de benefícios de reforma além do limite legal	6.677.707	5.870.349
Outros		
	6.400.440	5.862.228
Diferenças temporárias:		
Provisões		
Reavaliações	34.267	34.412
Mecanismo corretor	(986.162)	(1.097.346)
	(951.895)	(1.062.934)
Resultado para efeitos fiscais	15.034.177	19.721.678
Imposto corrente	2.234.195	3.300.857
Ajustamento em imposto corrente de exercícios anteriores	(26.740)	(26.588)
Derrama	134.387	181.283
Derrama estadual	364.946	560.345
Tributação autónoma	204.988	186.246
Estimativa do imposto corrente do exercício	2.911.776	4.202.142
Efeito alteração taxa de imposto	1.212.736	2.450.833
Imposto do exercício	(1.464.328)	1.689.227
	(251.592)	4.140.060
Total de imposto do exercício	2.660.184	8.342.202

cl
ARWS

37. Compromissos

Investimentos contratados e não efetivados:

	2015	2014
Equipamentos	8.704.926	7.230.461
	8.704.926	7.230.461

38. Contingências

A NAV Portugal tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	2015	2014
EDP	Garantia bancária	21.160	21.160
		21.160	21.160

Processos Judiciais em curso:

	2015	2014
Em que a NAV Portugal é autora:		
Processos de natureza laboral (valor da ação)	-	-
	-	-
Em que a NAV Portugal é ré:		
Processos de natureza laboral	5.001	311.230
Processo interposto pelo Administrador da massa falida da TWA relacionado com recebimentos de Taxas de Terminal	12.174	12.174
Processo de contra-ordenação fiscal aduaneira	11.492	11.492
Processo de contra-ordenação do Ministério da Administração Interna	-	-
	28.667	334.896

Nota: Os processos de Natureza Laboral encontram-se provisionados na rubrica de Outras provisões

Nos anos 2012 e 2013, a Empresa foi citada judicialmente como Ré no âmbito de processos de foro laboral intentados nos Tribunais de Trabalho, quer por alguns Sindicatos, em representação dos trabalhadores seus associados, quer diretamente por trabalhadores individualmente considerados em que a causa de pedir tem como fundamento a alegada inconstitucionalidade das normas previstas na lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2011 e 2012 e a sua aplicação à NAV Portugal enquanto empresa pertencente ao setor empresarial do estado. O pedido destas ações judiciais consistia em reclamar o pagamento das quantias salariais que os trabalhadores deixaram de auferir em consequência da aplicação das normas do OE de 2011 e 2012 relativamente a reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias, progressões na carreira e, quanto ao OE de 2012, não pagamento de subsídios de férias e de Natal.

Handwritten signature and initials

Todos os processos (com exceção de um) já foram objeto de decisão judicial final com trânsito em julgado, no sentido de não serem devidas aos trabalhadores quaisquer diferenças remuneratórias relativamente aos valores pagos em 2011 e 2012, com o consequente desfecho favorável à NAV. Apenas se encontra ainda pendente o processo relativo a diferenças salariais decorrentes de não pagamento de subsídios de férias e Natal. Dado o teor dos Acórdãos proferidos pelo Tribunal Constitucional no sentido da não inconstitucionalidade das normas que estabeleceram a suspensão desses subsídios de férias no ano 2012, é expectável que também este processo venha a ser decidido em sentido favorável à NAV.

Para além deste processo judicial, apenas subsiste um outro intentado individualmente por um trabalhador relativo a inibição de exercício de algumas funções e cuja ação foi declarada extinta na fase inicial, encontrando-se no entanto pendente de recurso judicial interposto pelo trabalhador.

Em consequência, por referência a 31 de dezembro de 2015, apenas subsistem pendentes 2 processos judiciais (com previsão de desfecho final favorável à Empresa), tendo-se encerrado nesse ano 5 processos judiciais.

39. Acontecimentos subsequentes

Em 29 de fevereiro de 2016, a vogal do Conselho de administração, Teresa Maria da Silva Gomes cessou as suas funções por renúncia ao mandato apresentado à Tutela em 01 de janeiro de 2015.

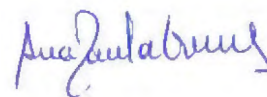
Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



O Contabilista Certificado

Ana Paula Fernandes Gomes



13·RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO
FISCAL

Handwritten initials and a large number '72' in blue ink.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2015

1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 12º dos Estatutos e do artigo 420º, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do artigo 60º, nº 2 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ii) do disposto no artigo 54º, nº 2, do RJSPE no que se refere à verificação do cumprimento relativamente aos relatórios de boas práticas de governo societário.

Os membros em funções foram designados por Despacho de 9 de julho de 2015 dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, para o mandato de 2015-2017.

Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo CF no âmbito da sua ação fiscalizadora relativa ao ano de 2015 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2015, recebidos em 05-07-2016.

2. Atividade desenvolvida

No desempenho das suas funções relativamente ao exercício de 2015, o CF, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes, tendo, designadamente, desenvolvido as seguintes atividades:

- (a) Procedeu à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações tutelares;
- (b) Tomou conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhou o desenvolvimento da auditoria externa;
- (c) Tomou conhecimento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC relacionadas com serviços não taxáveis (voos isentos) e com as contribuições para os fundos de pensões;
- (d) Analisou os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2016 e emitiu o correspondente parecer em 26 de fevereiro de 2016;
- (e) Emitiu o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014;
- (f) Acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras e os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2015;
- (g) Obteve da Administração todos os esclarecimentos que entendeu necessários relativamente à gestão corrente da Empresa, nomeadamente, quanto às diligências de cobrança dos serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de “Controlo de Tráfego Aéreo no

aeródromo municipal de Cascais”, assim como relativamente ao processo de construção do Céu Único Europeu.

- (h) Acompanhou, com preocupação, a situação decorrente da circunstância de o mandato dos membros do Conselho de Administração (CA) ter terminado em 31 de dezembro de 2014, a que acresceu o facto de, dos elementos nomeados, se ter mantido em funções apenas o respetivo Presidente durante um período considerável de tempo, o que, para além de colocar constrangimentos sérios ao nível das competências do órgão, levantou problemas no que toca à vinculação da Empresa de acordo com o previsto no artigo 10º dos Estatutos.

As verificações de natureza contabilística foram realizadas, essencialmente, pela Vogal RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo sido apreciados os relatórios por ela emitidos e a Certificação Legal das Contas (CLC), a qual mereceu concordância do CF.

O CF realça a articulação verificada com as diversas unidades orgânicas da Empresa na perceção, entendimento e correção dos procedimentos adotados e em especial a boa relação com os administradores.

3. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da NAV Portugal contém todas as matérias previstas nos artigos 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como os aspetos exigidos pela legislação específica aplicável ao Sector Público Empresarial, nomeadamente o RJSPE. Assim, o relatório apresentado divulga:

- (a) a atividade desenvolvida no exercício, com evidência para a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, as atividades de investigação e desenvolvimento, a caracterização dos recursos humanos, bem como as perspetivas futuras, na linha do requerido pelo CSC; e
- (b) os aspetos relevantes da governação e do cumprimento das orientações legais, em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), transmitidas através do ofício n.º 714, de 12 de fevereiro de 2016.

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos e as referidas instruções divulgadas pela DGTF e conclui que as análises efetuadas estão em consonância com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras.

4. Apreciação do relatório de boas práticas de governo societário

De acordo com artigo 54º, nº 1, do RJSPE, a Empresa apresenta o relatório de boas práticas de governo societário de forma autonomizada e de acordo com o modelo disponibilizado no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). Nestes termos, o relatório apresentado divulga: i) a missão, objetivos e políticas da empresa, sendo evidenciado neste ponto um conjunto de indicadores baseados em *benchmarking* internacional (ANSP da Alemanha, Áustria, Irlanda e Suíça), com cuja média ponderada é aferido o desempenho

da NAV Portugal; ii) referências ao capital estatutário da empresa; iii) informação sobre participações sociais, incluindo identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses; iv) informação detalhada sobre os órgãos sociais e o modelo de governo adotado, assim como da estrutura funcional e dos auditores externos; v) apresentação da organização interna da empresa e dos aspetos essenciais do controlo interno e da gestão de riscos, assim como da legislação nacional, comunitária e internacional a que está sujeita, e ainda do código de ética aprovado e em vigor na NAV Portugal; vi) informação sobre remunerações; vii) informação sobre transações com partes relacionadas e outras; viii) análise da sustentabilidade da empresa; ix) informação sobre a avaliação do governo societário, dando-se conta, nomeadamente, do facto de não serem conhecidas recomendações do acionista por se aguardar a competente aprovação das contas do exercício anterior.

A estrutura de governo da NAV Portugal, composta por um CA com cinco elementos (um Presidente, e quatro Vogais) e um CF, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente no artigo 30.º e seguintes do RJSPE. Todavia, no que respeita ao CA, durante praticamente todo o ano de 2015 apenas estiveram em funções o Presidente e uma vogal, os quais tinham também terminado o respetivo mandato em 31 de dezembro de 2014.

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo a estrutura e divulgações requeridas.

5. Apreciação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

Os auditores externos colocam reserva por incerteza face à probabilidade de recuperação das quantias pagas por força de liquidações adicionais de IRC de 2005 a 2013 e eventuais consequências relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção, e dão ênfase aos efeitos no Ativo, na rubrica Diferimentos, relativos a benefícios pós-emprego, e na rubrica Outras contas a receber, relativos à recuperação dos custos classificados como não controláveis.

Também a Certificação Legal das Contas apresenta uma reserva por incerteza sobre a recuperação das quantias das liquidações de IRC e sobre os eventuais efeitos relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção e dá ênfase aos efeitos com benefícios pós-emprego no Ativo e aos custos não controláveis a recuperar.

O CF considera que os documentos apresentados pelo CA satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral e evidenciam a informação especialmente requerida pelo artigo 23º dos Estatutos quanto à discriminação das participações no capital de empresas e à separação entre ativos patrimoniais e dominiais. Por outro lado, a informação considerada nas ênfases da CLC, relativamente a custos não controláveis a recuperar dos utilizadores, nos termos do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, cumpre com o requerido pela Autoridade Supervisora Nacional.

Em conformidade com as referências efetuadas ao longo da sua ação fiscalizadora, o CF suscita especial atenção para os seguintes aspetos:

- Monitorização permanente dos investimentos, de modo a reduzir desvios entre a realização e a programação e a assegurar, quanto aos projetos em curso, que os mesmos são depreciados a partir do momento em que ficam disponíveis para uso e são geradores de benefícios económicos futuros;
- Acompanhamento e avaliação do grau de reversibilidade das liquidações de IRC relacionadas com os voos isentos e com as contribuições para os fundos de pensões;
- Acompanhamento da situação referente ao incumprimento da Câmara Municipal de Cascais com a necessidade de monitorização do plano de pagamentos apresentado e da situação referente à diferença entre o saldo à data de 30 de junho de 2015 (4,4 M€) e a quantia utilizada para efeito do acordo celebrado (3,9 M€).

6. Situação económico-financeira da empresa

O Resultado líquido da NAV de 2015 traduz um lucro de 6,93 M€, comparando com o resultado positivo de 6,58 M€ obtido em 2014.

Os rendimentos e ganhos apresentaram o valor global de 169,8 M€ (169,3 M€ em 2014), enquanto o total dos gastos e perdas suportados pela NAV ascendeu a 160,2 M€ (154,4 M€ em 2014).

O Resultado operacional, no montante de 9,6 M€, registou um decréscimo de 5,4 M€ face a 2014.

Em termos patrimoniais, salienta-se os valores referentes ao final de 2015 do Capital Próprio (93,9 M€) e do Ativo líquido (272,4 M€), que evidenciam uma estrutura de financiamento prudente.

7. Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no ponto 11 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 22º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral, 1% para fundo para fins sociais, 50% para remuneração dos capitais investidos e o remanescente para reserva para investimentos.

8. Aspetos sobre o desempenho

Face à inexistência de contratos de gestão para 2015, o CF considera não existirem condições para avaliação do desempenho dos gestores relativamente a esse exercício, não obstante no ponto 3.1 do Relatório de Gestão se apresentarem os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal relativamente ao exercício de 2015, tudo em conformidade com a proposta de contrato de gestão apresentada à Tutela para o Mandato 2012-2014.

O CF entende a análise do referido ponto 3.1. do Relatório de Gestão sobre o alcance de objetivos, como indicador geral de desempenho ao nível empresarial.

9. Cumprimento das orientações legais e das instruções da Tutela

Objetivos de gestão

Não obstante a NAV Portugal ter norteado a sua atividade de acordo com a proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2015 apresentada, a mesma não foi objeto de decisão, pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento daquele instrumento previsional de gestão.

Não tendo sido fixados objetivos para 2015, a empresa tomou como referência os indicadores apresentados à Tutela no âmbito da proposta de contratos de gestão, tendo apurado uma taxa de cumprimento de objetivos de 127,6% (cf. ponto 3.1. do Relatório de Gestão).

Gestão do risco financeiro

O recurso a instrumentos de gestão de risco financeiro não é relevante, tendo em conta a natureza regulada das atividades da empresa, a sua capacidade de autofinanciamento e os montantes e condições dos financiamentos contratados com o BEI (cf. ponto 3.2. do Relatório de Gestão).

Endividamento

A Empresa reduziu, em 2015, o seu nível de endividamento bancário (4,8M€) face a 2014 (7,3 M€), a qual se consubstanciou na regular amortização dos financiamentos contratados junto do BEI até 2001.

Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), apurado nos termos da RCM n.º 34/2008, com o ajustamento introduzido pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta no final do ano de 2015 o valor de 44 dias, registando um aumento de 4 dias relativamente ao exercício anterior. Segundo a mencionada RCM, este indicador deveria situar-se entre 30 e 40 dias.

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Os pagamentos em atraso estão divulgados no ponto 3.4. do Relatório de Gestão.

Recomendações da Tutela na aprovação das contas de 2014

Os documentos de prestação de contas de 2014 foram apresentados formalmente em maio de 2015, desconhecendo-se, ainda, a emissão de despacho de aprovação (cf. ponto 3.5. do Relatório de Gestão).

Redução de remunerações

Foram efetuadas as reduções de 5% fixadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativamente aos membros do CA e aos membros do CF.

Não obstante as reduções referidas à NAV Portugal não são aplicáveis as disposições remuneratórias constantes do n.º 12 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, considerando o Despacho n.º 746/15-SET, de 20 de maio, e o Despacho n.º 1379/2015/SEAP, de 5 de maio, do Sr. Secretário de



Estado da Administração Pública, que determina que os trabalhadores da NAV encontram-se excluídos do âmbito de aplicação subjetivo da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (cfr. n.º 12 do artigo 2.º), pelo que não se aplicam à NAV Portugal as reduções remuneratórias previstas no respetivo artigo 2.º, nem quaisquer outras proibições de natureza remuneratória para as quais releve o âmbito de aplicação subjetivo da referida norma.

Paralelamente, nos termos do citado Despacho n.º 746/15-SET e do Despacho n.º 760/15-SET da Secretária de Estado do Tesouro, ambos de maio de 2015, a Empresa foi autorizada a proceder a valorizações remuneratórias na massa salarial dos seus trabalhadores, com observância dos limites de crescimento previstos por esta nos Instrumentos Previsionais de Gestão – IPG 2015, bem como no âmbito dos limites económicos e financeiros estabelecidos para o ano de 2015, constantes do “RP2 SOWEPP”, submetido por Portugal à Comissão Europeia e à Comissão Alargada do Eurocontrol, e que foi objeto de aprovação pela Comissão Europeia através da Decisão de Execução n.º 2015/348, de 2 de março (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Estatuto do Gestor Público – Aplicação do artigo 32.º.

Não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do CA da NAV Portugal, nem outros instrumentos de pagamento de despesas efetuadas ao serviço da Empresa, nem ainda reembolsos de despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Contratação pública

A contratação segue as regras do Código da Contratação Pública, tendo a Empresa sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho governamental (cf. pontos 3.7.1 do Relatório de Gestão).

Sistema nacional de compras públicas

O contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013 (cf. ponto 3.7.2. do Relatório de Gestão).

Parque de Veículos

De acordo com a RCM n.º. 121/2005, de 23 de junho, a NAV Portugal privilegia os alugueres operacionais de viaturas. Em 31 de dezembro de 2015, o parque de viaturas era de 79 (78 no final do ano anterior), das quais apenas 9 propriedade da Empresa (igual número no final do ano anterior) (cf. Ponto 3.8 do Relatório de Gestão).

Plano de redução de custos

No âmbito do plano de redução de custos, cabe à NAV Portugal, enquanto empresa com EBITDA positivo, assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal no volume de negócios. Da análise efetuada conclui-se que o peso de tal agregado de gastos registou no exercício um aumento de 7,19 pp face ao ano anterior e de 13,2 pp face a 2010.

No exercício de 2015 os gastos totais com o pessoal mostram-se superiores aos registados em 2014 em 5,9%, essencialmente por via dos gastos com benefícios pós-emprego, que aumentaram 28,3% face a 2014 (cf. ponto 3.9. do Relatório de Gestão).

Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2014, um aumento de 6,1%, enquanto nos consumos, que têm reduzida expressão, se verifica um aumento de 9,9%.

Relativamente aos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento verifica-se uma redução de 24,8% face a 2010 e um aumento de 6,9% face a 2014, não cumprindo com os objetivos definidos no Ofício Circular da DGTF n.º 714, de 12 de fevereiro de 2016, o que, em larga medida, se deve à natureza da atividade da Empresa e à sua vinculação às normas internacionais que a regulamentam (cf. Ponto 3.9 do relatório de Gestão).

Acresce referir, que os gastos imputáveis a voos isentos continuam a ser suportados pela NAV Portugal, o que representa cerca de 2,4 M€ de gastos em 2015.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

O número total de efetivos e de cargos de direção foi de 994 em 2015, de 1002 em 2014, de 1021 em 2013 e de 1014 em 2012. O número de dirigentes, sem órgãos sociais, foi em 2015 de 9 (10 nos anos de 2014 e 2013). A relação número de Efetivos/Cargos de Direção aumentou de 99 em 2014 para 109 em 2015. No que se refere aos órgãos sociais manteve-se, em 2015, o número de 6, embora no final do exercício fossem apenas 5 (2 Administradores e 3 membros do CF).

Unidade da Tesouraria do Estado

Não estavam em contas junto do IGCP pequenos saldos depositados em contas à ordem (cf. ponto 3.10. do Relatório de Gestão). Tais contas bancárias em bancos comerciais destinam-se à guarda de títulos, para reposição de fundos fixos e, nalguns casos, para recebimento de verbas de clientes. A existência das referidas contas justifica, em nosso entender, que a NAV efetue pedido de dispensa do cumprimento integral do princípio da unidade da tesouraria do Estado, conforme prevê o n.º 1, in fine, do artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2016.

Recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

Segundo o ponto 3.11 do Relatório de Gestão, a Empresa não foi objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas no exercício de 2015.

Deveres especiais de informação

Os instrumentos previsionais de gestão, bem os relatórios trimestrais de execução são enviados às entidades de tutela e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF. Conforme consta do ponto 3.12 do Relatório de Gestão, toda a informação relevante de interesse público é divulgada no sítio da Empresa e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado.

CONSELHO FISCAL

10. Conclusão e parecer

O CF considera que o relatório de gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações do titular da função acionista e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo da reserva considerada na Certificação Legal das Contas.

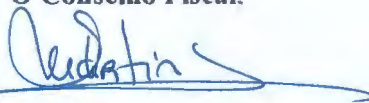
De salientar, contudo, que por cessação de funções dos vogais do Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2015 e em 29 de fevereiro de 2016, o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo Societário e as Demonstrações Financeiras são assinados pelo único membro em exercício.

Assim, e considerando tal entendimento, o CF, dá parecer favorável:

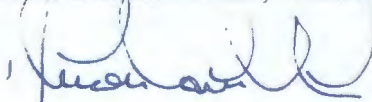
- i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015; e
- ii) à proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de julho de 2016

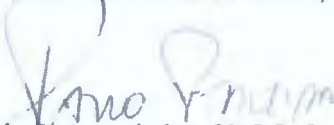
O Conselho Fiscal.



Maria Fernanda Martins, *Presidente*



Maria de Lurdes Correia de Castro, *Vogal*



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. Vogal e SROC
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC)

14·CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



NAVEGAÇÃO AÉREA DE PORTUGAL - NAV PORTUGAL, E.P.E.
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2015

LISBOA

AV. DUQUE D'AVILA, 145 5.^o
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV. DA BOAVISTA, 1167 5.^o SALA 53
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250

F. (+351) 217 520 259

E. RCA GERAL @RCA AC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E., as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 272.360.422 EUR e um total de capital próprio de 93.883.820 EUR, incluindo um resultado líquido de 6.925.448 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS

Reserva

7. Conforme divulgado na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras, inclui-se na rubrica de Outras contas a receber o montante de 10,3 milhões de EUR decorrente de pagamentos de liquidações adicionais de IRC efetuadas no âmbito de ações de inspeção tributária, que a empresa vem reclamando e impugnando por discordância dos fundamentos utilizados pelas autoridades fiscais nas referidas correções, e, por tal facto, não reconhecidas na Demonstração dos resultados, sendo: i) 4,6 milhões de EUR, incluindo juros e encargos, referente a serviços não taxáveis de rota e de terminal (voos isentos) prestados nos exercícios de 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013 (em 2010 não houve lugar a liquidação), cujas reclamações gratuitas têm sido objeto de indeferimento. As reclamações referentes às liquidações dos exercícios de 2005 a 2007 mereceram decisão favorável à NAV, tendo as quantias pagas sido objeto de restituição em 2012, procedimento igualmente verificado quanto aos exercícios de 2008 e 2009 mas apenas relativamente aos serviços de terminal; ii) 5,1 milhões de EUR, incluindo juros e encargos, decorrentes de diferente interpretação quanto à determinação do limite de dedução fiscal relativo às contribuições para os fundos de pensões dos anos de 2010 a 2013; iii) 0,6 milhões de EUR relacionados com o benefício à criação líquida de emprego dos anos de 2005 e 2006 e outras liquidações, incluindo juros e encargos. Não existindo, nesta data, decisões quanto às impugnações judiciais nem quanto a todas as reclamações apresentadas, e tendo em conta a causa e a evolução das referidas liquidações, não nos é possível concluir acerca da realização da referida dívida a receber nem quanto aos impactos de inspeções tributárias que possam ser efetuadas aos exercícios de 2014 e 2015 relativamente às matérias que têm suscitado correção.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

9.1 De acordo com a legislação aplicável (Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro e Portaria nº 496/2008, de 23 de junho), e conforme mencionado nas Notas 16 e 23 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa está obrigada a suportar 60% dos encargos correspondentes ao período de antecipação da reforma dos controladores de tráfego aéreo (dos 57 anos até à idade normal de acesso à reforma por velhice) abrangidos pelo sistema público da Segurança Social, assumindo esta os restantes 40%. Das responsabilidades reconhecidas pela Empresa decorrentes de tal antecipação, no total de 65,3 milhões de EUR (64,6 milhões de EUR em 31/12/2014), encontra-se registado em "Ativos não correntes - Diferimentos - Ativos regulatórios" o montante de 23,8 milhões de EUR (26,0 milhões de EUR em 31/12/2014) referente ao reconhecimento inicial, em 2004, das referidas responsabilidades, cuja realização se encontra a ser efetuada, de forma sistemática, durante a vida ativa remanescente dos trabalhadores abrangidos, por inclusão de tais encargos na base de cálculo das respetivas taxas.

Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS

9.2 Conforme divulgado nas Notas 15 e 16 do Anexo, a rubrica “Outras contas a receber” inclui o montante de 30,7 milhões de EUR (valor descontado) relativo ao mecanismo corretor de rota referentes aos exercícios de 2014 (4,9 milhões de EUR), 2013 (7,0 milhões de EUR) e 2012 (18,8 milhões de EUR), com o detalhe seguinte:

- a) A quantia a receber referente a 2014 integra 1,5 milhões de EUR decorrentes de diferenças de tráfego e de inflação, a recuperar dos utilizadores em 2016, e 3,4 milhões de EUR resultantes de desvios em gastos considerados não controláveis por via da aplicação do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, a recuperar dos utilizadores no período de 2016 a 2019, sendo 3,1 milhões de EUR referentes à zona de tarifação de Lisboa e 0,3 milhões de EUR relativos à zona de tarifação de Santa. Os referidos gastos não controláveis, incluindo os imputáveis a voos isentos, são referentes a: i) reposição salarial decorrente de alterações legislativas (2,9 milhões de EUR na zona de tarifação de Lisboa e 1,0 milhão de EUR na zona de tarifação de Santa Maria); ii) alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (gastos reais superiores aos fixados em 0,5 milhões de EUR, sendo mais 1,0 milhão de EUR da zona de tarifação de Lisboa e menos 0,5 milhões de EUR da zona de Santa Maria); iii) gastos debitados pelo Eurocontrol (gastos reais inferiores aos fixados em cerca de 0,8 milhões de EUR sendo 0,7 milhões de EUR referentes à zona de tarifação de Lisboa e 0,1 milhões de EUR à zona de Santa Maria).
- b) A quantia referente a 2013 integra 7,0 milhões de EUR resultantes de desvios em gastos considerados não controláveis por via da aplicação do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, a recuperar dos utilizadores no período de 2016 a 2019, sendo 5,6 milhões de EUR referentes à zona de tarifação de Lisboa e 1,4 milhões de EUR relativos à zona de tarifação de Santa Maria. Os referidos gastos não controláveis, incluindo os imputáveis a voos isentos, são referentes a: i) reposição salarial decorrente de alterações legislativas (3,0 milhões de EUR na zona de tarifação de Lisboa e 1,0 milhão de EUR na zona de tarifação de Santa Maria); ii) alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (gastos reais superiores aos fixados em 3,7 milhões de EUR, sendo 3,1 milhões de EUR da zona de tarifação de Lisboa e 0,6 milhões de EUR da zona de Santa Maria); iii) gastos debitados pelo Eurocontrol (gastos reais inferiores aos fixados em cerca de 124 mil EUR sendo 100 mil EUR referentes à zona de tarifação de Lisboa e 24 mil EUR à zona de Santa Maria).
- c) O mecanismo corretor referente a 2012, no montante de 18,8 milhões de EUR, é resultante de desvios em gastos considerados não controláveis, a recuperar dos utilizadores no período de 2016 a 2019, sendo 16,1 milhões de EUR referentes à zona de tarifação de Lisboa (valor descontado de 17,1 milhões de EUR após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos) e 2,7 milhões de EUR relativos à zona de tarifação de Santa Maria (valor descontado de 2,8 milhões de EUR após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos). Os referidos gastos não controláveis, são referentes a: i) alterações legislativas referentes a subsídio de Natal (gastos reais inferiores aos fixados em 3,8 milhões de EUR na zona de tarifação de Lisboa e em 1,4 milhões de EUR na zona de tarifação de Santa Maria); ii) alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (gastos reais superiores aos fixados em 25,5 milhões de EUR, sendo 21,2 milhões de EUR da zona de tarifação de Lisboa e 4,3 milhões de EUR da zona de Santa Maria); iii) gastos debitados pelo Eurocontrol (gastos reais inferiores aos fixados em cerca de

36 mil EUR sendo 29 mil referentes à zona de tarifação de Lisboa e 7 mil à zona de Santa Maria).

9.3 Ainda conforme divulgado nas Notas do Anexo anteriormente mencionadas, a rubrica "Diferimentos – Passivos regulatórios" inclui a quantia a pagar de 7,5 milhões de EUR (valor descontado) relativo ao mecanismo corretor de rota do ano de 2015 (5,1 milhões de EUR), decorrentes de diferenças de tráfego e inflação. Engloba, também, diferenças do ano de 2015 da mesma natureza mas respeitantes a terminal, no valor descontado de 0,7 milhões de EUR. Para além dos valores referidos, este passivo engloba ainda a quantia de 1,6 milhões de EUR decorrentes de investimentos previstos para o período 2012 – 2014 mas cuja concretização foi objeto de diferimento em 2014.

9.4 Por cessação de funções dos vogais do Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2015 e em 29 de fevereiro de 2016, o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo Societário e as Demonstrações Financeiras são assinados pelo membro em exercício

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 5 de julho de 2016

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC

15 RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS



RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E. (NAV)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 272.360.422 euros e um total de capital próprio de 93.883.820 euros, incluindo um resultado líquido de 6.925.448 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



Ac

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicação do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

6. Conforme descrito na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras, no exercício de 2015 e em exercícios anteriores, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais, a pagar liquidações adicionais de IRC, relativamente aos exercícios de 2005 a 2013, no montante total de 13.819.364 Euros (incluindo juros compensatórios e coimas). As referidas notificações decorreram, essencialmente, do facto das autoridades fiscais: (i) considerarem que a Empresa deveria ter registado contabilisticamente, e logo, sujeito a tributação, o crédito relativo a serviços de rota e terminal com os designados voos isentos, nos exercícios de 2005 a 2009 e 2011 a 2013 (em 2010 não houve lugar a liquidação); (ii) discordarem da fórmula de cálculo do benefício fiscal relativo a criação líquida de emprego, nos exercícios de 2005 e 2006; e (iii) discordarem do cálculo efetuado pela Empresa na determinação do limite fiscal relativo a realizações de utilidade social, nos exercícios de 2010 a 2013. A Empresa tem efetuado o pagamento, daquelas notificações fiscais e procedido à sua reclamação graciosa, por discordar dos fundamentos apresentados por aquelas entidades para as correções realizadas, tendo registado, no ativo, na rubrica "Outras contas a receber" os referidos valores pagos. Durante o exercício de 2012 foram deferidas as reclamações apresentadas relativas aos anos de 2005 a 2007, no tocante ao crédito dos voos isentos, tendo a Empresa recebido, nesse ano, o montante de 3.434.170 Euros, anteriormente pago, ao que acresce a restituição, de 86.090 Euros, no decurso do exercício de 2013, referente aos voos isentos de 2008 e 2009, na parte correspondente a serviço de terminal. Assim, em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta conta a receber ascende a 10.333.034 Euros. Não existindo, até a presente data, uma decisão das autoridades fiscais relativamente às reclamações graciosas apresentadas pela Empresa respeitantes aos exercícios de 2012 e 2013, e para as impugnações judiciais apresentadas para os exercícios de 2008, 2009 e 2011, não podemos concluir acerca do valor de realização daquele ativo registado na rubrica de *Outras contas a receber*, nem quanto ao impacto de inspeções



AC

tributárias que poderão vir a ser efetuadas pelas autoridades fiscais aos exercícios de 2014 e 2015, relativamente às matérias que têm suscitado correção.

Opinião

7. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 8.1 Conforme referido na Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de Dezembro de 2015, no Ativo não corrente, o saldo de Diferimentos, no montante de 23.813.511 Euros (26.015.506 Euros em 31 de Dezembro de 2014) relativo a "Ativos Regulatórios", respeita a determinadas responsabilidades com pensões que se encontram a ser imputadas anualmente às taxas unitárias, que constituem o seu rédito. Tais responsabilidades, assumidas em 2004 pela Empresa, na proporção de 60% dos benefícios, por antecipação da pensão por velhice, atribuídos aos controladores de tráfego aéreo abrangidos pelo sistema público de Segurança Social, estão a ser reconhecidas anualmente na demonstração dos resultados, considerando o número de anos de vida ativa remanescente dos trabalhadores abrangidos;
 - 8.2 O balanço em 31 de Dezembro de 2015, inclui nas rubricas de "Outras contas a receber" e "Diferimentos" os montantes de 30.674.299 Euros (ativos regulatórios) e 6.724.836 Euros (passivos regulatórios), respetivamente, relativos ao mecanismo corretor de rota de 2015, 2014, 2013 e 2012, no montante total líquido de -5.110.970 Euros, 3.313.532 Euros, 6.985.787 Euros e 18.761.114 Euros, respetivamente, tal como descrito nas Notas 15 e 16 do Anexo.



AC

O mecanismo corretor de rota de 2015, de acordo com o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea de rota, que entrou em vigor no ano em apreço, resultou de custos considerados controláveis com a natureza de Passivo regulatório (-5.110.970 Euros), e será devolvido aos utilizadores dos serviços de navegação aérea entre 2017 e 2019.

O mecanismo corretor de rota de 2014 divide-se nos montantes de: (i) 1.559.014 Euros, que será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no exercício económico de 2016, e que resulta de diferenças da taxa de inflação e tráfego; (ii) 3.368.383 Euros, que será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea nos exercícios de 2016 a 2019, resultante do desvio de gastos considerados como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do regime de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 3.074.771 Euros (valor descontado de 3.269.317 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 37.129 Euros) são relativos à zona de tarifação de Lisboa e 293.612 Euros (valor descontado de 312.189 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 7.302 Euros) são relativos a zona de tarifação de Santa Maria; e (iii) deduzido do montante de 1.613.866 Euros, relativo a projetos de investimento que estavam orçamentados serem realizados no período de 2012 a 2014, mas que foram adiados para o período de 2015 a 2019, pelo que será reconhecido o rendimento a partir do momento em que se conclua o investimento. A natureza dos gastos considerados em 2014 como não controláveis respeita a: (i) alterações legislativas referentes à reposição do valor dos salários para os auferidos em 2010 (sendo o impacto de, cerca de, 2.972.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, cerca de, 980.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); (ii) da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, cerca de, 1.012.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e inferiores aos gastos fixados em, cerca de, 491.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); e (iii) diferenças nos gastos debitados pelo Eurocontrol (sendo os gastos reais inferiores aos valores fixados em, aproximadamente, 677.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, cerca de, 169.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

Quanto ao mecanismo corretor de rota de 2013, no montante de 6.985.787 Euros, será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea nos exercícios de 2016 a 2019, e resulta do desvio de gastos considerados como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do regime de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 5.579.599 Euros (valor descontado de



AC

5.932.629 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 61.474 Euros) são relativos a zona de tarifação de Lisboa e 1.406.188 Euros (valor descontado de 1.495.160 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 32.072 Euros) são relativos a zona de tarifação de Santa Maria. A natureza dos gastos considerados em 2013 como não controláveis respeita a: (i) alterações legislativas referentes reposição do valor dos salários para os auferidos em 2010 (sendo o impacto de cerca de, 2.972.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, cerca de, 980.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); (ii) da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 3.121.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, cerca de, 572.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); e (iii) diferenças nos gastos debitados pelo Eurocontrol (sendo os gastos reais inferiores aos valores fixados em, aproximadamente, 100.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, cerca de, 24.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

Quanto ao mecanismo corretor de rota de 2012 no montante de 18.761.114 Euros, será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea nos exercícios de 2016 a 2019, e resulta do desvio de gastos considerados como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 16.086.514 Euros (valor descontado de 17.104.332 Euros e líquido do valor de voos isentos) são relativos a zona de tarifação de Lisboa e 2.674.600 Euros (valor descontado de 2.843.826 Euros e líquido do valor de voos isentos) são relativos a zona de tarifação de Santa Maria. A natureza dos gastos considerados como não controláveis respeita: (i) a alterações legislativas referentes ao subsídio de Natal (sendo os gastos reais inferiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 3.839.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, cerca de, 1.365.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); (ii) da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, cerca de, 21.200.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 4.295.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); e (iii) diferenças nos gastos debitados pelo Eurocontrol (sendo os gastos reais inferiores aos valores fixados em, aproximadamente, 29.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, cerca de, 7.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

8.3 As demonstrações financeiras anexas da NAV, por cessação dos vogais do Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2015 e em 29 de fevereiro de 2016, foram aprovadas pelo membro deste órgão de gestão em funções, o que, face à falta de



quórum, foi efetuado ao abrigo do “Estado de Necessidade”, previsto no n.º 2 do artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, conforme parecer elaborado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos da Empresa.

Lisboa, 5 julho de 2016

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha